

A IMPORTÂNCIA DE JOGOS E BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Thais Rodrigues Candido CAROLINE¹

Resumo

Considerando-se os jogos e as brincadeiras como principais mediadores do processo de ensino e aprendizagem, esta pesquisa foi realizada justificando uma visão mais ampla sobre a prática no ambiente escolar, levando em consideração não somente a teoria para ser trabalhada com as crianças em sala de aula. O objetivo deste estudo é o de compreender a contribuição dos jogos e das brincadeiras como recurso pedagógico no processo de aprendizagem das crianças durante a educação infantil e também transmitir a postura do professor com as crianças diante na utilização dos jogos e brincadeiras na escola. O presente trabalho foi desenvolvido por meio de uma pesquisa bibliográfica, de caráter descritivo, relatando questões da realidade sobre a utilização dos jogos e das brincadeiras na educação infantil como um recurso pedagógico. Coletou-se dados de artigos científicos. Ao final dessa pesquisa o educador terá um novo olhar da importância de jogos e brincadeiras, não somente um passa tempo para as crianças, mas sim um auxílio no processo de ensino aprendizagem.

Palavras-chave: brincadeiras; jogos; desenvolvimento; aprendizagem; educação infantil.

Introdução

Os jogos e as brincadeiras tem um papel muito importante na educação infantil e para a vida de uma criança, pois ao brincar a criança espontaneamente adquire uma aprendizagem mais prazerosa, é um momento de comunicação consigo mesma buscando através de sua realidade a sua imaginação.

Segundo (Freitag, 2012 p.07) Brincando, as crianças exploram e renetem sobre a realidade cultural na qual estão inseridas, questionando regras e papéis sociais, demonstrando assim, através do brincar, situações que ainda não conseguem expor através de palavras. Dessa forma, o brincar proporciona para a criança a autonomia que ela tem de si, do mundo, e assim explorando toda a sua imaginação, interação com o mundo.

É importante compreender que tanto os jogos, como as brincadeiras são indispensáveis para a aprendizagem. A utilização de recursos pedagógicos possibilita que as crianças se envolvam de maneira positiva, buscando um processo significativo para o cotidiano dela, é onde ela e o seu professor se relacionam de modo prazeroso, reconhecedor e interativo. (Santos, 2010)

¹Discente do curso de Pedagogia pela faculdade José do Rosário Vellano – Alfenas - MG. Email: thaiscaroline250@gmail.com

Trabalhando o desenvolvimento ao longo do caminho da criança, pode adquirir através do jogo e da brincadeira, a sua personalidade e se descobrir. Vale lembrar que quando se brinca naturalmente, o corpo se expressa de forma espontânea, mostrando a maneira de como reagir a tal momento, no que poderá estar passando, se há problemas pessoais e participação durante alguma atividade.

Lobo (2013), afirma que todos, desde a infância necessitam do brincar, podendo existir culturas diversas, mas o significado é o mesmo, de se descobrir, começando pelo bebê, que já começa a se expressar brincando até a fase que irá demonstrar o verdadeiro significado do lúdico em sua vida. Muitas vezes, passa despercebido, principalmente na sociedade que estamos vivendo, um mundo capitalista onde a tecnologia fala mais alto, mas o educador sabe da seriedade que isso traz para vida da criança.

A criança precisa primeiramente de espaços, seja no ambiente escolar ou em qualquer outro lugar, para que ela se sinta a vontade e curta seu momento de brincar, jogar. Na escola, muitas vezes, o tempo para a criança brincar é limitado, curto e rápido, os professores trefados em aplicar sua rotina, acabam esquecendo-se de como é importante tirar um tempo para que as crianças sintam prazer em estar alí, é nesse momento em que a criança demonstra verdadeiramente o seu mundo. Os professores precisariam tirar um tempo e deixar a criança ser livre em um ambiente acolhedor para que ela tenha a liberdade de ter seu próprio pensamento, seu modo de enxergar, pois não é limitando, dizendo não à ela e interferindo em suas brincadeiras e jogos que ela irá aprender e se desenvolver. Toda criança precisa do seu tempo, espaço e liberdade, cabe aos adultos e professores colocarem em prática a importância que os jogos e as brincadeiras trazem para a criança.

Para (Santos, 2016, p.08) As crianças assumem diferentes papéis enquanto brincam e agem frente à realidade de maneira prazerosa e divertida. Ao brincar as crianças constroem conhecimentos, interagem, aprendem a conviver em grupo, escolhem os tipos de brincadeiras que gostam a alegria que demonstram quando estão brincando. Portanto, para brincar é preciso que as crianças tenham certa independência para escolher seus companheiros e os papéis que irão assumir no interior de um determinado tema e enredo, cujos desenvolvimentos dependem unicamente da vontade de quem brinca.

Quando a criança está brincando e jogando, automaticamente vai além de sua imaginação, cria fantasias, inspira muitas vezes em uma personagem, desenho favorito e é assim que ocorre a sua interação. No entanto, muitos professores não oferecem essa oportunidade para seus alunos, não deixando-os escolher do que querem brincar e jogar, estabelecendo de forma impositiva o que os mesmos devem fazer e como. Vive-se o

tradicionalismo, no qual o professor decide o que é melhor para a criança, sem olhar o que a criança necessita do momento, seu espaço, suas atitudes, sua liberdade, para que, no futuro seja um adulto capaz de realizar escolhas de ter opinião e de ser crítico.

Considerando que os jogos e as brincadeiras são de suma importância para a educação infantil, sendo o principal meio para que a criança se desenvolva interiormente e com o mundo, o presente artigo deixará claro que o lúdico não deve ser compreendido como um mera passatempo nas escolas, desnecessário para a aprendizagem das crianças, mas sim como um recurso pedagógico. Sabendo que é uma prática necessária para o desenvolvimento desde o início da vida de uma criança e toda a sua caminhada. Com isso, o desenvolvimento desse trabalho proporcionará o conhecimento para os educadores de que os jogos e brincadeiras devem ser praticados e vivenciados pelas crianças como processo de ensino-aprendizagem.

Jogos e brincadeiras na educação infantil

Há muito séculos atrás já existia o jogo, a brincadeira, quando a maioria das pessoas a utilizava para se distrair com os amigos, famílias, vizinhos para passar o tempo, sempre foi uma diversão. O que ninguém pensava era como uma simples brincadeira ou um jogo poderia influenciar tanto no desenvolvimento da criança desde bebê. Consequentemente, ao passar dos anos, estudos comprovaram como a brincadeira e o jogo podem ajudar o processo de aprendizagem da criança, vindo a se fortalecer de geração para geração em diferentes sociedades, cultura e linguagens. Tanto o jogo quanto a brincadeira, tem um papel muito importante, é preciso deixar a criança em total liberdade seja sozinha ou em grupo, para assim, desenvolver um momento de explorar a imaginação, o prazer, a alegria, raciocínio e habilidade.

Scherer (2013) já dizia que a criança começa através dos jogos a se conhecer desde pequena, primeiramente sendo realizada pelo prazer, logo após surge o descoberta de sua linguagem na qual fica caracterizada o seu mundo do faz de conta, desenvolvendo assim, toda sua criatividade e interação social. A brincadeira também é essencial para que a criança possa descobrir sua própria identidade, quando a criança nasce ela já percebe através de um brinquedo aquela curiosidade em pegar, apertar mexer, jogar, é o momento que começa a se identificar com seu objeto, interessar-se por ele, seja para morder, jogar no chão, se lambuzar, mas é naquele momento em que está havendo a interação.

O jogo e o brincar são uma das atividades mais importantes para a infância, pois por meio delas, a criança pratica diariamente a sua autonomia, representando um determinado

papel na brincadeira, desvendando regras para o jogo, criando uma pessoa totalmente independente para se expressar.

O jogo e a brincadeira estimulam o raciocínio e a imaginação, e permitem que a criança explore diferentes comportamentos, situações, capacidades e limites. Faz-se necessário, então, promover diversidade dos jogos e brincadeiras para que se amplie a oportunidade que os brinquedos podem oferecer. (Naliin,2005, p.26)

Destaca-se o jogo como um instrumento fundamental no ambiente escolar, muitas vezes competitivo, onde as crianças se sentem curiosas para chegar a tal ponto do jogo, sendo bastante trabalhado seu desenvolvimento. A criança passa a identificar os pontos negativos que é quando se perde, e os pontos positivos, que é quando se ganha o jogo, manifestando o seu jeito de interagir com seu amigo, sendo de extrema importância ressaltar no momento do jogo como que pode ocorrer o processo de aprendizagem, deixando a criança desenvolver sua autonomia, seu espaço, ter seu ponto de vista, diferentemente da opinião do adulto, fazendo com que ela chegue à conclusão de suas próprias dificuldades.

Para Pereira e Souza (2015), o jogo é essencial para a vida de uma criança, pois ela começa a descobrir suas habilidades, seus erros, seus acertos, como um treinamento praticado no dia a dia, desenvolvendo a construção de seus valores e suas crenças. Hoje em dia, as crianças são muito automáticas, aprendem muito rápido, gostam de invenções, criam personagens, etc. O jogo, muita vez, é percebido como algo desafiador, competitivo, no qual, a criança vai além de sua imaginação.

O brinquedo torna-se um objeto muito importante, pois é ele que mostra o desenvolvimento que a criança apresenta em determinada fase. Quando a criança cria um objeto por meio de sua imaginação, sabe-se que está havendo transformações do desenvolvimento dela com o objeto. Portanto, observa-se que o brincar não é apenas um momento em que a criança se diverte, mas sim um momento em que ela se comunica consigo mesma, buscando manter a comunicação com o mundo.

Segundo (Varoneli, 2007, p.5) A brincadeira favorece ainda o desenvolvimento da autoestima, da criatividade e da psique infantil, ocasionando mudanças qualitativas em suas estruturas mentais. Através das brincadeiras, as crianças desenvolvem também algumas noções de grande importância para a vida em sociedade, como a noção das regras e também dos papéis sociais.

Quando falamos do brincar como aliado no desenvolvimento da criança, vale considerar o que a criança necessita em tal momento, ou seja, de como ela está agindo durante

uma brincadeira, muitas vezes ela está passando por algum problema e só quer se expressar através do brinquedo. É muito importante que haja a observação da criança por parte do adulto, saber entendê-la com calma e saber ouvi-la.

Medeiros (2008) ressalta como é importante preencher o tempo da criança, saber explorar o momento da brincadeira, deixá-la refletir sobre sua realidade, não interrompê-la, dizer o modo certo de brincar, pois cada criança tem seu jeito, seu modo, seu tempo, observar como está sendo a socialização com seus amigos, identificar a necessidade deles de saber, observar, questionar, pensar e compartilhar.

O lúdico, além de ser considerado um método de ensino aprendizagem, trás diversão para as crianças e também para os adultos, é uma boa maneira para se distrair, brincar juntos, fazer com que ele seja muito importante para todos nós, não um passatempo ou bobagem, mas sim algo que esteja sempre nos desenvolvendo intelectualmente.

A criança gosta de ser independente, de criar seu próprio mundo sozinho, muitas vezes se espelha no adulto que está por perto. Na escola, por exemplo, a criança se apega muito no professor, pois convivem no dia a dia. Nas horas vagas tem criança que gosta de brincar de escolinha, imitando o seu professor nas falas, nos gestos, ou seja, pode-se ressaltar como a criança é observadora, pois está ligada em tudo que se passaem volta dela. Em casa também os filhos gostam muito de imitar os pais, mas não é à toa que a criança imita, ela gosta de explorar sua imaginação, entrar no mundo do faz de conta. (Andrade, 2011)

O papel do professor nos jogos e brincadeiras na educação infantil

A interação do professor com a criança na sala de aula também é muito importante. Professores acomodados, que se preocupam em terminar logo o dia para irem embora, que se deixam levar pelo método tradicional, que não deixam as crianças brincarem, que acham tudo uma bobagem, acabam prejudicando o desenvolvimento do processo da aprendizagem da criança. Se todos os profissionais de uma escola partissem com os recursos necessários, com pensamentos ligados à preocupação do processo de aprendizagem das crianças talvez fossem diferentes. Todas as escolas precisariam ter brinquedos, uma brinquedoteca, saber dar o valor real à eles, para que haja espaços onde as crianças de sintam mais a vontade, livres e que tenham incentivo do professor em um momento de distração, prazer, interação e autonomia.

Segundo (Morais, 2008, p.41) Somente um profissional bem preparado saberá da importância desse período em que as crianças passam em suas vidas para seu processo de

aprendizagem e crescimento. Em seus primeiros anos de vida, a criança fatalmente vive experiências que marcarão o seu perfil emocional e educacional pelo resto da vida. Todo o perfil da pessoa adulta, todo esse momento de construção de caráter, dependerá também do papel desempenhado pelo professor. Certamente as primeiras habilidades, boas competências e até deficiências da criança já poderão ser notados e, se o caso, aprimorados ou tratados desde já.

O professor passa a ser o ponto principal para a aprendizagem da criança, desde o berçário, onde os bebês já começam a se descobrir sozinhos, mas com o incentivo do professor o desenvolvimento é muito maior. Ele descobre a necessidade da criança, como é primordial a interação, o afeto no dia a dia, e assim, a escola passa a ser a sua segunda casa, onde fica depositada sua confiança..

Cândido (2014) passa a ideia ao educando que o brincar é direito de todas as crianças, não tem hora e nem lugar. Na sala de aula por exemplo, os professores podem usar materiais que já são utilizados no dia a dia, como lápis de colorir, tinta, massinha, onde as crianças possam ter a liberdade de se expressar, explorar a imaginação desenhando, brincando com tinta, ao ar livre, confeccionando desenhos com as massinhas, tudo isso partindo do desejo da criança, de como ela poderia produzir, sem que o professor interromper, deixando a criança se levar, oferecendo seu apoio. Seria uma aula diferente, onde os processos de aprendizagem das crianças aconteceriam de forma natural, positiva e feliz.

Na maioria das escolas, muitas vezes faltam recursos pedagógicos, o que dificulta o professor a querer trabalhar de maneira diferente com seus alunos, materiais que ajudariam a aplicar um jogo divertido e até mesmo o desenvolvimento de diversas brincadeiras acabam sendo deixadas de lado por falta de suporte da escola. O professor acaba tendo que se virar nos trinta para conseguir realizar uma aula diferente e dinâmica com seus alunos. A falta de recurso pode dificultar o modo de trabalhar do professor, mas não é impossível ter uma boa aula com jogos e brincadeiras. Bastam criar brinquedos e jogos por exemplo, com materiais recicláveis, aproveitando para ensinar as crianças a reciclar e também contar com a participação das mesmas na confecção dos materiais.

O espaço, o ambiente conta muito, jogar ou fazer uma brincadeira dentro de uma sala de aula acaba não incentivando as crianças, deixando-as cada vez mais agitadas, pois um ambiente fechado não possibilita que a criança se expresse de maneira natural, é preciso levar a criança ao ar livre, para que ela possa se sentir em total liberdade como ar, a natureza, isso ajuda bastante a criança a se conhecer. (Bezerra, 2011)

O professor precisa observar a forma como são vivenciados os jogos e brincadeiras na sala de aula, observar o que as crianças realmente elas necessitam na hora que estão brincando ou jogando, pois muitas vezes passa despercebido pelo professor algumas reações da criança quando está no seu momento lúdico, a falta de interesse. Algumas crianças passam por problemas em casa e é através das brincadeiras lúdicas que elas demonstram o que realmente estão sentindo. Portanto, devem destacar o desenvolvimento dos jogos e brincadeiras como a fase mais importante da vida de uma criança, tratando como uma ferramenta pedagógica, possibilitando com que as crianças se desenvolvam de forma significativa e prazerosa. Cabe ao professor saber como aplicar os jogos na sala de aula.

Segundo (Ribeiro, Souza, 2011, p. 36) O professor deve possuir características básicas de observação, ter Olhos e ouvidos bem atentos e sensibilidade para perceber as necessidades de seus alunos. E estar sempre buscando novas descobertas. Dessa forma deve observar as necessidades, assim como as capacidades sociais.

Existem vários tipos de personalidades nas crianças, tem aquelas mais extrovertidas que gostam de interagir com todos e tem as mais tímidas que ficam mais isoladas. Durante o jogo é possível observar as crianças que acabam se destacando mais, aquelas que gostam da competição, de ganhar, mas tem aquelas que preferem perder por vergonha muitas vezes ou ser café com leite. Nas brincadeiras é possível também observar as crianças que gostam por exemplo, de ser o papai e a mãe e outra, os filhinhos, nesse momento é muito importante que o professor possa observar as características das crianças, se uma criança precisa de mais atenção por ser tímida, por exemplo, a timidez pode atrapalhar muito uma criança e se não tratar pode permanecer na fase adulta, dificultando a criança de interagir com outra durante a vida toda. É muito importante que o professor saiba das necessidades das crianças, que as possam ajudar a vencer o medo, a timidez e é durante o jogo ou uma brincadeira que pode-se perceber como a criança pode se expressar por meio das outras.

Morais (2008), afirma que é importante que o educador participe, interaja junto com as crianças, jogue e se divirta com eles, pois, é naquele momento que ela estará passando sua total confiança para eles. Modelando suas aulas de maneira que os alunos se sintam mais à vontade e mais próximo do professor, tendo liberdade para se expressar, faz com que a aula fique com um gostinho de quero mais. Além de a criança gostar muito, faz com que o professor retome o verdadeiro sentido do brincar, colocando em prática o que muitas das vezes passa despercebido.

A interação do professor com a criança traz muitos benefícios, pois contribui para a aprendizagem no dia a dia e também para a formação de atitudes da criança durante alguma brincadeira por exemplo.

A escola exerce uma função muito importante, a de abrigar as necessidades das crianças, sendo responsável pelo ensino aprendizagem, processo cognitivo em que criança percorre ao longo do caminho e de ser um apoio para as dificuldades que possam surgir, incluindo a criação de um ambiente favorável, onde o professor possa se expressar e sentir-se também acolhido, para assim fazer um trabalho significativo.(Barbosa, 2004)

O professor pode buscar seguir novos métodos que possibilitem um ensino mais livre, que não envolva tantas regras que a escola impõe. Vivenciar os jogos e brincadeiras como recursos pedagógicos indispensáveis, colocar em prática o que as crianças verdadeiramente necessitam para se desenvolver no processo cognitivo, e na construção do conhecimento.

Segundo (Pellegrine, p.21) É necessário que o professor procure ampliar cada vez mais as vivencia criança com o ambiente físico, com brinquedos, brincadeiras, e com outras crianças. Um ambiente físico muito ajuda a diversificar as experiências na criança, permite que ela se estabeleça relações, descubra e aprenda.

Considerando que cada professor possa saber aproveitar o momento, seja em um ambiente aberto ou em uma brinquedoteca, saber manusear a aula para que ela fique dinâmica, tentar buscar brincadeiras e jogos que darão certo com cada tipo de espaço, não impor regras para a criança, deixar que ela mesma explore o ambiente que está sendo trabalhado para que então busque despertar a curiosidade, tentar colocar em prática experiências já vivenciada por elas.

Alberguine (2012) ressalta que o educador precisa ter um conhecimento prévio sobre os processos cognitivos em que a criança se encontra, para assim ela observar o que realmente ela precisa. Muitas vezes pensa-se que a brincadeira não está acrescentando nada na vida da criança, pelo contrário, toda criança precisa se expressar de alguma forma, seja rindo, demonstrando raiva, brigando, chorando. A observação da criança pelo professor é indispensável, pois a mesma sempre demonstra o que está sentindo.

Ter uma olhar especial para a criança, saber o que ela realmente precisa no momento em que está interagindo com o outro, elevar seus limites acima do que ela é capaz, por mais simples que seja um jogo, deixá-la fazer do jeito dela, do modo que saiba de como vencer. A afetividade do professor com seu aluno conta muito, é preciso dar mais do que uma simples

aula ou querer que as horas passem correndo para ir embora ou para um café, não ter paciência, pode ser algo prejudicial em uma sala, um carinho, uma atenção, um afeto pode ajudar muito para que a criança sintam-se protegida diante algum problema.

Cadorin e Morandini (2014) passam a ideia de que o professor deve estar preparado para aplicar o lúdico na sala de aula ou no ambiente livre, planejar, adequar para que seja uma aula agradável, que as crianças sintam prazer, alegria de estar ali, ou seja, que seja muito valorizado o convívio do professor com o aluno. Ter o recurso pedagógico também é fundamental. Preparar as aulas com antecedência ou elaborar materiais pedagógicos com a participação dos alunos, também seria uma aula dinâmica, para que eles produzissem seus próprios jogos, seus brinquedos, contribuindo para com a interação de todos. Ensinar as crianças, a saber, como dividir, compartilhar, seria uma boa maneira de demonstrar também que todos tem o direito de jogar, de brincar, sem que se sintam donos dos objetos e que saibam respeitar suas diferenças.

É de suma importância que o professor saiba trabalhar com a turma as diferenças que possam surgir entre as crianças durante as atividades. O educador precisa ser preparado para passar a ideia que o lúdico é para que todos pratiquem com harmonia, diversão, sem brigas ou desentendimentos, ressaltar a elas que todos terão a oportunidade em participar das atividades. Para que assim, no futuro, possam ser adultos capazes de se comportar, refletir diante algum problema ou dificuldade.

Para tanto, ser um bom professor requer o domínio da matéria, a competência para ensinar, a preocupação com os métodos de aprendizagem, e a aceitação afetiva inserida no convívio harmonioso com os alunos, para que haja construção de saberes e competências que valem para uma vida toda e não momento da apenas no aprendizagem. Portanto, professor que quer garantir uma aprendizagem significativa para os seus alunos precisa ter em mente a importância da relação interpessoal em sala de aula. (Rodrigues, 2013, p.25).

O educador é a chave principal para seus alunos, é a partir dele que as crianças irão saber o ponto de partida, de como seguir, pois sua confiança esta toda depositada nele.

O presente artigo teve como objetivo compreender a contribuição dos jogos e brincadeiras como recurso pedagógico no processo de aprendizagem das crianças da educação infantil.

Transmitir a importância dos jogos e das brincadeiras como uma contribuição para a aprendizagem na educação infantil, sendo um dos principais fatores no desenvolvimento das crianças. Evidenciar a postura do professor com as crianças quanto à utilização dos jogos e

brincadeiras, para que as crianças possam vivenciar o lúdico de forma correta.

O presente estudo foi desenvolvido por meio de uma pesquisa bibliográfica, de caráter descritivo, relatando questões da realidade sobre a utilização dos jogos e das brincadeiras na educação infantil, sendo trabalhada como um recurso pedagógico. A pesquisa foi desenvolvida com diferentes autores e a partir disso pode-se observar a perspectiva de cada um em relação ao lúdico, ao jogo e à brincadeira. Foram pesquisados artigos científicos publicados no Brasil no banco de dados do Scielo, durante os últimos dez anos.

Considerações Finais

Ao realizar essa pesquisa, foi possibilitado aos educadores o desenvolvimento de uma visão mais ampla sobre a prática de jogos e brincadeiras como um recurso de ensino aprendizagem no ambiente escolar. Deve-se perceber que o educador leve em consideração não somente a teoria para ser trabalhada em sala de aula, mas a prática no ambiente conta muito, por meio da vivência, experimentação, dinâmica, incentivo, para que desperte a motivação das crianças, visando assim um melhor resultado no desenvolvimento e na aprendizagem das mesmas. O lúdico é um fator indispensável para esse processo, pensando sempre no bem estar da criança, reflete a ideia que, tanto o jogo, quanto a brincadeira deve estar presente sempre em nossas vidas, pois, todos nós já passamos por essa fase e nos lembramos de como é importante resgatar e praticar mais frequentemente o lúdico nas escolas, trazendo para dentro do ambiente escolar diferentes tipos de atividades, de forma dinâmica e prazerosa.

De acordo com (Silva, 2007, p.13):

O brinquedo e a instrução escolar organiza habilidades e criança conhecimentos socialmente disponíveis, que passará a introduzir. Durante as brincadeiras, todos os aspectos da vida da criança convertem-se em temas de jogos, portanto na escola, o conteúdo a ser lecionado como papel do adulto especialmente treinado para ensinar, deve ser cuidadosamente planejado para atender as reais necessidades da criança.

Os jogos e as brincadeiras estão ligados desde nossos antepassados, por todanossa vida, no dia a dia, em nossas famílias que vêm passando para nós de geração em geração, mostrando sempre que onde há brincadeira, há alegria, onde tem um jogo existe o prazer de jogar e para uma criança esse valor nunca acabará, se fortalecendo cada vez mais, mostrando aos adultos como é significativa a contribuição do lúdico no processo de ensino e aprendizagem, por meio do desenvolvimento dos jogos e das brincadeiras, procurando

vivenciar com uma nova história, uma forma diferente de ensinar e aprender. Cabe também aos educandos valorizar, explorar o que ele tem de melhor para que no futuro saibam a importância do lúdico na vida deles. Desta forma, espera-se que os educadores possam compreender a ideia de que é preciso colocar em prática a utilização de jogos e brincadeira no ambiente escolar, para que assim, a criança possa aprender de maneira efetiva e prazerosa.

Referências Bibliográficas

ALBERGUINE, M.R.S. **A IMPORTÂNCIA DOS JOGOS E BRINCADEIRAS NO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL.** Monografia apresentada ao Curso de Pós- Graduação – Especialização em Educação Infantil e Anos Iniciais: Perspectivas Contemporâneas, ofertado pelo Centro Universitário Filadélfia - Unifil.

ANDRADE, V.T.L. **A IMPORTÂNCIA DA INTEGRAÇÃO ESCOLA E FAMÍLIA.** Monografia apresentada ao Curso Pedagogia da FACECAP/CNECCapivari, para obtenção do título de Pedagogo, Capivari SP, p.10-38,2011.

BARBOSA, S.S.M. **O PAPEL DA ESCOLA: Obstáculos e Desafios Para Uma Educação Transformadora.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul no Núcleo de Estudos e Pesquisas em Trabalho, Porto Alegre, p.8-234, 2004.

BEZERRA, S.L.J. **A importância da intervenção do professor nas brincadeiras nas crianças da creche.** Trabalho de conclusão Curso de Graduação de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira- PB, p.6-21.2011.

CÂNDIDO, V.S. **JOGOS E BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL.** Trabalho de conclusão de curso ao Centro de Ciências Humanas e Exatas na Universidade Estadual da Paraíba, Monteiro- PB, p.13-43, 2014.

CADORIN, T.C.; MORANDINI, P.L. **OLHAR PSICOPEDAGÓGICO NA PRÁTICA DA LUDICIDADE.** Centro de Educação IDEAU – Colégio Santa Clara – Getúlio Vargas, RS, p. 2-13,2014.

FREITAG, M.E.C.V. **O brincar na educação infantil.** Trabalho de conclusão de curso em Especialização Educação Infantil. Florianópolis- SC, p.5-19, 2012.

LOBO, C.J. **A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA CRIANÇAS DE 3 A 4 ANOS.** Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium, Lins, SP, p.12-76, 2013.

MEDEIROS, M.E. **JOGOS E BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL.** Trabalho apresentado Especialização em Psicopedagogia com Ênfase em Educação Infantil. INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA – ISE, ALTA FLORESTA p.9-43, 2008.

MORAIS, P.C.M. **O papel do professor frente á questão do brincar para criança de 04 (quatro) a 06 (seis) anos.** Trabalho apresentado como requisito para conclusão da Habilitação Educação Infantil Pontifica Universidade Católica de São Paulo, p.9-80,2008.

NALLIN, F.G.C. **O PAPEL DOS JOGOS E BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL.** Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, como um dos pré-requisitos para a conclusão da Licenciatura em Pedagogia, Campinas, SP,p.8-35, 2005.

PELLEGRINE, J.M. **A IMPORTANCIA DOS JOGOS E DAS BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL.** Trabalho apresentado como requisito para conclusão da Habilitação Educação Infantil, Pontificia Universidade Católica de São Paulo, p-8-26, 2007.

PEREIRA, R.D.; SOUZA, S. B **A CONTRIBUIÇÃO DOS JOGOS E BRINCADEIRAS NO PROCESSO DE ENSINOAPRENDIZAGEM DE CRIANÇAS DE UM CMEI NA CIDADE DE TERESINA.** Revista do Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Federal do Piauí, Teresina, p.2-17,2015.

RIBEIRO, L.V. **LUDICIDADE: O ato de brincar e aprender na Educação.** Universidade Federal da Paraíba Centro de Educação Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, modalidade a distância, Itaporanga – Paraíba, p. 10-31, nov,2016.

RIBEIRO, K.L; SOUZA, S.P. **Jogos na educação infantil.** Trabalho de conclusão de curso ao Programa de Graduação em Pedagogia da Escola de Superior de Ensino Anísio Teixeira, Serra, p.9-45, 2011.

RODRIGUES, S.L. **Jogos e brincadeiras como ferramentas no processo de aprendizagem lúdica na alfabetização.** Dissertação de mestrado apresentado à Comissão Examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, DF, p.12-8, 2013.

SANTOS, C.S. **A importância do lúdico no processo ensino aprendizagem.** Universidade federal Santa Maria, curso de pós-graduação a distância, Santa Maria, RS,p.9-50, 2010.

SANTOS, M.F.M. **JOGOS E BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL.** Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Curso de Pedagogia a Distância do Centro de Educação, Rio Grande do Norte, Currais Novos - RN, p.6-20,2016

SCHERER, S.A. **O LÚDICO E O DESENVOLVIMENTO: A IMPORTÂNCIA DO BRINQUEDO E DA BRINCADEIRA SEGUNDO A TEORIA VIGOTSKIANA.** Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino, Medianeira, p.8-35,2013.

SILVA, P.A. **A IMPORTÂNCIA DOS JOGOS / BRINCADEIRAS PARA A APRENDIZAGEM DOS ESPORTES NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA.** Trabalho apresentado ao Curso de Especialização em Esporte Escolar do Centro de Educação a Distância da Universidade de Brasília, São Luís, p.9-57, 2007.

VARONELI, M.L. **A IMPORTÂNCIA DAS BRINCADEIRAS E JOGOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL.** Graduando do curso de Pedagogia, da Faculdade de Ciências Humanas da Associação Cultural e Educacional de Garça, SP, p.1-5, 2007.

A ORIENTAÇÃO DE TCC EM UM CURSO TÉCNICO DE LOGÍSTICA

Ednaldo Farias GOMES¹ (IFAL/CABB)

Resumo

O Trabalho de Conclusão de Curso no Curso Técnico Subsequente de Nível Médio em Logística é apresentado no Plano de Curso como uma prática profissional possível para a conclusão dos estudos. Diferente do Ensino Superior onde a produção de trabalhos acadêmicos é uma ação formal e tradicionalmente incorporada, naquele nível a estrutura curricular e a ausência de diretrizes quanto à condução dessa atividade contribuem para a criação de um ambiente de incertezas para o qual o docente assume-se como mediador pedagógico na condução da orientação, reconhecendo-a como um trabalho com/sobre o humano.

Palavras-chave: curso técnico subsequente; TCC; profissionalidade docente.

Introdução

Esse relato de experiência objetiva descrever o exercício de orientação da produção escrita de trabalhos acadêmicos de conclusão de curso (TCC) desse autor, professor da Educação Básica, Técnica e Tecnológica (EBTT) como provável finalização do percurso formativo de alunos do Curso Técnico Subsequente em Logística do Instituto Federal de Alagoas/Campus Avançado Benedito Bentes (IFAL/CABB), esclarecendo a metodologia adotada, os procedimentos de acompanhamento ao aluno e os resultados obtidos.

A escrita de TCC em cursos técnicos, na Educação Básica, embora não seja uma prática cotidiana nesse nível de ensino, está prevista no Plano de Curso Técnico de Nível Médio Subsequente em Logística (2016), curso no qual a autoria leciona o componente curricular Inglês Instrumental no 2º módulo. O documento, ao tratar da organização curricular, defendendo o “trabalho como princípio geral da ação educativa” (IFAL, 2016, 18p.) e referenda o Projeto Político Pedagógico Institucional/IFAL (2014) (PPPI) ao trazer como missão a educação pública de qualidade, pautada na “indissociabilidade entre

¹ Professor da Educação Básica, Técnica e Tecnológica. Professor da Especialização em Docência na Educação Profissional. Professor do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas a Distância. Professor titular do IFAL-Campus Avançado Benedito Bentes no Curso Técnico de Nível Médio Subsequente em Logística. Doutor em Educação (UFPE), Mestre em Literatura Brasileira (UFAL), Especialista em Educação a Distância (SENAC/AL). Graduado em Letras – Português-Inglês (UFAL). E-mail: ednaldof.gomes@hotmail.com.

ensino, como missão a educação pública de qualidade, pautada na “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (IFAL, 2016, 18p.) em todos os seus níveis e modalidades.

O texto do Plano de Curso vale-se dessa digressão documental para embasar a prática profissional constituindo-a não exclusivamente como um sinônimo de exercício laboral, mas como proposta pedagógica que articula teoria e prática com vistas a beneficiar tanto a formação geral quanto a formação profissional na proposição de localizar autonomamente o sujeito no mundo do trabalho.

Dessa forma, entende-se que é possível nessa prática, conjugar teoria com a prática principalmente, quando se tem como proposta pedagógica, a ideia de conciliar estudos que favoreçam a interdisciplinaridade, a contextualização e a flexibilidade como condição para a superação dos limites entre formação geral e profissional com vistas à consecução da profissionalização que se pretende atingir ao término do curso. (IFAL, 2016, 19p.)

Essa proposta pedagógica que idealmente inicia-se a partir do 1º Módulo² pode configurar-se em atividades denominadas, “prática profissional”, cujo cômputo total mínimo deverá somar 400 (quatrocentas) horas, constituindo-se por 08 (oito) possibilidades distintas, dentre elas o TCC (IFAL, 2016, 19p.).

Sem mais referências no Plano de Curso quanto ao TCC além desse excerto, o Plano não dá encaminhamentos que restrinjam procedimentos como orientação e co-orientação, atas de sessão de defesa, composição das bancas de defesa, participação de membros externos na composição dessas bancas, critérios de avaliação, bancas de qualificação, dentre outros. Além disso, a matriz curricular do curso em tela não prevê a oferta de componentes curriculares que poderiam dar suporte à produção do trabalho como *metodologia* ou *TCC*, a exemplo da maior parte dos cursos superiores de graduação que tomam a escrita desse trabalho, associado ao cumprimento de outras obrigações, como pré-requisito para a conclusão dos mesmos.

Nessa matriz, o componente curricular que mais se aproximaria de uma contribuição efetiva para a produção do TCC seria Língua Portuguesa (1º Módulo) que traz como um de seus objetivos “Ler, compreender e produzir textos de diferentes gêneros textuais.”, (IFAL, 2016, 35p.) e em seus conteúdos programáticos o tópico “Gêneros acadêmicos: esquema,

² Com exceção do Estágio Acadêmico Curricular que somente pode iniciar-se a partir do 2º Módulo.

resumo, resenha e artigo científico.” (Cf. op. cit), embora a ementa não contemple o TCC como conteúdo.

É nesse contexto que se posicionam as atividades de orientação de TCC no curso técnico de nível médio, permitindo, pois, a atuação dos professores titulares do curso como orientadores ou co-orientadores em um exercício que compõe o trabalho do professor sob o ângulo das exigências reais do cotidiano (TARDIF; LESSARD, 2012, 111p.) e que, provavelmente, observa sua formação acadêmica e as experiências de pesquisa, no entendimento de quais temáticas são possíveis tomar sob sua responsabilidade e quais não compõem a sua área de formação.

Marco Teórico

Quando se trata da profissionalidade docente, na posição da constituição do sujeito professor e a composição de seu trabalho, uma das características que se destaca é entender que o trabalho docente é um trabalho com/sobre o outro. Apesar da modalidade, nível, ou enquadramento profissional, se professor da educação infantil ou da EBTT, por exemplo, o objeto de seu trabalho, em níveis de complexidade distintas, é uma pessoa em condições de seu exercício de autonomia, “(...) seu objeto é, ele mesmo, um ser humano capaz de juízos de valores e detentor de direitos e privilégios que os símbolos, as coisas inertes e os animais não possuem.”, (TARDIF; LESSARD, 2014, 33p.).

Nesse trabalho com/sobre o humano, na jornada regular de atividades do professor, são-lhes apresentadas diversas outras tarefas além da aula, que podem ser enquadradas nos níveis profissional, político e acadêmico (EVANS, 2008). O profissional é reificado mesmo na prática profissional do professor, é o profissionalismo construído nas ações pedagógicas e seu entendimento; o político configura-se como a concepção do Estado, em como o conjunto de documentos formais ordenam idealmente a atuação desse profissional; no último nível, que diz respeito às pesquisas acadêmicas na área, representadas pelo conjunto de estudiosos e suas respectivas prescrições referentes a um dado tema, reside a prática da orientação de trabalhos.

Nele o professor trabalha como mediador pedagógico à proporção que mobiliza, enquanto orientador e facilitador, parte dessa rede de saberes disponibilizada conjuntamente com o estudante na proposição de potencializar um estado inicial de conhecimento. Traz para

si a responsabilidade de acompanhar as ações mais costumeiras como guiar leituras e acompanhar a composição mesma do texto, até as ações mais complexas como criar um juízo de valor, expressar-se e posicionar-se diante de algo que se lhe apresenta. Therrien (2012, p.114) reitera essa proposição quando considera:

A postura desse mediador como 'profissional do saber' o projeta para a função de 'formador' de sujeitos situados no mundo da vida, onde hão de descobrir os múltiplos saberes e significados que regem a vida da sociedade. A postura dialógica constitui-se em fundante de aprendizagens que afetam a identidade desses sujeitos.

Assim, o professor mediador age em plena ação comunicativa com o sujeito aprendiz na proposição de contribuir afirmativamente com o trajeto formativo desse sujeito, de modo a conferir-lhe a experiência do contato com saberes inéditos e/ou ressignificados que orquestrados, compõem a construção de sua identidade profissional e acadêmica.

Essa definição permite a concepção de um docente descentralizado das práticas educativas, como ator principal nas ações de ensino-aprendizagem, para conceber-se como responsável em exercícios de mediação, provocando situações intencionalmente planejadas para que o orientando possa compor seu conhecimento, sendo a mediação como característica específica do trabalho do professor, diferenciando-o de outras profissões que também trabalham com o humano.

Pela característica da mediação pedagógica se compor no contato com outros sujeitos, entendendo o ensino como um trabalho interativo (TARDIF; LESSARD, 2014, 231p.), no contexto desse autor, os seus objetos de trabalho, na figura do outro, foram compostos, inicialmente, por 01 (um) aluno orientando e por 01 (um) segundo professor orientador com formação específica na área de Logística para o qual as questões de cunho técnico foram direcionadas.

A experiência da orientação de TCC, nesse recorte, observando-se a formação acadêmica em Letras Português/Inglês e a formação especializada da autoria desse relato, trata-se, pois de trabalho interativo de mediação pedagógica focado no exercício de composição, atentando para as características do texto acadêmico, normas de formatação para trabalhos acadêmicos da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), expedientes de linguagem e coesão e coerência em sessões de escrita e reescrita, correções e revisões de

termos e expressões, conforme é detalhado na metodologia dessa experiência.

Metodologia e Procedimentos

Pode-se considerar a abordagem dessa experiência com características qualitativas, semelhante ao tipo de pesquisa, embora no desenvolvimento dos procedimentos de orientação isso não tenha sido formalizado. Esse pareamento é possível por entender a produção acadêmica como resultado das interações significativas entre os sujeitos envolvidos.

Ora, se como afirma Ribeiro (2000, p.111) o objeto das ciências sociais é investigar o dinamismo da vida individual e coletivo, isso parece fato suficiente que não pode ser tangível em um conjunto definido de tipos de pesquisa. Do contrário, requer uma elasticidade, mas sem rupturas, no que diz respeito aos princípios e características da abordagem mencionada.

Em face dos novos paradigmas emergentes numa sociedade em mudança contínua, há que se pensar também em novas abordagens de pesquisa. Há de se fazer-se um exercício contínuo para uma concepção mais elástica das concepções cartesianas sobre 'método', uma vez que a segurança das compreensões obtidas nas investigações qualitativas radica-se no pesquisador e no diálogo pesquisador/comunidade.

Como a matriz curricular não faz previsão de nenhum componente que trabalhe de maneira prioritária a elaboração do TCC, trabalhou-se na ferramenta *Google Docs* (com arquivo de texto compartilhado em rede entre orientadores e orientando) um questionário específico composto por 05 (cinco) perguntas norteadoras, que, nos procedimentos adotados pelo professor, trabalhou com a etapa de escrita do Projeto de TCC. Nos espaços para o preenchimento das respostas, colocou-se, ainda, um roteiro denominado "Dica" que serviu como texto norteador para esclarecer, caso houvesse dúvidas, o que se pretendia com as perguntas:

1. Como surgiu a ideia de seu TCC?
Dica: descreva o histórico de como a ideia surgiu na sua cabeça, os estímulos que lhe provocam a pensar que essa ideia é boa o suficiente para se tornar um TCC. Relacione com sua trajetória acadêmica.
2. O que você pretende alcançar com essa ideia?
Dica: tratar dos seus objetivos geral e específicos, do fôlego do seu trabalho e as intenções de sua atividade de pesquisa.
3. Como você pretende desenvolver suas atividades de estudo e pesquisa em relação à sua ideia?
Dica: roteiro/calendário de atividades descrevendo as etapas da pesquisa que será desenvolvida. tipos de pesquisas.
4. Qual a relação entre sua ideia, o curso e sua prática? E com quais disciplinas e/ou conteúdos estudados até agora ela mais se aproxima?
Dica: esclarecer o top 5 de disciplinas e a razão dessa relação.

<http://www.maceio.al.gov.br/semmed/revista-saberes-docentes-em-acao>

5. Dê no mínimo, três títulos provisórios para o seu trabalho.
DICA: pense em prováveis títulos que correspondem diretamente ou se aproximam de sua ideia. (Fonte: o autor).

As sessões de orientação começaram com base na resolução completa ou parcial das questões apresentadas e discussão desses resultados. Com base na devolutiva dessas perguntas norteadoras iniciavam-se as sessões de orientação. Foi agendada 01 (uma) sessão semanal de orientação presencial, com duração de 1h, além de contatos informais estabelecidos entre os sujeitos no aplicativo *whatsapp*, com vistas a dirimir dúvidas mais urgentes.

Durante essas reuniões fazia-se a leitura coletiva do material mais atualizado buscando estabelecer as melhores opções na redação do TCC, trabalhando os índices descritos na introdução desse relato.

Esse protocolo de orientação foi suficiente para, no caso da experiência aqui relatada, avançar na atividade de redação do TCC, otimizando o tempo e a escrita, reduzindo a possibilidade de digressões desnecessárias que pudessem prejudicar a fluidez da produção textual.

Ressalta-se, ainda, que em virtude das agendas dos sujeitos ou condicionada à dinâmica de escrita do orientando, eventualmente, as sessões eram reagendadas para uma data mais conveniente, estabelecida em comum acordo. Após essa etapa, dado o texto suficiente para a apresentação, o mesmo foi encaminhado ao segundo orientador com vistas a fazer considerações específicas de área, atualizando as ponderações pertinentes para, somente depois, entrar com requerimento junto à coordenação de curso solicitando o agendamento e composição da sessão de defesa de TCC.

Resultados

A culminância das orientações resultou no TCC intitulado *Caracterização de práticas de logística reversa na reciclagem do óleo vegetal no Projeto “Recicla Óleo”, da Companhia de Saneamento de Alagoas (CASAL)/Unidade de Negócio Benedito Bentes (UNBB)* para o qual tomou-se parâmetros de condução e orientação assemelhados àqueles adotados no ensino superior, observando-se as especificidades da modalidade/nível de ensino no qual essa experiência se insere.

Além desse objeto mais concreto, refletindo sobre a prática pedagógica e o contexto de ensino que o professor dessa experiência atua, dois outros resultados advindos já dessa primeira experiência de orientação de TCC no Ensino Técnico de Nível Médio Subsequente se configuram como ações futuras para o período letivo em vigência:

1. A indicação do tema TCC como pauta das próximas reuniões do colegiado de curso afim de se conceber coletivamente diretrizes compatíveis de condução dessa prática profissional, com o intuito de dirimir as fragilidades do Plano de Curso, fazendo-se, inclusive, discussão sobre o ementário do componente curricular Língua Portuguesa com proposta de inserção do TCC como conteúdo programático;
2. A elaboração e oferta de um minicurso sobre a produção de trabalhos acadêmicos intitulado *Como organizar seus estudos para produzir TCC e/ou artigo?*, oferecido também no mesmo semestre.

Considerações Finais

No quadro docente de professores da EBTT, no contexto dos Institutos Federais, há, notoriamente, dois grupos distintos de sujeitos: aqueles que, em sua maioria, por uma formação pós-graduada não licenciada atua em disciplinas específicas³; e os professores de carreira, licenciados e em sua também maioria especializados em áreas suas áreas específicas e, para os quais, cabem a responsabilidade sob as disciplinas da matriz curricular comum, grupo no qual esse autor está inserido.

Não obstante a essa característica da formação acadêmica do sujeito professor EBTT que, na avaliação desse autor, constitui-se como um dos elementos de sua identidade, um outro igual constituinte é o trânsito desse sujeito em ações políticas, profissionais e acadêmicas, sendo essa última, tema desse relato.

A prática de orientação enquanto ação concreta do elemento *pesquisa* na tríade *ensino, pesquisa e extensão*, introduz o sujeito orientando em práticas efetivas de leitura e escrita, de revisão de materiais e procedimentos, dentre outras, contribuindo para a introdução do

³ Dados informais, observados e não tabulados a partir da experiência docente na Especialização em Docência na Educação Profissional com as disciplinas de *Educação a Distância: fundamentos, ambientes e ferramentas e Políticas Públicas na Educação Profissional*.

estudante em ações efetivas que podem exercitar e experimentar, de maneira efetiva, conteúdos programáticos contemplados em suas vivências de sala de aula.

Na avaliação do autor desse relato de experiência, a orientação/produção do TCC em Cursos Técnico de Nível Médio Subsequente não se configura em um exercício amadorístico, prematuro e insipiente por não estar inserido em contextos da educação superior. Contrariamente, acentua nos sujeitos envolvidos, notadamente o estudante, um exercício de autonomia acadêmica necessária e requerida em níveis de estudos posteriores.

A ausência de um entendimento curricular que assuma efetivamente o TCC, enquanto formação profissional possível, e a falta de protocolos específicos de condução que observem as especificidades dos sujeitos, do nível de ensino e da modalidade, são expedientes que depõem contra sua efetividade e complexificam, ainda mais, a condução de todo o processo experienciado e descrito nesse relato.

Esse panorama requer do professor um exercício de reflexão sobre a mobilidade/adaptação de seus saberes pedagógicos, disciplinares, curriculares e experienciais (TARDIF, 2012, 36-8p.) no sentido de contribuir afirmativamente com os processos de ensino-aprendizagem nos quais está inserido e para os quais o trabalho com/sobre o humano subscreve-se como componente da mediação pedagógica.

Dessa feita, a orientação de TCC no âmbito do nível de ensino em tela é uma ação educativa que o autor desse relato está incorporando em sua prática pedagógica, avaliando a manutenção e esforço docente precisos para executá-la, ao passo em que trabalha, também, seu enquadramento nos documentos que regulam a ação do professor no âmbito do IFAL, Planos e Relatórios Individuais de Trabalho, solicitados semestralmente.

Referências

EVANS, L. **Professionalism, professionalism and the development of education professionals**. British Journal of Educational Studies, n. 56, ano 1, p. 20-38, 2008.

Google docs. Disponível em < <https://www.infoescola.com/informatica/google-docs/> >. Acesso em 26 Jul. 2018.

IFAL. Projeto Político Pedagógico Institucional, 2014.

_____. **Plano de curso técnico de nível médio subsequente em logística**, 2016.

RIBEIRO, O. M. Por que investir em pesquisa qualitativa? **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 81, n. 197, p. 109-115, jan./abr. 2000.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 13^a. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

TARDIF, M.; LESSARD, C. **O trabalho docente**: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. 7. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

TERRIEN, J. Docência profissional: a prática de uma racionalidade pedagógica em tempos de emancipação de sujeitos. In: ÁVILA, C. M.; VEIGA, I. P. (Org.). **Didática e docência na educação superior**: implicações para a formação de professores. Campinas: Papirus, 2012, p. 109-132.

AÇÃO CALÇADA VIVA: APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA DE CIÊNCIAS DA NATUREZA

Jaciana de Lima COSTA¹
Kety Lucy da SILVA²
Josilda Silva de LIMA³

RESUMO

Esse trabalho consiste no relato das ações desenvolvidas pela Escola Municipal Selma Bandeira, localizada no bairro do Benedito Bentes, na cidade de Maceió, Alagoas, a fim de solucionar o problema do descarte inadequado do lixo doméstico na calçada da escola, realizado pelos moradores do seu entorno. A Ação Calçada Viva foi uma iniciativa da Direção Geral da Escola e pautada no método dialético, passou pelas etapas de problematização, instrumentalização, catarse e síntese com atividades realizadas em sala de aula e desenvolvidas dentro e fora da escola. Os professores abordaram a problemática trabalhando questões sobre o descarte inadequado do lixo em espaços públicos, a decomposição de resíduos sólidos, problemas causados por lixões a céu aberto, o cuidado com o ambiente e as plantas, considerando sempre o conhecimento prévio dos alunos sob a perspectiva da dialogicidade e durante as atividades, os alunos se tornaram sujeitos ativos do processo e multiplicadores da ação. As práticas adotadas baseiam-se na Base Nacional Comum Curricular (2017) e nas Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de Maceió (2014) que orientam a promoção de uma aprendizagem que desenvolva competências e habilidades para a vida e para o exercício da cidadania. Os resultados obtidos evidenciaram uma significativa mudança na atitude e comportamento da comunidade frente ao problema apresentado, bem como uma mudança da postura dos alunos acerca do cuidado com o ambiente.

Palavras-chave: Comunidade Escolar; Meio Ambiente; Método Dialético; Aprendizagem significativa.

INTRODUÇÃO

As questões ambientais estão sempre presentes no nosso cotidiano e muitas vezes são ignoradas; o descarte inadequado do lixo, sobretudo do lixo doméstico tem se tornado uma prática constante, principalmente nas ruas de bairros da periferia.

A Escola Municipal Selma Bandeira (EMSB) que atende aos anos iniciais do Ensino Fundamental e Educação de Jovens, Adultos e Idosos, situada no bairro do Benedito Bentes, na cidade de Maceió, Alagoas, vinha sofrendo com o descarte inadequado do lixo na calçada da escola há anos. No intuito de solucionar o problema, a Direção Geral da Escola propôs à

1 Professora e coordenadora na Escola Municipal Selma Bandeira – EMSB, da Rede Municipal de Educação de Maceió, graduada em Administração de Empresas, pela Faculdade Figueiredo Costa – FIC (2009), especialista em Administração Financeira “Lato Sensu” pela União de Faculdades de Alagoas – UNIFAL (2009), graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL. E-mail: jacianacosta@hotmail.com

2 Intérprete Educacional de Libras na Escola Municipal Selma Bandeira – EMSB, da Rede Municipal de Educação de Maceió, graduada em Logística pela Faculdade de Tecnologia de Alagoas – FAT (2015), graduanda em Letras-Libras – licenciatura pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL. E-mail: kettymcz@gmail.com

3 Diretora Geral na Escola Municipal Selma Bandeira - EMSB, da Rede Municipal de Educação de Maceió, graduada em Pedagogia – UFAL (1999), especialista em Formação de Professor para a Educação Básica (2002) – UFAL. E-mail: Josilda.lima@hotmail.com

Equipe Gestora o desenvolvimento da Ação Calçada Viva que iniciou em abril de 2018 e vige até os dias atuais.

Portanto, esse trabalho objetiva relatar as ações de intervenção para a solução do descarte inadequado do lixo na calçada da EMSB, para tanto parte da compreensão de que a escola tem um papel fundamental na garantia de competências e habilidades necessárias para que os alunos resolvam as demandas do seu cotidiano identificando problemas, levantando hipóteses, investigando possíveis soluções e sistematizando seus conhecimentos, a fim de serem capazes de transformar sua realidade, ao proporcionar-lhes uma educação integral, conforme preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Nº 9394/96).

Na perspectiva de promover aos discentes a educação emancipadora pautada nos ensinamentos de Freire (1996), cujo desenvolvimento do pensamento crítico, questionador, investigativo, sustentável e consciente contribui para a melhoria da qualidade de vida e instiga o respeito aos seres vivos e ao meio ambiente, e que possibilita a participação social e o exercício da cidadania, a Ação Calçada Viva foi desenvolvida com base no método dialético proposto pelas Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de Maceió (2014), considerando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC/2017), visando o estreitamento das relações entre o conhecimento escolar e a prática social, à medida em que proporcionamos aos alunos um ensino significativo de Ciências da Natureza, bem como orienta o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC (2015) em seu Caderno 8, quando estabelece Direitos de Aprendizagem que garantam uma ação pedagógica a partir de eixos estruturantes, como: compreensão conceitual e procedimental da Ciência; compreensão sociocultural, política econômica dos processos e produtos da Ciência; compreensão das relações entre Ciência, sociedade, tecnologia e meio ambiente.

O ENSINO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA E SEU COMPROMISSO COM A FORMAÇÃO INTEGRAL DO ALUNO

Os problemas ambientais estão sempre presentes em nosso cotidiano, porém, muitas vezes não nos damos conta disso. O lixo urbano, sobretudo, o lixo doméstico, além de ser um problema de caráter ambiental se constitui também um grave problema de saúde e qualidade de vida (OLIVEIRA e COSTA, 2008; MUCELIN e BELLINI, 2008; MEDEIROS *et al*, 2011).

O descarte inadequado desse lixo, principalmente nos bairros periféricos das grandes cidades tem se tornado uma problemática constante e em muitos casos irresolúvel, devido à

falta de conscientização da população acerca da responsabilidade ambiental e da importância das ações individuais na luta pela preservação do meio ambiente.

Neste sentido, a escola possui papel primordial no desenvolvimento de ações que orientem e sensibilizem os alunos e a comunidade, no tocante à importância de conviver socialmente em um ambiente saudável e isso pode ser feito por meio das relações construídas com diversas disciplinas, articuladas ao ensino da educação ambiental.

A educação ambiental é definida pela Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999, como

Art. 1º [...] os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

De acordo com as Diretrizes Nacionais para o ensino de Geografia (PARANÁ, 2008), a sociedade não está excluída da concepção de meio ambiente, logo, ela é componente e sujeito de processos relativos às questões ambientais.

Conforme Sorrentino (2005, p.287) “a educação ambiental, ao educar para a cidadania, pode construir a possibilidade da ação política, no sentido de contribuir para formar uma coletividade que é responsável pelo mundo que habita”.

Tomando como princípios básicos da educação ambiental “*o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade*”, previstos na Lei Nº 9.795/99, no Art. 4º, no inciso III, a discussão sobre o descarte inadequado do lixo está inserida na área de Ciências da Natureza, na unidade temática Vida e Evolução que explora, nos anos iniciais do ensino fundamental, as relações entre os seres vivos e o ambiente, na perspectiva de desenvolver nos alunos a capacidade de compreender, interpretar e atuar no e sobre o mundo. (BNCC/ 2017).

Medeiros *et al* (2011) esclarece que a educação ambiental pode ser trabalhada como forma de transformação da conscientização dos indivíduos integrando as diversas áreas do conhecimento, buscando respaldo nos Parâmetros Curriculares Nacionais.

O descarte inadequado do lixo na calçada da Escola – a intervenção

Por muitos anos a Escola Selma Bandeira vinha sofrendo com o descarte inadequado do lixo na calçada da escola. Tal prática havia se tornado um hábito comum dos moradores da Comunidade e embora havendo coleta regular de lixo três vezes na semana, o lixo era descartado diariamente ocasionando o surgimento de pequenos lixões, bem como problemas de saúde pública e poluição visual, tendo como agravante o fato de a calçada ser um ponto de

parada de transporte coletivo, cujo desembarque ocorria justamente em cima do lixo acumulado. (Foto 1)



Foto 1 – Calçada antes da Ação
Fonte: autoria própria/2018

A evidência desta problemática trouxe inquietações para a Diretora Geral da EMSB a respeito da relação entre a teoria e a prática. De acordo com Pimenta & Lima (2015) é preciso haver um equilíbrio entre a teoria e a prática para não incorrer no empobrecimento das práticas da escola e conforme esclarece Navarro (2000) *apud* Pimenta & Lima (2015) há uma necessidade de investimento nos processos de reflexão da e na ação pedagógica.

Desse modo, a direção da Escola sentiu a necessidade de desenvolver ações pedagógicas relativas à educação ambiental, colocando em prática a teoria proposta pelo ensino de ciências para resolver o descarte inadequado do lixo na calçada da escola.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (1996) esclarecem que as escolas com suas propostas pedagógicas devem contribuir para que os aspectos da vida cidadã relacionados com a saúde, sexualidade, vida familiar e social, o meio ambiente, o trabalho, a ciência e a tecnologia, a cultura e as linguagens se articulem com os conteúdos mínimos das áreas de conhecimento do ensino fundamental.

Fundamentada em tais diretrizes, a direção da Escola propôs à Equipe Gestora (Vice-diretora e Coordenadoras Pedagógicas), o desenvolvimento da Ação “Calçada Viva”, que inicialmente não foi bem aceita por todos, por acreditarem na impossibilidade de mudança cultural e comportamental da Comunidade em torno da Escola, pois conforme afirma Zuben (1998) a problemática ambiental

exige mudanças de comportamentos, de discussão e construção de formas de pensar e agir na relação com a natureza. Isso torna fundamental uma reflexão mais abrangente sobre o processo de aprendizagem daquilo que se sabe ser importante, mas que

não se consegue compreender suficientemente só com lógica intelectual. (ZUBEN, 1998, p.180)

Todavia, a educação ambiental, *na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade* está orientada

[...] para a resolução de problemas sociais. É participativa, comunitária, criativa e valoriza a ação. É uma educação crítica da realidade vivenciada, formadora da cidadania. É transformadora de valores e atitudes através da construção de novos hábitos e conhecimentos, criadora de uma nova ética, sensibilizadora e conscientizadora para as relações integradas ser humano\sociedade\natureza objetivando o equilíbrio local e global, como forma de obtenção da melhoria da qualidade de todos os níveis de vida (GUIMARÃES, 2005).

Mesmo diante de todas as incertezas, havia um consenso de que algo precisava ser feito para solucionar o problema, assim a ideia da Ação Calçada Viva foi consolidada por toda a equipe da escola: coordenadoras, professores e funcionários, além de outros parceiros (biólogo voluntário e Parque Municipal de Maceió) que contribuíram para êxito da Ação.

Da teoria à prática – o percurso metodológico da Ação Calçada Viva

Para dar início à proposta, a Equipe Gestora da Escola Selma Bandeira se reuniu com todos os envolvidos para planejar as ações; o descarte inadequado do lixo na calçada da escola havia se tornado uma cultura local, por essa razão, foi necessário pensar em ações que mobilizasse e sensibilizasse a comunidade em favor da solução proposta pela escola ao invés de confrontá-la por suas ações. Era importante não apenas resolver o problema de forma pacífica, mas envolver toda Comunidade Escolar, desenvolvendo a percepção de que a Escola é um bem público que pertence a cada família da Comunidade, por isso a necessidade de preservá-la.

Dessa forma, toda a equipe escolar se engajou contribuindo de maneira significativa no planejamento e execução das etapas e atividades a serem desenvolvidas durante a ação; o engajamento dos docentes foi fundamental neste processo, uma vez que estes lidam diretamente com os alunos e moradores da região, além disso, as contribuições de um Biólogo voluntário e de funcionários da escola, incluindo alguns que são moradores da Comunidade, enriqueceram as ideias iniciais e favoreceram o êxito da Ação.

Para o desenvolvimento da ação, adotamos o método dialético conforme prevê as Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de Maceió (2014), na qual “*permite ao professor estabelecer a ponte entre o conhecimento a ser apropriado pelo estudante e os saberes provenientes de suas vivências na reconstrução de sua compreensão de mundo.*” (MACEIÓ, 2014, p.44). Tal método é o caminho pelo qual o

professor pretende alcançar as habilidades e competências que irão desenvolver no aluno a compreensão e o agir sobre sua realidade.

As atividades abaixo representam as ações desenvolvidas pelas 29 turmas da Escola, junto aos seus professores, distribuídas nos três turnos (manhã, tarde e noite) e obedeceram as quatro etapas do método dialético (MACEIÓ, 2014, p.45):

A problematização (período – 2/h aulas)

Na perspectiva de proporcionar um ensino reflexivo apregoadado por Freire, os professores apresentaram aos alunos (foto 2) a problemática do descarte inadequado do lixo na calçada da Escola, abordando a temática com os seguintes questionamentos: “Há algo de errado na calçada da escola? Como poderíamos resolver esse problema?” A partir dessas problematizações os alunos identificaram o problema levantando hipóteses, sugerindo possíveis soluções.



Foto 2 – A problematização: refletindo sobre a realidade
Fonte: autoria própria/2018

Essa etapa reflete um ensino que proporciona a valorização da subjetividade, da cultura e do saber dos alunos e que instiga a criticidade destes, pautada na prática da ação dialógica em espaços democráticos. Um ensino que toma como base uma contextualização leva o aluno para uma realidade mais próxima e a compreensão é mais plena, assim, o professor deixa de ser o centro do processo para ser mediador do conhecimento.

A instrumentalização (maio e jun.)

Guimarães (2007) sugere que os educadores criem um ambiente educativo que proporcione aos alunos a oportunidade de conhecerem, sentirem e experienciarem uma

realidade socioambiental, pois isso poderá potencializar práticas diferenciadas que impactará a sustentabilidade socioambiental por meio do estímulo a uma reflexão crítica.

Ou seja, estimular a reflexão e a ação em sua complementaridade como principal diretriz pedagógica. Promover uma postura problematizadora diante dos fatos constituintes da realidade socioambiental. Construir um ambiente educativo que vá além da transmissão de conhecimentos em um processo meramente descritivo e de caráter informativo superando uma perspectiva tradicional de educação. Propiciar um ambiente educativo de construção de novos conhecimentos e saberes, que passa por um processo pedagógico que explore tanto os aspectos cognitivos quanto os afetivos e incentive práticas ambientalmente sustentáveis (GUIMARÃES, 2007).

Nessa etapa os professores criaram um ambiente favorável aos alunos a fim de propiciar o conhecimento acerca da problemática e viabilizar a vivência socioambiental. Foram abordados conteúdos sobre o problema do lixo para o planeta; o tempo de decomposição de resíduos; a reciclagem e reutilização de resíduos; o desenvolvimento das plantas e os cuidados com o meio ambiente. Estes se apropriaram dos conhecimentos científicos necessários para resolução do problema e para melhor compreensão os alunos visitaram o Parque Municipal de Maceió (foto 3), Instituição que forneceu as mudas das plantas, guiados por um Biólogo voluntário que também abraçou a causa.



Foto 3 – A instrumentalização: Aulas no Parque Municipal
Fonte: autoria própria/2018

A Catarse (Semana do meio ambiente de 4 a 7 de jun.)

As ações de cunho pedagógico dentro da escola devem propiciar conhecimentos que ultrapassem os muros da escola e posicionem os alunos como sujeitos ativos no processo, sobretudo, capazes de tornarem os alunos multiplicadores de ações e atitudes educativas a respeito do meio ambiente.

Trazer a realidade de fora da escola para dentro e retornando com ações educativas na comunidade é o pressuposto de uma abordagem relacional. Todo esse processo é um ambiente educativo propício para o desenvolvimento de uma educação ambiental em seu caráter crítico, que se inicia na escola, mas se realiza para além de seus muros (GUIMARÃES, 2007, p.92).

Nesta etapa a Escola Selma Bandeira realizou ações conjuntas para refletir acerca dos conceitos e princípios sobre a temática do lixo, considerando os saberes prévios dos alunos explicitados nas etapas anteriores, agregando conhecimento científico para uma melhor compreensão da realidade; os alunos fizeram uso desses conhecimentos para repensar as práticas de descarte de lixo no ambiente e conscientizar a Comunidade no entorno da escola. Os discentes recolheram pneus velhos, levaram para escola e pintaram para serem utilizados como vasos das plantas e também ajudaram na limpeza da calçada para receber o plantio. Houve também, nesse período, diálogo aberto entre os alunos e a Comunidade: os alunos explicaram aos moradores o objetivo da Ação Calçada Viva e os convidaram a prestigiar a ação do plantio das mudas, solicitando a contribuição deles na preservação da calçada limpa e viva, para tanto, elaboraram cartazes e panfletos de orientação sobre o descarte adequado do lixo e a coleta seletiva e regular realizada pela prefeitura. As ações foram registradas e podem ser conferidas abaixo.



Foto 4 – A Catarse: aprendizado que excede os muros da escola
Fonte: autoria própria/2018

A síntese (8 jun. até os dias atuais)

A síntese consiste na apropriação dos conhecimentos que provocam mudanças na forma de pensar e agir, assim, os alunos aplicaram os conhecimentos adquiridos acerca do plantio e cuidado com as plantas e a reutilização de resíduos para concretizar a ação. O plantio na calçada ocorreu nos três turnos; cada turma recebeu uma muda de planta fornecida pelo

Parque Municipal de Maceió e dois pneus que foram utilizados como vasos. Todas as turmas ficaram responsáveis por plantar e manter suas respectivas mudas.

Após o plantio, as crianças de mãos dadas cantaram a música tema da Ação “*Depende de nós*”, de Ivan Lins, a qual sugere que ainda há esperança para transformar o mundo num lugar melhor, no entanto, depende de nós se a vida sobreviverá. Conforme planejado, a Ação não acabou nesse momento; na semana seguinte os alunos retornaram para a calçada, uma turma por vez, para cuidar de sua muda, identificá-las e avaliar os resultados das atividades desenvolvidas (Foto 5). Neste momento, os alunos e os professores se surpreenderam com a atitude e mudança de comportamento dos moradores; por iniciativa própria os moradores não apenas deixaram de jogar seu lixo doméstico na calçada da escola, mas assumiram a responsabilidade de cuidar e preservar o espaço, inclusive aos finais de semana e se tornaram multiplicadores da ação.



Foto 5 – A síntese: Aprender para transformar a realidade.
Fonte: autoria própria/2018

Resultados da ação

De acordo com a BNCC o ensino de Ciências Naturais para o Ensino Fundamental deve desenvolver no aluno a capacidade de compreender, interpretar e transformar o mundo (natural, social e tecnológico) com base nos aportes teóricos e científicos, ou seja, não basta aprender ciências, é precípuo desenvolver a cidadania participativa (BRASIL, 2017). Já as Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de Maceió (2014), no âmbito das Ciências Naturais, propõem que os conteúdos sejam trabalhados de forma interdisciplinar e contextualizados, favorecendo uma aprendizagem significativa para a vida e ampliação dos conhecimentos científicos.

Com a ação, a escola conseguiu aproximar os conhecimentos científicos, isto é, a teoria à aplicação prática na vida. O empenho e comprometimento de toda equipe escolar com a proposta foram determinantes no sucesso da Ação e assim as mudanças provocadas transcenderam os muros da escola e alcançaram a Comunidade, pois houve uma mudança de atitude no descarte do lixo. Durante o primeiro fim de semana, após a etapa do plantio surgiu uma apreensão quanto à participação efetiva dos moradores, porém, funcionários e alunos que passavam pela frente da escola, admirados com a calçada limpa, tiraram fotos e publicizaram nas redes sociais para mostrar a mudança.

Durante os dias que sucederam foi constatado que os moradores estavam guardando o lixo doméstico para colocar na rua apenas nos dias de coleta (segunda, quarta e sexta), como foram orientados pelos alunos na etapa da Catarse e nesses dias de coleta passaram a colocar seus resíduos domésticos em sacolas bem fechadas, na esquina de suas ruas ou na frente de suas residências, denotando que a conscientização sobre a responsabilidade individual com seu lixo foi exitosa; “o trabalho educativo atinge sua finalidade na medida em que proporciona ao indivíduo a apropriação de elementos necessários à sua humanização” (DUARTE, 2008).

A mudança de comportamento também ocorreu nos alunos: eles cuidam de suas plantas, exigem dos colegas uma postura de mudança no descarte do lixo na escola e percebem que são importantes na transformação da situação problema, por isso motivam seus pais e familiares a serem agentes de mudanças também.

A Ação Calçada Viva é contínua e como preconiza as Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de Maceió (2014), a utilização do método didático na perspectiva dialética exigiu da escola um olhar diferenciado sobre a realidade, sobre acreditar no poder da instituição de ensino como sendo capaz de provocar mudanças culturais e formar cidadãos ativos na resolução dos problemas sociais que permeiam a realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da Ação Calçada Viva evidenciaram que a Comunidade Escolar quando provocada a repensar suas atitudes mostrou-se capaz de responder positivamente, pois o problema do descarte inadequado do lixo foi solucionado. Os moradores do entorno da escola, além de não jogarem lixo na calçada da instituição de ensino, estão guardando seu lixo para colocar na rua somente nos dias de coleta. Outro ponto positivo é a mudança de postura dos

alunos que passaram a cuidar melhor do espaço escolar, supervisionar, manter a limpeza da calçada e cuidar das plantas.

Diante exposto, acreditamos que mudanças de comportamentos são possíveis, porém, só acontecem com êxito quando há um engajamento de todos os envolvidos no processo educativo. Conforme afirmam Deboni e Mello (2007) é preciso que haja um espaço dentro da escola que seja permanente e que não seja fechado nele mesmo, sobretudo, que leve a comunidade escolar a participar e debater as questões ambientais, “propondo ações, pensando e discutindo o tema, buscando soluções práticas para enfrentar problemas ambientais locais” (*ibidem*, p.40), porém, é preciso acreditar nas mudanças necessárias para tornar a nossa sociedade um lugar melhor para se viver e essa reflexão começa na escola.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Base nacional comum curricular. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2018.
- BRASIL. Lei n. 9394, de 20 de dez. de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 20 jul. 2018.
- BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm>. Acesso em: 07 jul. 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais curriculares para o Ensino fundamental**. 1996. Brasília, DF. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB0498.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2018.
- DEBONI, F; MELLO, S.S. de. Pensando sobre a geração do futuro no presente: jovem educa jovem. In: BRASIL. Ministério da Educação. **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola**. Brasília: UNESCO, 2007. 248 p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao3.pdf>>. Acesso em: 08 jul. 2018.
- DUARTE, N. **Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões? Quatro ensaios crítico-dialéticos em filosofia da educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.
- FREIRE, Paulo. A dialogicidade – essência da educação como prática da liberdade. In: *Pedagogia do Oprimido*. 46 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. p. 89-96.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GUIMARÃES, M. **A dimensão Ambiental na educação**. Campinas-SP: Papirus, 2005.
- _____. Educação ambiental: participação para além dos muros da escola. In: In: BRASIL. Ministério da Educação. **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola**. Brasília: UNESCO, 2007. 248 p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao3.pdf>>. Acesso em: 08 jul. 2018

MACEIÓ. Secretaria Municipal de Educação. Diretrizes curriculares para o ensino fundamental da rede pública municipal de Maceió. Maceió, 2014. Disponível em: <<http://www.maceio.al.gov.br/wp-content/uploads/2015/11/pdf/2015/11/MATRIZES-DISCIPLINARES-SEMED-VOLUME-%C3%9ANICO.pdf>>. Acesso em 22 jul. 2018.

MEDEIROS, A.B. de *et al.* A importância da educação ambiental na escola nas séries iniciais. **Rev. Faculdade Montes Belos**, v.4, n.1, set. 2011. Disponível em: <<http://www.terrabrasil.org.br/ecotecadigital/pdf/a-importancia-da-educacao-ambiental-na-escola-nas-series-iniciais.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2018.

MUCELIN, C.A; BELLINE, M. Lixo e impactos ambientais perceptíveis no ecossistema urbano. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, 20 (1), p. 111-124, jun. 2008. Disponível em: , <<http://www.scielo.br/pdf/sn/v20n1/a08v20n1>>. Acesso em: 19 jul. 2018.

OLIVEIRA, L.C.S. de.; COSTA, P.A. **A problemática socioambiental do lixo domiciliar em guarapuava**, 2008. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/709-4.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2018.

Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Ciências da Natureza no Ciclo de Alfabetização. Caderno 08/Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.

PARANÁ, Governo do estado do. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. **Diretrizes Curriculares de Geografia para a Educação Básica**. Curitiba: SEED, 2008. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br>>. Acesso em: 21 jul. 2018.

PIMENTA, S. G. *et al.* Estágio: diferentes concepções. In: PIMENTA, S. G. et al. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez Editora, 2015. ed. 7, p. 33-57.

SORRENTINO, M *et al.* Educação ambiental como política pública. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.31, n.2, p.285-299, maio/ago. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a10v31n2.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2018.

ZUBEN, F. V. Meio Ambiente, cidadania e educação. **Departamento de Multimeios**. Unicamp. Tetra Pak Ltda. 1998.

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO COMO PROCESSO ARTICULADO¹

Aberlandia Gonçalves ALMEIDA²

Resumo

A alfabetização é o processo de apropriação da língua materna. É a compreensão do código escrito e a aprendizagem da linguagem cultural para se comunicar com o mundo. Atualmente, um novo termo, letramento, entra no processo de ensino da língua, indo além e mostrando que não basta saber as letras, escrever e decifrar o que está apresentado no contexto escrito. É mais que isso, é necessário saber fazer uso social desta linguagem para interagir ativamente com o mundo letrado em seus diversos aspectos linguísticos. Com base neste contexto, o presente artigo define alfabetização e letramento, e apresenta como acontece a aprendizagem da língua no processo inicial.

Palavras - chave: alfabetização; letramento; linguagem; contexto social letrado.

¹Trabalho apresentado como TCC para o Curso de Psicopedagogia Clínica e Institucional a Escola Superior Aberta do Brasil, – ESAB em 2016. O trabalho sofreu algumas alterações para se adequar a normas deste edital.

² Graduada e Pedagogia pela Universidade Federal de Alagoas(2004), Pós- graduada em Gestão e Organização da Escola pela Universidade Norte do Paraná.(2007); Pós-graduada em Formação de Professores em Mídias na Educação pela Universidade Federal de Alagoas(2010); Pós-graduada em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Escola Superior Aberta do Brasil(2016);concursada nas redes Estadual e Municipal de Maceió – AL desde 2001atuando na Coordenação Pedagógica no Ensino médio modalidade EJA na Rede Estadual na Escola Estadual na Padre Cabral e Coordenação Pedagógica em turmas de 1º ao 5º ano na Rede Municipal de Alagoas na Escola Municipal Hermínio Cardoso. Professora formadora bolsista PNAIC Pela UFAL/MEC.aberlandia@gmail.com.

Introdução

Atualmente, o processo de aquisição da língua materna, denominado alfabetização, vem passando por mudanças. Ensinar a ler e escrever não são suficientes, é necessário ensinar a criança a fazer uso dessa aprendizagem para interagir com a sociedade em seus diversos gêneros escritos, para compreender o outro e ser compreendido, num mundo letrado, mergulhado em tecnologias com diversos portadores de textos. Nesse contexto, surge um novo termo, letramento, que propõe uma reflexão sobre a escrita apresentando uma aprendizagem conectada com a realidade social da linguagem.

Assim sendo, a alfabetização ganha novo sentido, pois agora não apenas se aprende a ler e escrever, ampliam-se as possibilidades e as crianças também aprendem, nesse processo, a fazerem uso da leitura através dos diversos tipos de textos que circulam na sociedade.

Esse novo processo apresenta-se como um trabalho articulado entre alfabetização e letramento, entendendo, dessa forma, que mesmo sendo processos distintos, não tem como escolher entre um ou outro, mas juntar os dois fazendo uma articulação cujo ensino ganha maior sentido e tem mais aplicabilidade na vida do aprendiz.

Saveti (2007, p 127) defende que estamos pensando em uma abordagem que concebe as práticas de leitura, na escola, como instrumentos político-pedagógicos através dos quais professores e alunos afirmem o direito e a responsabilidade, não apenas de lerem, mas de compreenderem e transformarem suas experiências pessoais e de reconstruírem uma ação transformadora com a sociedade de forma mais ampla.

Diante desse contexto, tem-se como objetivo geral compreender o processo articulado entre alfabetização e letramento. Para que esse objetivo fosse alcançado a metodologia utilizada foi a pesquisa exploratória, com coletas de informações em livros com temáticas referentes ao assunto, reunindo vários autores, além de leitura e fichamento de artigos, em periódicos e livros que já vêm abordando o tema.

O que é alfabetização?

A alfabetização é um estado de apropriação do qual é possível ao indivíduo entender e se fazer entender através dos códigos escritos. É uma aprendizagem necessária para interagir no mundo letrado. A pessoa alfabetizada tem condições melhores e oportunidades que diferem do analfabeto que fica à margem do conhecimento necessário para interagir no mundo que se move e cresce através de símbolos. A apropriação da língua materna proporciona a criança

compreensão do modo de representação da linguagem que corresponde ao sistema alfabético de escrita (FERREIRO 2001).

A criança está alfabetizada quando consegue grafar, do próprio punho, os símbolos que correspondem às marcas gráficas pertencentes à língua materna e possui a compreensão e discernimento para conhecer que as letras que estão sendo grafadas correspondem à unidade mínima, que unidas formam sílabas e palavras que fazem parte de uma linguagem necessária para se comunicar com o mundo. Assim como afirma Colello (2004), “a linguagem significa (ou deveria significar) conhecer os seus elementos básicos, o seu funcionamento e as suas dimensões, possibilitando o livre trânsito entre diversos modos de atualização, bem como o estreitamento de laços entre a expressão e a ideia”. O estudo da língua faz parte de um processo que se refere a um mecanismo de saber ler e escrever para se comunicar com o mundo.

A aquisição da língua materna envolve o cognitivo da criança e acontece por meio de um trabalho planejado com objetivos bem definidos. Para Russo (2012), a aprendizagem é um processo de apropriação do conhecimento que só é possível com o pensar e o agir, sobre o objeto que se quer conhecer. O trabalho didático do professor, quanto ao processo de mostrar a criança símbolos, perpassa por seleção de palavras e textos que se encontram dentro do universo infantil. Os progressos que podem ser notados fazem parte do trabalho pedagógico de sondagem sobre o que a criança vai expressando.

A forma como a criança se apropria do conhecimento sobre a linguagem escrita e falada foi influenciada pelos estudos de Ferreiro (1999), nos quais afirmam que a alfabetização acontece por meio de estágios e que cada estágio tem particularidades próprias e expressa o que a criança está pensando, possibilitando ao professor fazer as intervenções significativas para que haja avanço de um estágio para o outro, e finalmente, que a criança esteja alfabetizada. Esse estudo revolucionou a forma como se ensinava a ler e escrever, tirou o foco do como se ensina e passou-se a pensar como se aprende, o que a criança pensa quando está escrevendo os seus primeiros rabiscos para representação da escrita.

É preciso ficar claro, aqui que não se atribui a Emília Ferreiro nenhuma metodologia específica. Muitos mitos foram criados em torno de sua pessoa e de sua proposta de trabalho, por exemplo, o fato de não ensinar gramática, ou deixar o aluno fazer tudo o que quiser. Esses mitos, porém em consequência de sua teoria vem sendo desarticulados. (RUSSO, 2012)

O novo olhar para o processo como a criança aprende a língua, trouxe mudanças também para o entendimento e o pensar a escrita como um meio de comunicação importante e necessário

para expressão do pensamento. Para Higounet (2003, p. 09), a escrita é mais que um instrumento. Mesmo emudecendo a palavra, ela não apenas a guarda, realiza o pensamento que até então permanece em estado de possibilidade. Entende-se que a escrita está na própria ação de pensar e expressar-se para o mundo e que nasce na formação do pensamento sobre a materialização deste em forma escrita. Higounet (2003) revela que os mais simples traços em pedra ou papel não são apenas um meio, eles também encerram e ressuscitam a todo o momento o pensamento humano.

Toda criança pensa sobre a escrita. Independentemente de sua condição social é um processo real e envolve o ensino da língua. Ferreiro (2012) diz que são os primeiros rabiscos que vão expressando a apropriação do alfabeto e o uso do mesmo para se comunicar com o mundo. Higounet (2003, p. 10) fala que a escrita é apenas um procedimento destinado a fixar a palavra, um meio de expressão permanente, mas também de acesso direto ao mundo das ideias, reproduz bem a linguagem articulada, permite ainda apreender o pensamento e fazê-lo atravessar o espaço e tempo.

Quando uma criança inicia o processo de apropriação da língua já tem uma concepção própria sobre o mundo e já sabe se comunicar. Porto (2009, p. 14) fala que, por meio da linguagem, o homem se reconhece como humano, pois, ao comunicar-se com os outros e trocar experiências, certifica-se do seu conhecimento do mundo e dos outros com quem interage. O papel do professor vai além de ensinar o código escrito, perpassa também pelo processo de despertar da linguagem escrita que se apresenta como uma importante ferramenta universal e culta para o homem se comunicar e interagir socialmente com o mundo. A criança vai entendendo aos poucos como ela pode fazer uso da escrita para expressar o que pensa; a partir daí vai ampliando os saberes sobre a língua materna, até chegar ao estágio final perfeitamente capaz de transmitir, com eficiência, todo o seu desejo para o mundo, por intermédio da escrita. Segundo Porto (2009, p. 13), a linguagem como forma de interação entre pessoas, mais do que possibilita a transmissão de informações de um emissor a um receptor, e é vista como uma ferramenta de desenvolvimento humano.

Para interagir com o outro, a linguagem deve ter significados e expressar com clareza o que se tenta comunicar. Solé (1998, p. 54) diz que parece ser fundamental que o escrito transmita uma mensagem, uma informação, e que a leitura capacita para ter acesso a essa linguagem. Entende-se, a partir daí, que o acesso à leitura e apropriação da linguagem é uma condição importante para uma pessoa socialmente ativa na sociedade, e que sem ela, mesmo fazendo parte do meio, haverá sempre limitações quanto ao desempenho social do universo escrito.

Pensar no ensino da leitura na escola, portanto, significa pensar na distribuição social do escrito, isto é, considerar que os materiais escritos circulam na sociedade de modo desigual; considerar que da mesma maneira como acontece com a circulação social de determinados produtos, a que nem todos na sociedade têm acesso, apenas uma minoria, tem acesso aos produtos escritos mais valorizados socialmente. (PIETRI, 2009, p. 12)

O mundo globalizado atual apresenta novas formas de comunicação, novos símbolos, além de um universo linguístico cada vez mais sofisticado. Portanto, a cada momento é preciso pensar sobre essas mudanças, buscando entender esse processo letrado, oferecendo para a criança um ensino sistemático no prazo determinado de escolarização, permitindo o acesso à informação, fazendo uso de todos os códigos que servem para se comunicar com o mundo moderno. Ferreiro (2001, p.31) relata que na língua oral não se aprende um fonema, nem uma sílaba e nem uma palavra por vez. As palavras são aprendidas, são desaprendidas, são definidas e são redefinidas continuamente. Não há um processo cumulativo simples, unidade por unidade, mas organização, desestruturação e reestruturação contínua.

Assim sendo, não se trata de pensar uma alfabetização sem planejamento e sem orientação, mas repensar a prática de alfabetização a partir do que a criança compreende e permitir que haja espaço para a construção e desconstrução da escrita por meio do pensar sobre o código escrito. Morais (2010, p.19) diz que nada impede que os professores conversem com os alunos que estão iniciando o ensino fundamental sobre algumas das inovações, sempre os ajudando a ver que a escrita, de algumas palavras, pode mudar com o tempo. Nesse caso, valeria a pena, inclusive, trazer para a reflexão grafias ainda mais antigas, como “pharmacia”, “architettura”, anteriores a reforma ortográfica que tivemos em 1943.

A escola é o lugar que vai proporcionar uma abertura sistematizada e organizada para a estruturação da linguagem. Ferreiro (2001, p.65) revela que a instituição social criada para controlar o processo de aprendizagem é a escola, logo a aprendizagem deve realizar-se nela.

A linguagem é o meio de comunicar-se com o mundo, a escola está como um elo de organização da linguagem culta, ela deve apresentar estratégias e atividades para a construção de uma linguagem real. Higounet (2003, p.22) afirma que a escrita está evidentemente ligada aos fenômenos que regem a linguagem. Buscar formas de entender esses fenômenos é uma tarefa fundamental para que a alfabetização se concretize. Ferreiro (2001, p. 65) relata que, desde o nascimento, as crianças são construtoras de conhecimento, e no esforço de compreender

o mundo que as rodeiam, levantam problemas difíceis e abstratos e tratam por si próprias de descobrirem respostas para eles.

A alfabetização acontece metodicamente no ambiente escolar e é condição necessária para que a criança adquira os saberes para uma boa comunicação com o mundo que a cerca. Nessa linha de compreensão, a alfabetização é a condição adquirida por meio do estudo da língua materna, é o produto final de um trabalho voltado para pensar sobre a linguagem e saber fazer uso dela para entender o mundo e se comunicar com ele.

O que é letramento?

Letramento é um termo usado para designar o uso social da escrita em diversos espaços na sociedade. No Brasil, o uso da palavra letramento inicia-se na década de 1980. Mortatti (2004, p. 83) relata que os estudos e pesquisas sob a influência do inglês “literacy”, era traduzido por “alfabetização”, mais recentemente também por “alfabetismo”. A palavra letramento que se restringia ao âmbito acadêmico, hoje já tem registro em dois dicionários de linguística.

(...) O dicionário de linguagem e linguística de R. L. Trask foi publicada na Inglaterra em 1977 e a tradução brasileira, realizada pelo linguístico Rodolfo Ilari, foi publicada neste ano 2004. Neste dicionário, o termo de entrada de verbetes é acompanhado do original em inglês, entre parênteses, evitando-se assim possíveis equívocos de interpretação por parte do leitor Mortatti (2004, p. 46). Letramento é usado para diferenciar do termo de alfabetização, porém com o entendimento que atualmente a apropriação da língua materna não pode haver um distanciamento entre um e outro. Por ser um termo novo e com um significado de importância singular, parece ter sido utilizado pela primeira vez por Mary Kato, na apresentação de seu livro, no mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística, de 1986, cujo objetivo era salientar aspectos de ordem psicolinguísticas que estão envolvidos na aprendizagem da linguagem, no que se refere a aprendizagem escolar por parte de crianças. (MORTATTI, 2004, p.87).

O letramento se preocupa com os aspectos sociais e históricos da aquisição de um sistema escrito por uma sociedade (Tfouni, 1995). Representa, também, a causa da elaboração de formas mais sofisticadas do comportamento humano que são chamados: “memória ativa, resolução de problemas etc” (Tfouni, 1995, p. 21,). Neste sentido, o estado letrado vai além de uma simples aquisição do código escrito, pois a autora destaca as capacidades mentais que promovem uma busca por estratégias letradas que tenham utilidades importantes para que o indivíduo encontre soluções para os seus próprios problemas.

Pode-se definir hoje o termo letramento como um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos. Mortatti (2004, p. 90) analisa duas concepções dominantes de letramento, relacionando-as com a situação de ensino e com a aprendizagem da língua escrita, tanto por crianças, adolescentes ou adultos. O indivíduo considerado letrado é aquele que tem habilidades de lidar com informações importantes para o uso no seu cotidiano, embora o letramento não seja consequência natural da alfabetização, pode-se considerar que “[...] o indivíduo letrado e alfabetizado é mais poderoso que o letrado não alfabetizado (Mortatti, 2004, p. 107).” Entende-se que o letramento envolve elementos essenciais para a convivência em sociedade.

Articulação entre alfabetização e letramento

Os capítulos anteriores apresentam definições sobre alfabetização e letramento. Neste capítulo será apresentado como fazer uma articulação entre ambos, para tornar a aprendizagem da leitura e da escrita elemento essencial para o exercício da cidadania. Picoli (2012, p.102) afirma que “alfabetizar está relacionada a desenvolver habilidades de raciocínio sobre a língua para comunicar-se pela leitura e escrita, utilizando os gêneros textuais que circulam em cada contexto cultural”. Percebe-se que é preciso levar em consideração o que a criança pensa sobre a escrita e que é fundamental apresentar os gêneros textuais, deixando visualizar, manusear e conhecer as especificidades de cada um.

O letramento se articula com a alfabetização no sentido de focalizar os aspectos sociais e históricos da aquisição da escrita. A alfabetização ganha sentido para o exercício da linguagem se for realizada em conjunto com o letramento. A autora Tfouni (1995, p. 20) faz uma ligeira definição quanto à alfabetização e letramento ao afirmar que, enquanto a alfabetização se ocupa da aquisição da escrita por um indivíduo, ou grupo de indivíduos, o letramento focaliza os aspectos sociais e históricos da aquisição de um sistema escrito por uma sociedade.

O trabalho pedagógico precisa ser planejado para a realidade social em que a criança vive, apresentando significação na aprendizagem e desenvolvimento da linguagem. Silva (2009, p.37) destaca que o principal objetivo da organização do planejamento é o de possibilitar que o professor desenvolva um trabalho sistemático dos conteúdos e habilidades que envolvem o processo de alfabetização e letramento.

Percebe-se que enquanto a criança vai sendo alfabetizada, ela também apropria-se de competências e habilidades ao ter acesso aos diversos tipos de textos e gêneros textuais em

conjunto com a aquisição das letras e demais símbolos de representação da escrita, resultando numa completa aprendizagem, necessária para exercer com autonomia sua cidadania. Maia (2007, p. 32) afirma que o termo letramento atende de forma mais adequada ao que a sociedade está a exigir atualmente do aluno ao final de sua própria escolarização, o que corresponde à apropriação e ao desenvolvimento de práticas de leitura e escrita.

Assim sendo, a articulação entre alfabetização e letramento acontece através de um ensino que supera a prática de ensinar apenas a ler, passando a formar leitores que saibam interpretar o mundo, utilizando uma linguagem necessária para cada tipo de situação do cotidiano social da cultura letrada.

Considerações finais

O estudo teve o objetivo de pesquisar sobre a articulação entre alfabetização e letramento, chegando à compreensão que, mesmo cada uma tendo suas particularidades e sendo palavras distintas, o ensino da leitura ganha um significado maior e com melhores resultados quando se alfabetiza letrando. Isso é possível por meio de um planejamento bem elaborado, através de reflexões sobre a prática do cotidiano. Dessa forma, chega-se a uma ruptura com os velhos modelos de ensino, na qual a alfabetização se concentrava apenas na apropriação do código escrito e passa-se a pensar em como a criança aprende e como essa alfabetização ganha mais sentido aproximando o código escrito associando-o aos vários formatos de escritas e gêneros textuais que circulam na sociedade atual.

A pesquisa teve como propósito compreender e tornar o ensino da língua mais útil e funcional, fazendo um trabalho articulado entre alfabetização e letramento. Chegou-se a conclusão que o letramento deve ser pensado como processo necessário que contribui para o ensino da língua como promoção para a cidadania, apontando para a utilidade que a linguagem representa no cotidiano social do homem contemporâneo. Dessa forma, alfabetizar letrando é uma estratégia mais adequada para o modelo atual de sociedade.

Referências

- BANGO, Marcos. [et al.] (Org.). **PRÁTICAS DE LETRAMENTO NO ENSINO: LEITURA, ESCRITA E DISCURSO**. São Paulo; parábola editorial, Ponta grossa, PR: UEPG, 2007.
- CASTANHEIRA, Maria Lúcia; MACIEL, Francisca Isabel Pereira; MARTINS, Raquel Márcia Fontes de (Org.). **ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA SALA DE AULA**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica editora: CEALE, 2009. - (coleção Alfabetização e Letramento na sala de aula).
- DE PIETRI, EMERSON. **Práticas leitura e elementos para a atuação docente**. 2 ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2009. 96 p.
- FERREIRO, Emília. **Com todas as letras**; tradução de Maria Zilda da Cunha Lopes; 9 Ed. - São Paulo: Cortez, 2001. Biblioteca da educação. Série 8 . (Atualidades em Educação v.2).
- _____. **Reflexões sobre Alfabetização**: Tradução: Horácio Gonzales (et. al), 24. Ed. Atualizada? São Paulo: Cortez, 2001. (coleção questões da nossa Época; v.14.).
- GOMES, Maria de Fátima Cardoso. **Dificuldades de Aprendizagem na Alfabetização**. Organizado por Maria de Fátima Cardoso Gomes. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- HIGOUNET, Charles. **História concisa da escrita**; [tradução da 10ª ed. Corrigida Marcos Marciolo]- São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- MARIA, JOSEANE. **Literatura na formação de leitores e professores**. São Paulo: Paulinas, 2007. - (Coleção Literatura & Ensino). ROCHA, Gladys Agmar Sá. **Apropriação das Habilidades Textuais pela Criança: Fragmento de um percurso**. Campinas, SP: Papyrus, 1999. (Coleção Papyrus Educação).
- MORAES, Fabiano. **O uso de textos na alfabetização; formação inicial e continuada**. Petrópolis, RJ: vozes, 2014.
- MORAIS, Artu Gomes de. **Ortografia: ensinar e aprender**. São Paulo: Ática, 2010.
- MORTATTI, Maria do rosário longo. **Educação e letramento** (coleção paradidáticos; série educação) São Paulo: UNESP, 2004, 136 p.

PICCOLI, Luciana. **Práticas pedagógicas em alfabetização: espaço, tempo e corporeidade.** Luciana Piccoli, Patrícia Camini: ilustrações de Eloar Guazzelli. - Erechin: Edelbra, 2012. P.160: il; 21 x 28 cm.

PORTO, Márcia. **Mundo das ideias: um diálogo entre os gêneros textuais.** Ilustrações Felipe Grosso, Renato Teixeira. Curitiba: Aymar, 2009.

RUSSO, Maria de Fátima. **Alfabetização: um processo em construção.** 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

SOLÈ, Isabel. **Estratégias de leitura.** Trad. Cláudia Schilling - 6. ed - Porto Alegre: Artmed, 1998.

TFOUNI, Leda Verdiani. **Letramento e alfabetização.** São Paulo: Cortez, 1995. – (coleção questões da nossa época).

AVALIAÇÃO E PLANEJAMENTO NO INÍCIO DO ANO LETIVO DOS PROFESSORES

Zuleica Dias SANT-ANA¹

RESUMO. A avaliação significa atribuir alguém um determinado valor qualitativo e/ou quantitativo, podendo ser utilizado, nesse processo, diversos instrumentos e estratégias, além do mais necessita ser alicerçado no respeito a pessoa e na valorização de suas potencialidades. Assim, os professores de escolas públicas ou particulares precisam organizar os seus planejamentos, baseado no avaliar do desenvolvimento integral do estudante, para que possa construir atividades e escolher os melhores métodos, procedimentos, recursos e técnicas que contribuam para que os seus estudantes alcancem os objetivos propostos para aprendizagem. Neste caso, adotou-se como objetivo compreender a importância da avaliação do estudante, no início do ano letivo, para alavancar o planejamento no processo de ensino e aprendizagem. Para almejar essa compreensão, precisou-se inserir o método de pesquisa bibliográfica e documental, com base no aprofundamento de livros e no próprio ordenamento jurídico brasileiro. Ciente dessa realidade, é preciso que a avaliação inicial do estudante seja eficiente, pois servirá de instrumento que contribuirá para o planejamento do professor, no transcorrer do ano letivo, para trabalhar os diversos conhecimentos, habilidades e capacidades pessoais de seus estudantes.

Palavras-chave: avaliação; planejamento; aprendizagem; professor.

INTRODUÇÃO

A avaliação, no início do ano letivo, tanto de escola pública como particular, poderá ser fundamental para aprendizagem do estudante, ao passo que contribui na redução do fracasso escolar e no conscientizar dos professores quanto à estratégia adequada para alcançar a qualidade do ensino que será ministrado.

¹ Mestranda da Facultad Interamericana de Ciências Sociales – FICS; especialista em Direito do Trabalho e Previdenciário, na FAMA; especialista em Gestão de Trabalho, na Fiocruz; especialista em Gestão na Saúde, na Fiocruz; especialista em Psicopedagogia, na UFAL; especialista em Proeja, no IFAL; especialista em Abordagens Clínicas, no CESMAC; especialista em Direitos Humanos, na UFAL; graduada em Psicologia, no CESMAC; graduada em Direito, na FAMA; graduando em Pedagogia - Faculdade Claretiano; professora da rede municipal de Maceió. E-mail: santhanaz@hotmail.com.

Não se pode desconsiderar que a avaliação do estudante, poderá ser útil para identificar o nível de conhecimento que possui para seu avanço, no transcorrer do ano letivo, bem como possibilita verificar se tem os elementos necessários para evoluir no processo de aprendizagem. Ademais, espera-se que os estudantes consigam interagir com o objeto da aprendizagem, ao passo que consiga transformá-lo, em algo significativo, para o seu desenvolvimento cognitivo, pessoal e social.

Entende que o planejamento do professor requer que tenha antes conhecimento integral de seus estudantes, isto é, nos aspectos cognitivo, social, familiar e cultural. Somente, assim, o professor poderá traçar um conjunto de ações, coordenado entre si, que corroboram para almejar um determinado resultado ou objetivo desejado, previstos de forma mais eficiente e econômica.

Pensando assim, espera-se compreender a importância da avaliação do estudante, no início do ano letivo, para o planejamento do processo de ensino e aprendizagem, levando em consideração a primeira semana de contato com seus estudantes, sem esquecer-se de agregar a sua avaliação outros instrumentos de informações como, por exemplo, o parecer descritivo (1^a ao 5^o anos do Ensino Fundamental), laudos médicos, escuta da familiar, percepções de professores de anos anteriores e coordenação, avaliação psicopedagógica da sala de recursos multidisciplinar e outros que se acharem necessários.

Para alcançar o aprofundamento dessa temática, precisou traçar como método de estudo, a pesquisa bibliográfica e documental. Bibliográfica, visto que foi baseada em artigos e livros. Documental, levando em consideração a existência dessas informações nos instrumentos norteadores da escola como, por exemplo, Regimento Interno da Escola, Proposta Política Pedagógica, Proposta Pedagógica e legislação vigente.

Diante dessa realidade, percebe-se que a avaliação no início do ano letivo se justificativa por contribuir como um dos instrumentos que auxilia no diagnóstico do estudante, possibilitando no adequado planejamento do processo de ensino e aprendizagem. Destarte, é preciso esclarecer que a aprendizagem precisa ter adequado material de estudo, ambiente saudável e suporte para avançar na compreensão do assunto trabalho em sala de aula.

Avaliação Inicial e o Planejamento do Professor

A avaliação poderá representar uma forma de julgamento, descrição e opinião e até processará na interpretação dos resultados obtidos, levando em consideração os objetivos e ao público a que se destinam. Durante esse momento, espera-se que o professor tenha habilidade de definir o tipo de avaliação, bem como aproveite de forma satisfatória os seus resultados, sem esquecer-se de ter um olhar especial em relação às diferenças de seus estudantes.

A partir da construção desse instrumento poderá haver a verificação das habilidades e aptidões específicas dos estudantes. Registra-se, portanto, como sendo um processo de “(...) aquisição de conhecimentos do conteúdo da matéria, mas também atitudes, interesses, ideias, hábitos de trabalho, modo de pensar e agir, bem como adaptação social” (SANT’ANNA, 2011, p.31).

No entendimento de Luckesi (2011, p.116) a avaliação representa uma reflexão crítica de uma ação de curta ou longa duração, ficando claro que o "planejamento dimensiona o que se vai construir, a avaliação subsidia essa construção, porque fundamenta novas decisões". Cabe alvitrar que a avaliação representa um sistema crítico que atravessa o ato de planejar e de executar do professor.

Ao mergulhar, nesse contexto, pode-se inferir que o planejamento do professor deverá ser fruto de um conjunto de ações articuladas, com a premissa de alcançar os objetivos, perpassando pelos planejamentos educacional (ênfase aos problemas da educação), curricular (ênfase aos fins da educação prevista nas atividades) e até o de ensino (previsão das etapas do trabalho da escola, visando resultados e produtividade). Decerto, o professor deverá reconhecer que precisa constantemente estar se renovando/qualificando e buscando a melhor forma de melhorar a sua prática, garantindo um melhor caminho para os estudantes venham superar os seus desafios na aprendizagem.

Planejamento do Professor

A educação, tanto de escola pública como particular, tem o dever social e cultural para a aprendizagem do estudante, mas é preciso ser alicerçada por instrumentos que viabilizem a sua prática diária, dentre eles, o planejamento. Para o planejamento, considera-se fundamental que se pense no currículo e no nível de desenvolvimento do estudante e a sua faixa etária para a

elaboração do plano de aula e demais planejamentos.

O professor precisa ter habilidade e conhecimento para elaborar o seu planejamento, no início do ano letivo, uma vez que é um processo dinâmico e progressivo. Neste caso, planejar "(...) é prever, e toda previsão e prospectiva estão sujeitas a erros e imprevistos, daí a importância da flexibilidade para se puderem realizar mudanças" (MENEGOLLA; SANT'ANNA, 2008, p. 67), levando em conta que serve para estruturar e organizar os conteúdos, os recursos e as atividades, com base em suas experiências, observações e avaliações dos estudantes.

Em sua essência, o planejar representa uma "(...) atividade intencional que projetam fins e estabelecem meios para atingi-los. Por isso, não é neutro, mas ideologicamente comprometido", segundo o entendimento de Luckesi, 2000, p. 105. Assim, o planejamento quando for bem estruturado, possibilita o professor a definir estratégia que levam a cooperação e a participação dos estudantes, sem esquecer que contribui para o maior domínio de sua prática, com contínua integração. Além do mais, deve ser realista e possível de ser adaptada a nova situação, não prevista, que possa surgir.

Nessa senda, a prática de planejar para Gama (2016, p.23) representa:

(...) antecipar mentalmente uma ação a ser realizada e adir de acordo com o previsto (...) a atividade de planejar não é somente projetar ações futuras, mas é também agir em função daquilo que se projetou, do pensado, do idealizado como realidade desejada, ou seja, que haja coerência entre o que foi idealizado e sua realização.

Todo processo de planejamento implica em conduzir o professor a definir seus objetivos e levar a aprendizagem para que faça parte dos interesses dos estudantes, para tanto é preciso que sejam selecionados e organizados os conteúdos que tenham alguns significados suas realidades. Neste ínterim, é necessário que sejam selecionados os procedimentos e os recursos adequados para definir com que e como deve ser trabalhado no transcorrer das aulas.

Sem esquecer que o planejamento deve ser útil, válido e profundo, ao passo que tenha um significado para todos que ele envolva, levando a transformação no estudante, especialmente, construído com preparo técnico pedagógico para atenderem aos seus objetivos.

É bem verdade que o planejamento do professor deve ser um plano aliciado na clareza e na realista de seus estudantes, refletindo dentro das técnicas, dos recursos e avaliações. Sem esquecer que necessita ser funcional, ao passo que seja compreensivo e simples em sua

execução.

Por obvio, a prática do planejamento dos professores representa uma atividade de permanente construção dialética, onde existe a interação entre os participantes em busca da reflexão crítica e coletiva sobre a realidade. Por isso, deverá ser versátil ao ponto de transformar a realidade e adequado ao contexto escolar e necessidades do professor (ARAUJO apud GAMA, 2018, p.34).

O planejamento, dentro de uma perspectiva de processo, parte da prática professor, ou seja, quando há o fornecimento de dados para o diagnóstico das situações problemas, levando a busca de soluções, seja no contexto individual como coletivo. A partir de uma visão crítica-reflexiva poderá o professor ter dados suficientes para transformar a realidade existente, destacando-se como fruto de seu julgamento acerca de sua realidade, visto que tem traçados os seus objetivos, metas, organização e seleção de estratégias mais adequadas para solução de problemas e construir o seu planejamento (ARAUJO apud GAMA, 2018, p.34).

Para o entendimento de Menegolla e Sant'anna (2008, p. 67) a elaboração de um planejamento de disciplina requer das seguintes etapas:

- conhecimento e análise da realidade do estudante, do professor, da escola e da comunidade;
- definição dos objetivos dos estudantes e dos professores em relação à disciplina;
- delimitação dos conteúdos mais significativas para atingir os objetivos;
- escolha dos melhores procedimentos e técnicas de ensino;
- seleção dos possíveis e melhores recursos humanos e materiais;
- estabelecimentos dos melhores processos de avaliação, assim como as melhores técnicas e instrumentos

Na verdade, o planejamento e avaliação dos professores são atos que estão a serviço da construção de resultados satisfatórios. É evidente que o planejamento traçada previamente os caminhos, a avaliação subsidia os redirecionamentos que venham a se fazer necessários no percurso da ação. Enquanto que a avaliação é um ato de investigar a qualidade dos resultados intermediário ou finais de uma ação, subsidiando sempre sua melhora (LUCKESI, 2011, p.165).

Pensando, dentro dessa realidade, não há dúvida, que o planejamento é importante para

organizar as atividades do professor, no início de ano letivo, por isso a sua gestão parte do princípio que a sua etapa deverá ser ampla, complexa e multifacetado, levando em consideração que a avaliação poderá garantir a qualidade da aprendizagem do estudante.

Da avaliação do estudante nos anos iniciais

A avaliação é um instrumento que pode ser aplicado antes e durante o processo de aprendizagem do estudante, no entanto é preciso estar atento a qualidade da sua confecção, o público a que se destina e os objetivos que se pretende alcançar. Aliás, as avaliações podem emergir com funções diversas, isto é, diagnóstica, formativa e somativa, segundo o entendimento de Sant'Anna (2011, p.32).

Vale salientar que a avaliação diagnóstica apresenta como sendo aquela em que o professor é o sujeito, descartando ser um objeto da ação educativa que não participa do processo de sua avaliação, mas apenas recebe, direta ou indiretamente, o resultado de sua vitória ou fracasso.

É com esta perspectiva que a *avaliação diagnóstica* passa a ser inserida dentro do trabalho pedagógico do professor, levando a ser um instrumento que poderá ser utilizado no início do ano letivo, principalmente, para constatar o que estudantes precisam saber, para a nova aprendizagem durante aquele ano.

Neste período, não resta dúvida que há a necessidade de ter informações de cada estudante, para que se possa traçar um planejamento de aula. Assim, a avaliação deverá se destacar como um diagnóstico que:

(...) se constitui por uma sondagem, projeção e retrospectiva da situação de desenvolvimento do aluno, dando-lhe elementos para verificar o que aprendeu e como aprendeu. É uma etapa do processo educacional que tem por objetivo verificar em que medida os conhecimentos anteriores ocorreram o que se faz necessário planejar para solucionar as dificuldades encontradas (SANT'ANNA, 2011, p.33).

Para se ter ideia, o professor precisa identificar se em sua turma há indícios, barreiras ou motivos que possam levar o problema no seu desempenho escolar, ou seja, existem dificuldades ou distúrbios em seus estudantes que podem interferir na evolução da sua aprendizagem.

Já a *avaliação formativa* é aquela que tem objetivo de avaliar o que o professor e o aluno sabem sobre o resultado da aprendizagem, durante o desenvolvimento das atividades

escolares (SANT'ANNA, 2011, p.33). É preciso estar atento ao fato que esta avaliação² é chamada de acompanhamento de processo, onde ocorre constantemente, com o intuito de identificar os possíveis entraves no processo de aprendizagem, conduzindo ao aperfeiçoamento dos procedimentos para reorganizar o planejamento para que se possa concomitantemente criar oportunidade para aprendizagem do estudante.

Enquanto que a *avaliação somativa ou de resultados* traz em seu bojo uma forma de classificar os estudantes ao final de aproveitamentos apresentados (SANT'ANNA, 2011, p. 35). Diante dessa técnica, verifica-se que poderá ser utilizada durante e no final do ano letivo, com o escopo de averiguar as aprendizagens alcançadas, além do mais é por intermédio dela que se pode decidir, determinar e promover o/a estudante no processo de escolarização, conduzindo aos objetivos e metas educacionais.

A questão que se coloca é que a avaliação tem que formar um ajuizamento da qualidade do objeto avaliado, marcado por um valor mais próximo do ideal estabelecido e com base em critérios pré-estabelecidos. Neste caso, Luckesi (2011, p.69-71) esclarece que a avaliação da aprendizagem traz um juízo de qualidade que:

1. é produzido por um padrão comparativo entre o objeto que está sendo ajuizado e um determinado padrão ideal de julgamento;
2. deve estar fundado sobre dados relevantes da realidade;
3. é uma tomada de decisão que poderá estar alicerçada em continuar na situação em que se está, introduzir modificações para que este o objeto ou situação se modifique para melhor, ou suprimir a situação ou o objeto.

Convém esclarecer que a avaliação da aprendizagem baseia-se em uma tomada de decisão do professor que deve fazer com o aluno, especialmente, quando ela se manifesta satisfatória ou insatisfatória. Por isso, a avaliação precisa ter clareza por parte do professor, para não se transformar em instrumento de controle e punição, mas sim levando ao crescimento do estudante para um elevado patamar cultural com prazer de entender melhor o mundo e crescimento na sua compreensão e visão da realidade.

² Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns: (...) V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios: a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais; b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar; c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado; d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito; e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos (BRASIL, 1996).

A ideia que se pretende chegar é que o processo de ensino e aprendizagem precisa ser alicerçado pela concepção do professor em relação aos seus estudantes, para tanto é preciso que se utilize de uma avaliação. Ademais,

A avaliação é um processo pelo qual se procura identificar, aferir, investigar e analisar as modificações do comportamento e rendimento do estudante, do educador, do sistema, confirmando se a construção do conhecimento se processou, seja este teórico ou prático (SANT'ANNA, 2011, p.32).

Neste caso, o processo de avaliação se destaca como instrumento que investigam os obstáculos na aprendizagem como, por exemplo, cognitiva, psíquica/emocional e funcional ou orgânica/biológica. Neste caso, a avaliação irá averiguar a existência de um problema de origem orgânico ou psicológico que podem interferir na área funcional ou social afetiva, visto que culminam em obstáculos na aprendizagem. Assim, as inadequadas avaliações dos professores podem levar em impactos negativos no processo de aprendizagem dos estudantes.

Da inadequada avaliação pelos professores e seus impactos na aprendizagem

Para compreender os impactos da inadequada avaliação no processo de aprendizagem dos estudantes, é preciso entender que sua adequada realização possibilita a garantia da inclusão escolar, pois existe “(...) o respeito a dignidade, autonomia individual e a independência da pessoa, (...) não haverá discriminação, respeito a diferença e ao desenvolvimento das capacidades, aceitação dos deficientes, igualdade de oportunidades e (...) garantia de acessibilidade educacional e estrutural”(SANT-ANA; SILVA, 2017, p.215).

Neste caso, a avaliação do estudante precisa ser executada com precisão e sem pressa (evitando equívocos e ausência de dados), para que se possa identificar se há os indícios ou não, sinais ou manifestações de problemas que possam causar perturbações, morosidade ou interrupção na aprendizagem.

Neste ínterim, é temeroso que não sejam identificadas claramente as barreiras em relação à aprendizagem como, por exemplo, as de origens orgânicas e/ou psicológicas. Diante desse quadro, percebe-se que há as interferências nos aspectos funcionais, sociais ou afetivo das pessoas culminado em problemas como lentidão ou parada na aprendizagem (SCOZ, 2013, p.44-45).

Quanto à avaliação, o professor deverá ser capaz de identificar se existem de fato

indícios, sinais ou manifestações de problemas, podendo ser aprofundado posteriormente com um estudo, levando em consideração a escuta dos pais ou responsáveis, de diagnósticos clínicos, parecer descrito de ano anterior e da análise da sala de recursos multifuncionais.

Em verdade, a prática do professor precisa estar em conformidade com o nível de desenvolvimento de seus estudantes e a faixa etária, embora seu comprometimento possa ser decorrente de **sintomalogia de problemas de aprendizagem**, ou seja, a interferência na leitura e escrita, especialmente, quando decorre da dificuldade em ler (identificar símbolos), escrever (omissão ou utilização indevida de letras) e interpretar (compreender o que está lendo e atribuir significado simbólico e social), problema fonológico (trocas de letras ou fala errada), inversão de letras (transitório ou normal), sem esquecer-se da dificuldade de memorizar, dificuldade de transmitir o que foi aprendido (cópias ilegível) e inibição da escrita (alteração no desenvolvimento psicomotor). Há, ainda, o caso em que se identifica a lentidão e a parada na aprendizagem (generalizada) (SCOZ, 2013, p.50-67).

Em relação **aos obstáculos a aprendizagem**, precisa que o professor reconheça quais a interferências funcionais como, por exemplo, de orientação espacial, temporal e coordenação motora, isto é, desenvolvimento motor e de percepção e, ainda, as interferências sócio-afetivas como, por exemplo, "a indiferença, a agressividade e superproteção dos pais, a falta de padrões e normas de comportamento e de contato com materiais gráficos, a falta de estímulo, as perdas e pobreza familiares, como responsáveis pelo mau rendimento (...)" (SCOZ, 2013, p.69-70).

Quanto às **causas do problema de aprendizagem**, verificam-se aquelas decorrentes de disfunções neurológicas, as deficiências (deficiência intelectual, surdo, deficiência auditivo, cego, baixa visão, deficiência múltipla, surdocegueira), transtornos do espectro Autista (Autistas e Síndrome de Asperger), transtorno global do desenvolvimento (síndrome de Rett, transtorno degenerativo da infância e transtorno sem outra especificação) e Síndromes (Down, X Frágil, Congênita da Zika vírus, Cri-Du-chat, tourette). Na seara psicológica, registra-se a psicose, os núcleos psicóticos e a neurose.

No entendimento de Scoz (2011, 87-150) a atuação do professor precisa ser planejada para definir a melhor estratégia para trabalhar de forma coletiva ou individual a turma, ou seja, as dificuldades encontradas. Ademais, não se pode negar que é imprescindível observar os problemas de aprendizagem, levando em consideração uma adequada avaliação no início do

ano letivo, em detrimento de ser fundamental para o planejamento do professor.

Sem esquecer que os professores precisam ter seus objetivos com base num projeto de educação e que possuam uma formação técnica–profissional que levem ser eficazes para sociedade (SANT-NA; SILVA; TORRES, 2017, p.83), levando em consideração que se precisa romper com a evasão, a repetência e a exclusão escolar.

CONCLUSÃO

A precisão técnica e teórica dos professores, tanto de escola pública como particular, para realizarem a avaliação no início do ano letivo, possibilita a maior clareza dos resultados dos instrumentos, bem como traz a identificação e a viabilização da adequada intervenção vinculadas aos problemas, ou seja, as dificuldades de aprendizagem relacionadas à linguagem e rendimento acadêmico independente da idade.

Vale registrar que a remediação do problema está no planejamento educativo alicerçado em procedimentos e resultados diagnósticos que demonstrem a discrepância entre o aproveitamento atual (aptidão) e o esperado em uma ou mais áreas (rendimento) como, por exemplo, fala, leitura, linguagem escrita, matemática e orientação espacial. Dessarte, não resultam de deficiências sensoriais, motrizes, intelectuais ou emocionais e até a ausência de oportunidades para aprender.

Não se pode entrelaçar a deficiência com dificuldade, pois a dificuldade está relacionada com habilidade mental, processos sensoriais e estabilidade emocional adequadas com déficit específico nos processos integrativos, perceptivo e expressivo, comprometendo a eficiência da aprendizagem.

Enquanto a deficiência está vinculada a lesão cerebral, disfunção cerebral mínima, dislexias, afasia motora e muitos outros distúrbios ou transtornos.

Além do mais, as dificuldades de aprendizagens podem ser transitórias, especialmente, quando as causas são tratadas ou eliminadas, enquanto que os distúrbios permanecem por toda vida, visto que são disfunções do sistema nervoso central.

Quando são identificadas nas avaliações iniciais as dificuldades dos estudantes, é possível definir estratégias de trabalho. Assim, espera-se que o professor apresente:

- Formação e desenvolvimento profissional (qualificações teóricas e práticas);
- Orientação e trocas de experiências com outros profissionais;

- Conhecer a estrutura de trabalho na escola e sua infraestrutura;
- Manter constante contato com a família.

No que diz respeito às dificuldades de aprendizagem (linguagem, leitura, escrita e matemática), leva-se em conta a necessidade de avaliar no início do ano letivo o estudante e incorporar esse processo na sua prática. Destarte, é preciso ter uma visão integrada da escola, ao passo que identifiquem as características dos indivíduos para serem trabalhados, evitando que estenda ao longo da vida e venha afetar a autoestima, a educação, a vocação, a socialização e atividades diárias.

Diante do resultado da avaliação inicial ou diagnóstica, o professor poderá determinar o ritmo de seu trabalho pedagógico, visto que tem um conjunto de informações que ajudarão na definição da estratégia adotada e adaptar algumas atividades, levando em consideração a dificuldade ou a deficiência identificada para traçar o seu planejamento. Além do mais, a avaliação ajudará na confecção do parecer descritivo e monitoramento dos avanços e das dificuldades no processo de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

GAMA, Maria Luiza Santos. **Planejamento educacional e formação de professores: práticas sentidos e significados**. Curitiba: APPRIS, 2016.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação Mediadora**. Porto Alegre: mediação, 2013.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 2011.

MACEIÓ (ALAGOAS). **Diretrizes da avaliação da/para aprendizagem da rede municipal de ensino de Maceió** / [Secretaria Municipal de Educação]. – Maceió: Editora Viva, 2016.

SANT-ANA, Zuleica Dias; SILVA, Carmém Léa Vanderlei. A educação especial na contemporaneidade do Brasil. In: ALMEIDA, Cláudia Cristina Rêgo et al. **Fundamentos e Paradigmas da educação contemporânea**. Arapiraca: Center Graf, 2017.

SANT-ANA, Zuleica Dias; SILVA, José Genildo da; TORRES, José Ronildo da Silva. A educação especial na contemporaneidade do Brasil. In: ALMEIDA, Cláudia Cristina Rêgo et

al. **Fundamentos e Paradigmas da educação contemporânea**. Arapiraca: Center Graf, 2017.

SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que avaliar? Como avaliar?:** Critérios e instrumentos. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

SCOZ, Beatriz. **Psicopedagógica e realidade escolar:** do problema escolar e de aprendizagem. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BRINCADEIRAS POPULARES COMO INSTRUMENTO DE (RE)AFIRMAÇÃO DA CULTURA INFANTIL

Edilene Conceição de Melo **MARQUES**¹
Thatyana Angélica dos Santos **SILVA**²

RESUMO

O presente relato de experiência expõe, de forma sucinta, a prática do trabalho com algumas brincadeiras populares realizadas na turma do segundo período. Tem como objetivo resgatar as brincadeiras populares como metodologia de ensino e aprendizagem visando melhorar o relacionamento dos alunos no Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) Professora Sônia Maria S. Cavalcanti; e deles com as experiências mais complexas. Como aporte teórico utilizou-se diversas leituras, dentre elas: Pelizzari (2012); Brougère (1997; 2010); Fantocholi (2011), e ainda, as Diretrizes Curriculares da Educação Básica (2013) e as Orientações Curriculares para Educação Infantil da Rede Municipal de Maceió (2015). Conclui-se, portanto, que a brincadeira nos possibilitou um melhor relacionamento entre as crianças e uma melhor adaptação dela com o ambiente escolar. O brincar é, para qualquer criança, uma atividade necessária e saudável, que deve estar em primeiro lugar e, é a partir dele (o brincar), que a criança consegue realiza conexões com a vida e com o mundo.

Palavras-chaves: Educação infantil; Brincadeiras Populares; Ensino-Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

A todo momento encontramos as crianças brincando e imaginando, seja com brinquedos estruturados (industrializados), seja os não-estruturados (que possibilita o desenvolvimento de novas formas de brincar da criança, estimulando ainda mais sua criatividade, utilizando diversos materiais). O resgate das brincadeiras populares ocorre com o intuito de valorizar e inserir a criança em seu contexto infantil e cultural, uma vez que ao interagir entre pares, e se reconhecer como criança, compartilha segredos e constrói sua identidade. Percebe-se que as crianças demonstram claramente muita alegria e satisfação com essas brincadeiras, que também acabam potencializando as interações e o desenvolvimento. “Brincando juntas, as crianças constroem e partilham a cultura de seu mundo social.” (Orientações Curriculares, 2015, p.117)

¹ Pedagoga e Especialista em RH para Educação pela FAFIRE/PE, Especialista em Educação e Meio Ambiente pelo IFAL/MD, Pós-graduanda em Educação Inclusiva pela UNEAL e Mestranda em Ensino de Ciências e Matemática pela UFAL. Atualmente exerce a função de Professora no CMEI Profa. Sônia Maria Souza Cavalcanti, Maceió/AL. E-mail: professoraedilene2@gmail.com

² Me. em Educação Brasileira pela UFAL e Coordenadora do CMEI Profa. Sônia Maria Souza Cavalcanti, Maceió/AL. E-mail: thathyanaped@yahoo.com.br

Sabe-se que o brincar faz com que a criança consiga se comunicar melhor com os adultos e com as demais crianças, por isso é considerado como um importante meio de comunicação. A criança aos poucos reproduz seu cotidiano enquanto brinca e vai desenvolvendo, a criatividade, a atenção, a imitação, a memória, a imaginação, e etc. Portanto, são muitos os aspectos envolvidos no brincar que são importantes para a criança. Por esse motivo, reconhecemos a importância das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI, (2009) em definirem as interações e as brincadeiras como eixos curriculares dessa etapa escolar, também as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica que defende a brincadeira como atividade de grande importância.

Uma atividade muito importante para a criança pequena é a brincadeira. Brincar dá à criança oportunidade para imitar o conhecido e para construir o novo, conforme ela reconstrói o cenário necessário para que sua fantasia se aproxime ou se distancie da realidade vivida, assumindo personagens e transformando objetos pelo uso que deles faz. (Diretrizes Curriculares da Educação Básica, 2013, p.87)

Quando a criança brinca ela imagina um problema ou situação e ao mesmo tempo tenta resolvê-los, desse modo, é brincando que ela começa a entender como poderá resolver conflitos e algumas hipóteses que porventura venham a acontecer em sua vida. E quando está brincando e imaginando que a criança aprende a defender seus pontos de vista e a respeitar os pontos de vista do outro colega.

E, atualmente, vivencia-se momentos de mudanças, tanto na estrutura física das escolas quanto na forma de atuação dos professores nas salas de referência, conhecida como sala de aula, um local que vai deixando aos poucos a cultura das atividades interacionais adentrar juntamente com aprendizagens significativas, e deixando de ser apenas um espaço para realização de tarefas escolarizantes pelos alunos.

Outra mudança observável é o uso das demais dependências da instituição para nortear alguns temas desenvolvidos, descartando a possibilidade de que a sala de referência deva ser o único local adequado para que a aprendizagem aconteça, conforme configura-se na proposta das Orientações Curriculares para a Educação Infantil da Rede Municipal de Maceió (OCEI),

A proposta adotada nesse documento é que, ao lado dos equipamentos e materiais tradicionalmente encontrados, também sejam contemplados outros espaços, ampliando as possibilidades de brincadeiras da criança: como o destinado aos jogos e brincadeiras mais tranquilos, com oferecimento de brinquedos como carrinhos,

<http://www.maceio.al.gov.br/semec/revista-saberes-docentes-em-acao>

cubos, pedaços de tocos e de tábuas; o destinado ao faz de conta, como casa da árvore, casa de boneca, cabana; e o destinado a aventuras, como pontes entre as árvores, cavernas e buracos. (Orientações Curriculares, 2015, p.153)

E assim, as brincadeiras ganham espaços e ambientes diferenciados, ventilados e agradáveis, capazes de atrair e manter a atenção da criança favorecendo novas descobertas. Seja ao ar livre, em contato com a natureza, ou, em outros espaços, essas novas possibilidades na maneira de brincar acaba por agregar novos estímulos e criatividade, sendo esta última uma habilidade essencial presente nas crianças e que se torna imprescindível lançar mão de novos desafios.

As instituições de Educação Infantil precisam organizar um cotidiano de situações agradáveis, estimulantes, que desafiem o que cada criança e seu grupo de crianças já sabem sem ameaçar sua autoestima nem promover competitividade, ampliando as possibilidades infantis de cuidar e ser cuidada, de se expressar, comunicar e criar, de organizar pensamentos e idéias, de conviver, brincar e trabalhar em grupo, de ter iniciativa e buscar soluções para os problemas e conflitos que se apresentam às mais diferentes idades, e lhes possibilitem apropriar-se de diferentes linguagens e saberes que circulam em nossa sociedade, selecionados pelo valor formativo que possuem em relação aos objetivos definidos em seu Projeto Político-Pedagógico. (Diretrizes Curriculares da Educação Básica, 2013, p.88)

Nesse contexto, de organizar um cotidiano de situações agradáveis que as brincadeiras são resgatadas e assumem sua importância, alternando com outras de cunho mais didático como: dominó de letras, de números, entre outras. Vale salientar, que se compreende importante as brincadeiras serem realizadas sob acompanhamento e orientação do professor, e assim as experiências acabam sendo socializadas de maneira coerente, contemplando as áreas de conhecimento numa perspectiva lúdica e interdisciplinar, utilizando das diversas linguagens: corporal, oral, escrita, conhecimento lógico-matemático e de mundo.

DESENVOLVIMENTO

Realizou-se nos primeiros meses do ano letivo de 2017, algumas brincadeiras populares. As crianças escolheram e listaram essas brincadeiras as quais naturalmente, foram sendo inseridas na jornada pedagógica da turma. as crianças também participaram com primazia da execução e construção de alguns materiais brincantes. como exemplo, a amarelinha, que antes de ser construída foi realizado um levantamento dos conhecimentos prévios, das possíveis formas e meios de elaborar e brincar.

Foi organizada uma assembleia em sala, e à medida em que foram levantando as

hipóteses, as possibilidades foram sendo discutidas, assim como o uso de materiais adequados e do melhor lugar para sua construção. Num primeiro momento, aconteceu o *brainstorming*, ou seja, a tempestade de ideias, dentre as quais, surgiram as de desenhar com giz de cera, com pincel e com giz branco no chão da sala de experiências.

Levantaram várias possibilidades de a amarelinha ser construída, utilizando diversos materiais como por exemplo a fita adesiva colorida, o papel colorido, e até a possibilidade de ser realizada na parte externa da sala, na caixa de areia. Por fim, ficou definido o material a ser utilizado: as fitas adesivas coloridas, pois a idéia era de que com elas havia a possibilidade de uma maior durabilidade. Também as fitas adesivas possibilitavam o colorido que todos também almejavam, e com a colaboração de todos eles construíram na sala de referência a amarelinha conforme Figura 1.



Figura 1 - Construindo a Amarelinha
Fonte: Autoria própria (2017).

E assim foram, aos poucos, sendo introduzidas as brincadeiras que, de maneira lúdica trouxeram também aprendizados. No caso da amarelinha foi possível trabalhar o equilíbrio, a lateralidade, limite, o saber esperar a vez, o respeito pelo outro, noções de força, autonomia e o sentimento de perda. Todos com cautela para não deixar com que a criança se aborreça com a brincadeira. Também foi possível realizar o trabalho com os números, tanto na parte de identificação, quanto em relação a ordem numérica, quantidades etc.

Enfim, a construção da amarelinha na sala de referência foi uma opção feita pelas crianças com demonstração de pertencimento e apropriação do espaço.

Sabe-se que as crianças acabam tomando para si os brinquedos de uma forma muito

natural, e segundo Brougère (1997; 2010) o brinquedo lança possibilidades de que haja a “materialização de um projeto adulto destinado às crianças (portanto vetor cultural e social) e que tais objetos são reconhecidos como propriedade da criança, oferecendo-lhe a possibilidade de usá-los conforme a sua vontade, no âmbito de um controle adulto limitado” (BROUGÈRE, 1997, p.63).

E, assim, foram sendo introduzidas as demais brincadeiras, musicalizadas ou não, como: Adoleta, demonstrada na Figura 2, que teve a intenção de trabalhar o ritmo, a audição, memória, percepção e interação com o outro, ajudando no relacionamento com os demais colegas.



Figura 2 - Adoleta
Fonte: Autoria própria (2017).

O Pula sela (conhecido popularmente como pula carniça ou pula mula - Figura 3), Carrinho de rolimã (Figura 4), Futebol de dedo, Corrida de pneus, entre outros que foram trabalhados com a turma com objetivo principal da diversão, descontração e da convivência regadas com doses de aprendizagens.



Figura 3 – Pula sela
Fonte: Autoria própria (2017).



Figura 2 - Carrinho de rolimã
Fonte: Autoria própria (2017).

Realizaram-se diferentes formas de registro, como relatórios individuais e fotografias realizados pela professora, e desenhos de autoria das crianças. Um acompanhamento dos diferentes momentos durante o projeto, do antes e depois da realização das novas brincadeiras o que possibilitou compreender como as crianças se apropriaram dos novos conhecimentos e como, segundo Ausubel (1982), e como explica Pelizzari (2001), receberam as novas informações, “*linkando*” com as informações que já possuíam e as transformaram em conhecimentos novos de forma possivelmente consolidada. Por isso, que para que haja aprendizagem significativa o aluno deve estar num momento de aceitação para a aprendizagem e o ambiente deve ser preparado para isso.

Em primeiro, partir do nível de desenvolvimento do aluno, isto é, a ação educativa está condicionada pelo nível de desenvolvimento dos alunos, os quais nem sempre vêm marcados pelos estudos evolutivos existentes e que, por tal motivo, devem complementar-se com a exploração dos conhecimentos prévios dos estudantes (alunos), o que já sabem ou têm construído em seus esquemas cognitivos. A soma de sua competência cognitiva e de seus conhecimentos prévios marcará o nível de desenvolvimento dos alunos. Em segundo, a construção das aprendizagens significativas implica a conexão ou vinculação do que o aluno sabe com os conhecimentos novos, quer dizer, o antigo com o novo. A clássica repetição para aprender deve ser deixada de fora na medida do possível; uma vez que se deseja que seja funcional, deve-se assegurar a auto-estruturação significativa. (PELIZZARI; et al, 2001, p.40)

Após o trabalho com as brincadeiras, foi perceptível o surgimento de questionamentos quanto à repetição das brincadeiras já conhecidas, e/ou solicitação de novas brincadeiras. Eram questionamentos realizados sempre com alegria e ansiedade. E, na medida em que avançavam as brincadeiras, já começavam a ser iniciadas pelas crianças, o que se configura ser de extrema importância, uma vez que elas, aos poucos, vão desenvolvendo a autonomia, deixando de realizar atividades que outrora eram apenas iniciadas pelo professor.

O brincar se torna importante no desenvolvimento da criança de maneira que as brincadeiras e jogos que vão surgindo gradativamente na vida da criança desde os mais funcionais até os de regras. Estes são elementos elaborados que proporcionarão experiências, possibilitando a conquista e a formação da sua identidade. Como podemos perceber, os brinquedos e as brincadeiras são fontes inesgotáveis de interação lúdica e afetiva. Para uma aprendizagem eficaz é preciso que o aluno construa o conhecimento, assimile os conteúdos. (FANTOCHOLI, 2011, p.02)

Outro ponto positivo observado foi a redução de faltas e choros que eram comuns nos primeiros dias de aula pelas crianças, tanto os que frequentavam pela primeira vez o CMEI quanto os que já possuíam experiências escolares nesta ou noutras instituições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho, portanto, superou as expectativas iniciais. As crianças não apenas jogam bola ou brincam de pega, ou de corrida, agora estão mais ativas e interagindo entre si. Sabe-se, que o processo é longo, mas é um projeto que poderá ser realizado em qualquer instituição de Educação Infantil (EI). Conclui-se que com as brincadeiras foi possível desenvolver o interesse da criança para o aprendizado de forma prazerosa, facilitando a adaptação tanto da criança ao novo ambiente, trazendo para a família uma maior tranquilidade e segurança quanto ao local em que sua criança está, quanto das ações dos professores em decorrência de poderem entender os interesses e necessidades das crianças, bem como das formas pelas quais

elas se apropriam do conhecimento.

Dessa forma, o professor poderá desenvolver uma avaliação mais fidedigna do perfil de suas turmas e organizar as atividades conforme suas necessidades, resgatando sobretudo a cultura local. considerando que a avaliação na EI é um processo essencial que busca analisar diversos fatores que abrange desde o trabalho docente e institucional quanto o desenvolvimento cognitivo e relacional das crianças. Sabe-se que a avaliação, ao ser realizada de forma contínua colabora como instrumento do planejamento docente, principalmente na EI que é realizada principalmente por meio da observação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Gerais da Educação Básica** / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. – Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. 542p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>. Acesso em 29/05/2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução n° 5, de 17 de dezembro de 2009. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de dezembro de 2009, Seção 1, p. 18.

BROUGÈRE, G. **Brinquedo e cultura**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

_____, Gilles. **Que possibilidades tem a brincadeira?** In: BROUGÈRE, Gilles. **Brinquedo e Cultura**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010, p. 104-113

FRIEDNMANN, Adriana. **O brincar na Educação Infantil: observação e inclusão**. 1 ed. São Paulo: moderna, 2012.

FANTOCHOLI, Fabiane das Neves. **O Brincar na Educação Infantil: Jogos, Brinquedos e Brincadeiras – Um Olhar Psicopedagógico**. Revista Científica Aprender, 5ª ed, 2011, ISSN 1983-5450,

Disponível em: <http://revista.fundacaoaprender.org.br/?p=78>, acesso em 25/05/2018.

MACEIÓ. Secretaria Municipal de Educação. **Orientações Curriculares para a Educação Infantil da Rede Municipal de Maceió**. Maceió: EDUFAL, 2015. 271p.:il, color. Disponível em: <http://www.maceio.al.gov.br/wp-content/uploads/allansecom/documento/2015/10/Orientações-Curriculares.pdf>. Acesso em 08/2017.

<http://www.maceio.al.gov.br/semmed/revista-saberes-docentes-em-acao>

PELIZZARI, Adriana; et al. **Teoria da aprendizagem significativa segundo Ausubel**. Rev. PEC, Curitiba, v.2, n.1, p.37-42, jul. 2001-jul. 2002. Disponível em:
2002<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000012381.pdf>. Acesso em 01/05/2018.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS PARA SUCESSO ESCOLAR DE ESTUDANTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS

Letícia de Oliveira SANTOS¹

Resumo. O presente trabalho teve como objetivo realizar um estudo bibliográfico acerca da inclusão de pessoas com necessidades, procurando perceber os meios de acessibilidade, permanência e sucesso escolar desses estudantes. O trabalho apresenta como eixos centrais de discussão as Políticas da Educação Especial, a Declaração de Salamanca (1994), um dos pontos de partida mais relevantes em prol desta modalidade, e também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional vigente, (LDBEN 9394/96). A Educação especial está pautada numa política de justiça e igualdade social, permitindo assim, a abertura de espaços cada vez mais significativos na escola. O trabalho inicialmente traz um breve histórico da Educação Especial no Brasil, refletindo sobre os caminhos percorridos para os avanços alcançados ao longo do tempo. Em seguida, refletimos sobre as políticas públicas, fator indispensável para a abertura dos espaços educativos inclusivos de que realmente a sociedade necessita. E por fim, tecemos algumas considerações relativas à inclusão e sucesso escolar de estudantes com necessidades especiais, demonstrando assim avanços e desafios vivenciados pela educação especial brasileira.

Palavras-Chave: Educação Especial; Avanços; Desafios.

INTRODUÇÃO

Este texto pretende refletir de maneira sucinta sobre a educação inclusiva e as possibilidades de acesso, permanência e sucesso escolar de estudantes com necessidades especiais. No Brasil, muitas conquistas foram alcançadas por meio de embates e implementação de políticas públicas assistencialistas comprometidas com as minorias.

A Educação Especial, modalidade de ensino previsto na Lei de Diretrizes e Bases vigente (LDBEN, nº 9396/96), percorreu um longo caminho entre lutas e desafios até alcançar o espaço que temos visualizado na contemporaneidade, este espaço apresenta lacunas e, sobretudo e muitos desafios as serem superados.

Para isso, as escolas têm buscado dentro de uma política inclusiva e pautada na inserção dos sujeitos independente de suas habilidades ou dificuldades, a adequação da

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Matemática (PPGECIM/CEDU/UFAL), Pedagoga (CEDU/UFAL), Professora dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental pela Semed Flexeiras/AL. Email: leticiaoliveiraufal@gmail.com

estrutura física e formação docente para atender um público muito específico, a saber: pessoas com necessidades especiais.

Desafio é a palavra que legitima a situação da educação especial. Temos o desafio de estabelecer condições que perpassem a barreira da discriminação, além do investimento materializado, pois é de suma importância a adequação do ambiente educativo para atender este público tão específico.

Se outrora, num passado bem presente, esses sujeitos viviam reclusos, sem expectativas de ao menos frequentarem uma escola regular, por situações tão adversas como: a ausência de uma estrutura física adequada das escolas; de uma política de permanência com aplicabilidade direta nos setores de interesse social e formação continuada de professores, apesar desses impasses, temos visto uma melhoria bastante significativa, é o que explica (KASSAR, 2011, p. 9)

A partir do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o MEC tem implantado um conjunto de programas e ações para formação da política de educação inclusiva. São ações com esse propósito: Programa Nacional de Formação Continuada de Professores na Educação Especial e Formação de Professores para o Atendimento Educacional Especializado; Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais; Escola Acessível, que visa à adaptação arquitetônica das escolas; Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, de formação de multiplicadores para a transformação de sistemas educacionais comuns em sistemas inclusivos; Programa Incluir, para acesso às instituições federais de ensino superior aos alunos com deficiências. (KASSAR, 2011, p.9)

E são exatamente os programas relatados pela autora que promovem o desenvolvimento educacional, não apenas da perspectiva inclusiva, mas da educação como um todo. As escolas e a sociedade são contempladas com investimentos, melhorando assim a vida das pessoas, pela possibilidade de desenvolvimento cognitivo, autoestima e inserção no mundo do trabalho (dentro de das especificidades). Quando houver políticas públicas educacionais que respeitem o ser humano em suas diferenças, que possibilitem a eles estar na escola, interagir, socializar-se e aprender, podemos acreditar que as políticas estarão cumprindo o seu papel. (BARRETA E CANAN, 2012, p. 7)

Neste sentido, as políticas públicas são essenciais para garantir a melhoria da sociedade, desde que sejam executadas com responsabilidade. Não basta simplesmente incluir, é necessário atentar para o respeito à diversidade.

Por este motivo é que desenvolvemos um trabalho voltado a compreender as formas de

como as escolas se organizam para viabilizar inclusão social. Destacamos a necessidade de avançar na parte estrutural das instituições, ou organizacional com gestão de caráter democrático, com todos os aparatos legais e formais, e, sobretudo políticos, para a formação dos nossos docentes, com o intuito de romper com a estagnação de certas práticas educativas para assim dar abertura às novas tendências e necessidades da educação contemporânea e inclusiva.

O Objetivo geral foi realizar um estudo bibliográfico acerca da inclusão de pessoas com necessidades especiais e os meios de entrada, permanência e sucesso escolar desses indivíduos, os objetivos específicos ativeram-se descrever sobre políticas públicas inclusivas; identificar as características da educação inclusiva e refletir sobre os meios que possibilitam o acesso, a permanência e o sucesso escolar de pessoas com deficiência.

A metodologia utilizada neste trabalho foi de cunho bibliográfico onde foi realizado reflexões teóricas sobre a atual conjuntura da educação inclusiva, na possibilidade de verificar quais as formas que as escolas tem se utilizado para garantir acesso, permanência e sucesso desses indivíduos numa perspectiva de escola inclusiva.

A relevância deste estudo é reconhecer que todos os indivíduos, independente das suas necessidades físicas ou cognitivas podem ser inseridos nas escolas públicas, mas as escolas além de incluir precisa garantir permanência e sucesso escolar dos estudantes com necessidades especiais por meio de situações de caráter inclusivo que refletiremos a seguir.

BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

Antes de tecermos considerações a respeito da história da Educação Especial no Brasil, refletiremos um pouco sobre a concepção de deficiência fazendo referencia direta às pessoas portadoras de alguma necessidade quer seja intelectual, auditiva, visual, motora, física, ou até mesmo superdotação.

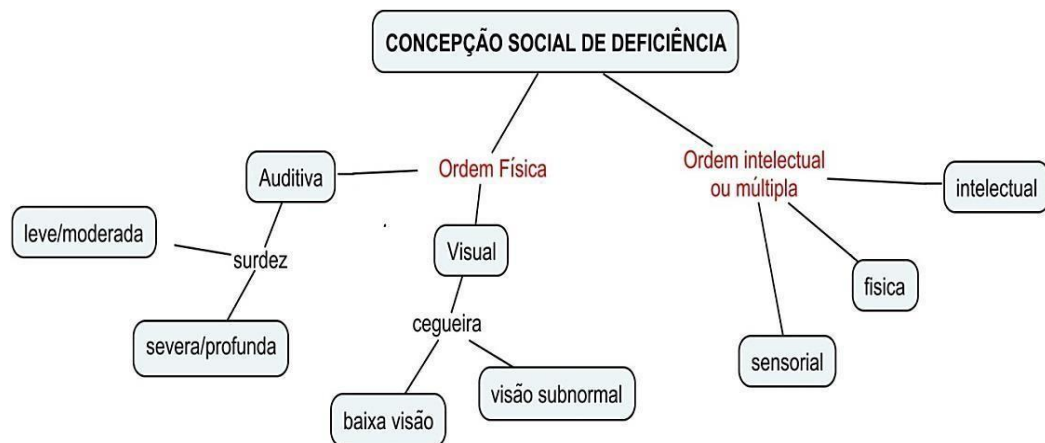
Neste sentido, a concepção de deficiência pela abordagem clínica está explicitada na seguinte definição: A abordagem clínica relaciona a deficiência a um problema físico/orgânico, que traz limitações sociais, colocando quem a possui numa condição diferente no exercício dos seus direitos. A partir da idade moderna esta concepção passou a exercer forte influência na forma de se conceber a deficiência, que na idade antiga era considerada

como algo necessário de ser abolido através da morte, por infanticídio, das crianças que apresentavam esta condição ao nascer e na idade média era concebida como resultado de ações demoníacas ou uma condição passível de receber assistência. (PIMENTEL, 2013, p. 8)

Essas limitações físicas ou cognitivas produziram ao longo da história, a reclusão social dos indivíduos, uma vez que há muitas especificidades a serem consideradas quando nos referimos à educação especial inclusiva.

É evidente que os gargalos que norteiam a educação especial e inclusiva ainda são grandes obstáculos para as instituições educativas. Mesmo com todo o esforço para promover a inserção de estudantes com necessidades especiais, as políticas educacionais andam a passos lentos e tímidos.

Concepção social de deficiência, associada a causas orgânicas:



Fonte: Pimentel (2013, p. 8)

Ao considerarmos as deficiências apresentadas acima, visualizamos imediatamente os limites e possibilidades dos sujeitos que apresentam alguma necessidade especial. Por este motivo, desejar uma “educação para todos”, sem contemplar a todos, invalida todo esse discurso.

Refletiremos brevemente sobre os caminhos percorridos pela educação especial.

Então, a contextualização da Educação Especial desde a antiguidade até os dias atuais foi de fundamental importância para o desenvolvimento da escola inclusiva, pautada na inserção de pessoas com certas necessidades de ordem física, ou cognitiva, é o que Rogalski (2010, p. 2) esclarece:

<http://www.maceio.al.gov.br/semmed/revista-saberes-docentes-em-acao>

É importante contextualizar a Educação Especial desde os seus primórdios até a atualidade, para que se perceba que as escolas especiais são as principais responsáveis pelos avanços da inclusão, longe de serem responsáveis pela negação do direito das pessoas com necessidades educacionais especiais, de terem acesso à educação. Evidencia-se que a inclusão ou a exclusão das pessoas com deficiência estão intimamente ligadas às questões culturais.

No segundo império brasileiro, sob ordem de D. Pedro II, o atendimento às pessoas com deficiência ganhou espaço com o surgimento de duas entidades: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos (1854), hoje denominado IBC - Instituto Benjamin Constant, e três anos depois, o Instituto dos Surdos Mudo (1857), atualmente conhecido como INES – Instituto Nacional da Educação dos Surdos. Ambas as instituições estão situadas no Rio de Janeiro.



Figura 1: Antigo Instituto de Meninos Cegos, RJ

<http://www.ibc.gov.br/>



Figura 2: Antigo Instituto de Surdos-Mudos, RJ.

<http://riodejaneirodehontem.blogspot.com.br/>

Destaca-se ainda no século XX, por volta de 1926, a criação do Instituto Pestalozzi com visão especializada no acompanhamento e atendimento às pessoas com alguma deficiência mental.

A criação das (APAEs), Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais, em 1954, desencadeou um aumento considerável no montante de escolas destinadas às pessoas com necessidades especiais, isto significou no Brasil avanços muito representativos no âmbito da educação inclusiva. Rogalski (2010).

A partir da década de 1970 é que de fato no Brasil vislumbrou-se uma corrente de pensamentos voltados a debater, pleitear, argumentar e defender as interrogações voltadas à educação especial inclusiva.

Em meados da década de 1970, a luta pelo intermédio social a inserção de pessoas com deficiência passou a ser debatida mais claramente e com perspicácia de futuro melhor para a educação especial inclusiva, porém, estudos evidenciam que só por volta dos anos 1980 é que se acirrou a luta pelos direitos das pessoas com necessidades especiais, como afirma (SILVA, 2009, p. 6): “A década de 1980 foi marcada pela promoção de muitos encontros e

congressos internacionais no intuito de mobilizar os países a reestruturarem suas políticas em prol da inserção dos deficientes na esfera social”.

Ocorreu em nosso país a criação das primeiras instituições inclusivas públicas e privadas, atendendo a demanda, mas, os avanços conquistados neste país sucederam-se por meio de muitos entraves políticos e, sociais, bem como a educação especial. “A educação especial surgiu com muitas lutas, organizações e leis favoráveis aos deficientes, começou a ganhar força a partir da Declaração de Salamanca (1994), da aprovação da Constituição Federal de 1988 e da LDB 9394/96”. (ROGALSKI, 2010, p.3)

Compreendemos assim que a Declaração de Salamanca (1994) foi crucial para a marcha pela Educação especial e inclusiva, educação esta já contemplada pela Constituição Federal de 1988, e assim, consolidado às leis favoráveis aos deficientes no Brasil com a vigente LDBEN.

A educação inclusiva está pautada numa política de justiça e igualdade social que contempla alunos com alguma deficiência, bem como se lê no texto da Declaração de Salamanca:

O princípio fundamental desta linha de Ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas, crianças que vivem nas ruas e que trabalham, crianças de minorias linguística, étnicas ou culturais e crianças e crianças de outros grupos ou zonas desfavoráveis ou marginalizadas (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 17,18).

Não só pelas crianças, mas partindo de uma visão mais generalizada, a escola deve estar preparada para atender a todos os sujeitos, com as mais diversas particularidades. Esta Declaração enfatiza a inserção da criança provavelmente porque a educação formal inicia-se na infância, e vai alcançando os níveis ou modalidades necessárias para a aquisição do conhecimento, do saber científico e do pensamento crítico.

Mas, sob a perspectiva da Declaração de Salamanca (1994), o sistema educacional brasileiro mais do que nunca deverá preparar-se para atender a nova demanda da sociedade, e isso interfere diretamente na formação inicial e continuada dos professores e demais educadores, para assim visualizarmos esta necessidade e caminharmos a favor da igualdade de oportunidade para todos os cidadãos.

A Declaração de Salamanca é a Linha de Ação sobre pessoas com necessidades educativas especiais, proclama que a escola é a ambiente mais assegurado para lutar contra as

atitudes excludentes. Lutamos por “uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades” (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 9).

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

A Educação Especial Inclusiva traz grandes questionamentos sobre a estrutura das escolas, buscando agregar as políticas públicas para a promoção de uma educação justa, igualitária e qualitativa.

Convém ressaltar que a sociedade não para. Vivemos numa corrida desenfreada pelo acesso às novas tecnologias da informação e da comunicação, caminhamos conectados às novas metodologias de ensino e ressignificação do ato educativo, tentando romper com a herança tradicional fortemente elucidado nas nossas escolas, nos permitindo refletir diariamente sobre o que vem a ser o ato educativo.

Considerando-se que o ato educativo, além de pedagógico, é eminentemente político. É preciso elevar a capacidade crítica de todos os professores de modo a perceberem que a escola, como instituição social, está inserida em contextos de injustiças e de desigualdades que precisam ser modificados. (ROGALSKI, 2010, p. 11).

Quando a autora cita contextos de injustiças e desigualdades, nos remete a questão da própria educação especial inclusiva, uma vez que tantos alunos neste país viviam ou ainda vivem sem condições de frequentar espaços educativos próprios, ou adaptados.

É perceptível em casos mais amplificados, a manutenção de uma estrutura administrativa dissociada dos interesses daqueles que estão à margem da sociedade, seja sob qualquer esfera, (municipal, escolar, ou mesmo comunitário), nos impedindo de dar saltos qualitativos capazes de modificar esta situação.

Remetendo-se a educação especial, destacamos a seguinte fala de Calheiros e Fume (2011, pg. 6): “Incluimos o direito das pessoas com deficiência não só frequentarem os espaços educacionais, mas que também tenham toda uma equiparação de oportunidades.”

Com o advento da democratização escolar, vivenciamos ainda o paradoxo de inserção/exclusão quando nos referimos ao acesso a níveis mais elevados de educação, e mesmo assim, é possível perceber a exclusão. Então questionamos: Quantos sujeitos com

necessidades especiais estão matriculados ou ainda conseguem permanecer e concluir com êxito os estudos? Temos alguns avanços, porém ainda precisaremos caminhar muito.

Esse gargalo escancara os mecanismos de discriminação percebidos socialmente em detrimento das características pessoais, intelectuais, deficiência física, cultural, social, linguísticas, dentre outras bases estereotipadas.

Em 1988, a Constituição Federal (CF) definiu como uma de umas metas, no artigo 3º, inciso IV “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Já o artigo 205 da mesma (CF) determina “a educação como um direito de todos, possibilitando ao indivíduo o direito à cidadania e o desenvolvimento e qualificação para o trabalho.”

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS

Adentraremos a discussão sobre a inclusão de estudantes com necessidades especiais na educação básica. A professora Rita de Biaggio realizou um estudo evidenciando o quanto as escolas precisaram mudar suas rotinas, além de proporcionar benefícios para todos, inclusive formação continuada dos professores e funcionários da escola. “O aumento do número de deficientes na educação faz parte no movimento mundial pela inclusão.” (BIAGGIO, 2007, p. 19). Mas, se a política de inclusão educacional traz benefícios para todos, também lança novos desafios para instituições, professores e sociedade.

A educação especial inclusiva deve ser estabelecida a partir da educação infantil, pois todas as crianças devem ter aprender a respeitar as diferenças e também criar estratégias para ajudar o próximo, partindo de uma cultura de acessibilidade e solidariedade.

A escola atuando na formação de cidadãos sensíveis, a partir de programas de inclusão, terá uma ação prática e reflexiva sobre os estudantes portadores e necessidades, a escola ou a instituição de educação infantil torna-se inclusiva quando há um Projeto Político Pedagógico elaborado coletivamente.

Figura 3 - Inclusão social: todos por esta causa



Fonte: <http://institutoitard.com.br/o-que-e-educacao-inclusiva/>

Apesar de certos impasses para a modalidade, o que inclui acessibilidade e a continuada formação de professores, é possível ver um avanço muito significativo nas matrículas de estudantes com necessidades especiais em todos os níveis e modalidades educacionais. Isso demonstra que as lutas pela inclusão começam a dar seus resultados na medida em que as escolas, sejam elas públicas ou privadas, promovem a abertura de seus espaços para atender a demanda em discussão.

Este atendimento especializado depende dos fatores já evidenciados ao longo do trabalho, porém enfatizamos:

- Formação de professores;
- A estrutura física das instituições e
- Políticas institucionais de permanência e conclusão desses estudantes.

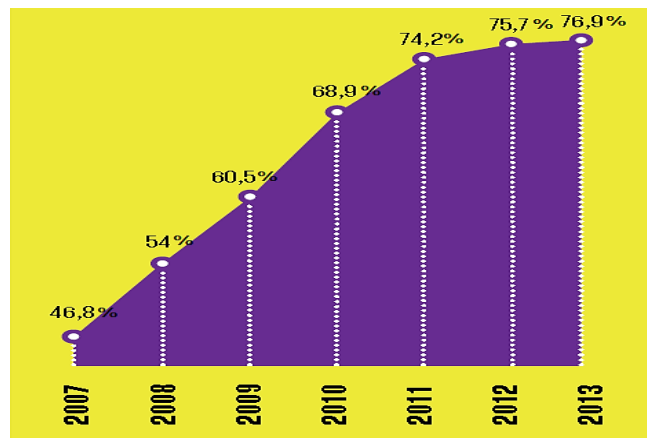
É de suma importância haver o entendimento de que não basta apenas incluir, se faz primordial garantir o sucesso desse alunado.

Para que as escolas estejam preparadas para receber todos os alunos, o Programa Escola Acessível promove a acessibilidade ao ambiente escolar, por meio de salas com recursos multifuncionais e adequação do espaço físico, por exemplo, para atender estudantes com deficiência. Mais de 48 mil escolas foram beneficiadas com recursos do programa. (PORTAL DO MEC, 2018)

O Ministério da Educação (MEC) nos mostra os avanços nas matrículas de estudantes com necessidades especiais numa perspectiva inclusiva, ao passo que em todo o Brasil muitas escolas já tem se adequado às necessidades da sociedade atual. Isto representa sem dúvida, um grande avanço para a nossa sociedade.

A porcentagem de alunos com deficiência matriculados em classes comuns nas escolas básicas brasileiras passou de 46,8%, em 2007, para 76,9%, em 2013. O Brasil caminha na direção de grandes consensos globais sobre a educação inclusiva, que postulam uma escola para todos. Fonte: <http://www.brasil.gov.br/>

Crescimento das matrículas de estudantes com necessidades especiais na Educação Básica brasileira entre 2007 a 2013



Fonte: (EDUCATRIX, 2015, p. 97)

Em 2007, havia 46,8% de estudantes especiais matriculados nas escolas de educação básica, em 2013 os números representaram 76,9%. Observa-se no gráfico um salto de valores quantitativos e qualitativos para a educação especial na educação básica, uma vez que em sete anos, o crescimento das matrículas foi considerado 30,1%. “Hoje, dos 843,3 mil alunos com deficiência matriculados nas escolas públicas brasileiras, 648,9 mil estão em classes comuns, e 194,4 mil em classes especiais.” (EDUCATRIX, 2015, p. 96)

Esses dados representam conquistas fundamentais, há acima de tudo o reconhecimento da inclusão com a finalidade de valorização da diversidade humana. Essas matrículas interferem diretamente na sociedade e no mundo do trabalho, pois esta ação desencadeia uma via de mão dupla, ocorrendo a formação escolar do cidadão, e a inserção no mundo do trabalho, dentro das especificidades de cada um, obviamente, inclusive os concursos públicos e seleções de trabalho reservam uma quantidade de vaga específica para estudantes com necessidades especiais, o que exige desses estudantes uma formação escolar mínima.

A seguir temos um mapa conceitual onde exemplifica os caminhos da Educação Inclusiva:

Figura 4 - Mapa conceitual da Educação Inclusiva



Fonte: <http://inclusaoescolar2010.blogspot.com.br/2010/>

A formação de professores provavelmente seja um dos fatores mais relevantes. Sabemos que a adequação das práticas pedagógicas voltadas a atender a especificidade de cada aluno é desafiadora. Compreender e desenvolver metodologias ativas de ensino-aprendizagem a fim de alcançar práticas que alcancem todos os nossos estudantes é primordial na profissão docente.

Por muitas vezes, esse aluno é tido como uma barreira, um empecilho que interfere nas aulas. Para alguns professores é quase impossível dedicar sua atenção a esse aluno com deficiência, já dito que para o professor demanda perda de tempo e de planejamento da sua prática pedagógica que também é excludente.

A inclusão da pessoa com deficiência na educação básica parte do princípio de que a educação formal é cada vez mais essencial para o desenvolvimento social, profissional e a preparação para o mundo do trabalho. (VARGAS, 2006).

É necessário que os alunos com necessidades especiais tenham a mesma oportunidade de permanecer no ambiente escolar, mas para isso é preciso que se vençamos as barreiras historicamente construídas e sejamos coparticipantes dos avanços da nossa sociedade.

Chahini e Silva (2007, p.1) reforçam essa ideia afirmando que:

A inclusão de pessoas com necessidades especiais (...) não representa concessão de privilégios, mas a promoção da equiparação de oportunidades, para que elas sejam incluídas na sociedade como cidadãs plenas de direitos para o desenvolvimento de suas potencialidades.

As escolas devem considerar a inserção dos estudantes com deficiência como um processo natural inerente a educação, e que as possibilidades sejam equiparadas a dos demais estudantes, garantindo assim a acessibilidade.

As políticas públicas direcionadas a promover ações que sirvam de estímulo para a inclusão das pessoas com deficiência na educação básica caminha a passos lentos, a questão não é apenas incluir, é essencial oportunizar a esses alunos a possibilidade de permanência e conclusão da escolaridade com relevante aproveitamento educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Especial inclusiva caminha por lutas e desafios constantes para alcançar o seu espaço. Possui o objetivo essencial de oportunizar a escolarização para os sujeitos que ainda vivem à margem de uma sociedade marcada pela discriminação, e pela valorização dos padrões considerados “normais” (físicos e intelectuais). (SILVA, 2009)

A partir do governo Lula, as políticas públicas para a educação brasileira passaram por mudanças de representaram muitas conquistas, mudanças estas que viabilizaram melhorias na formação de professores para atender estudantes com necessidades especiais, além de programas de inclusão e socialização.

Destacamos o crescente número de alunos com necessidades especiais matriculados nas escolas públicas nestes últimos anos, é uma grande conquista para a nossa sociedade, viabilizando diretamente alunos com necessidades especiais, dando-lhes acessibilidade e permanência na escola.

Destacamos ainda a necessidade de avançar na parte estrutural das instituições, ou organizacional com gestão democrática e demais aparatos políticos, e por fim a fixação de investimentos significativos nas escolas para a formação dos nossos docentes, com o intuito de romper com a estagnação das práticas educativas, dando abertura para as novas perspectivas da educação contemporânea e inclusiva.

As necessidades especiais apresentadas por determinados sujeitos podem ser físicas ou cognitivas, pontos já discutidos neste trabalho, por estas razões é que se faz necessário oportunizar abertura dos espaços educativos a fim de caminharmos para uma sociedade que busque diariamente a justiça e a igualdade de oportunidade (dentro de cada especificidade).

As propostas apresentadas pela nossa Constituição Federal (1988), pela Declaração de Salamanca (1994), e dos demais documentos legais para a educação especial representam alicerces essenciais para a concretização dos anseios de todos, integrando-os aos mais diversos contextos, atuando assim, como afirma Silva, (2009, pg. 15), no “desenvolvimento das potencialidades, saberes, atitudes e competências de todos os alunos.”

É tempo de avançarmos na nossa educação, todos devemos abraçar esta causa, a comunidade em geral, os pais, os grupos de pessoas com necessidades especiais, os órgãos, os professores, os estudantes, enfim, todos precisamos estar comprometidos com esta construção, para assim efetivarmos uma realidade educativa com ações inclusivas.

REFERÊNCIAS

BARRETA, E. M; CANAN, S. R. **Políticas Públicas de Educação Inclusiva: Avanços e recuos a partir dos documentos legais**. IX ANPED sul. Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2012.

BIAGGIO, Rita. **A inclusão de crianças com deficiência cresce e muda a prática das creches e pré-escolas**. In: Revista Criança do professor da Educação infantil. Ministério da Educação. Brasília, 2007. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/revista44.pdf>. Acesso janeiro/2018.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso julho/2016

BRASIL. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre necessidades Educativas Especiais**. Brasília: Corde, 1996.

_____. MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

CALHEIROS, D. S; FUMES, N. L. F. **O(a) aluno(a) com deficiência nas instituições de ensino superior de Maceió/ AL**. In : Debates em Educação. Maceió, v. 3, n. 5, p. 63-81, jan/jun 2011.

CHAHINI, T. H. C.; SILVA, S. M. M. **Educação Superior: os desafios do acesso e da permanência de alunos com deficiência auditiva em São Luís do Maranhão**. In: XVIII Encontro de Pesquisa Educacional do Norte Nordeste/EPENN. Maceió: Editora da

Universidade Federal de Alagoas, pp. 01-09, 2007.

CAMARGO, P. **Especial é a educação que inclui.** In: Revista Educatrrix. Ano 5, N° 8. São Paulo: Editora Moderna, 2015.

FERREIRA, S. L. **Ingresso, permanência e competência: uma realidade possível para universitários com necessidades educacionais especiais.** Revista Brasileira de Educação Especial, Marília v.13, n.1, p. 43-60, 2007.

FRIAS, E. M. A. MENEZES, M. C. B. **Inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais especiais: contribuições ao professor do ensino regular.** PDE-SEED/PR 2008/2009.

INCLUSÃO SOCIAL. Figura disponível em <http://institutoitard.com.br/o-que-e-educacao-inclusiva/> Acesso janeiro/2018.

INSTITUTO BENJAMIM CONSTANT. Disponível em <http://www.ibc.gov.br/>. Acesso junho/2016.

KASSAR, M. C. M. **Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional.** Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 41, p. 61-79, jul./set. 2011.

MAPA CONCEITUAL: Figura disponível em: <http://inclusaoescolar2010.Blogspot.com.br/2010/> Acesso janeiro/2018.

PIMENTEL, S. C. **Estudantes com deficiência no Ensino Superior: construindo caminhos para desconstrução de barreiras na UFRB.** Cruz das Almas/BA: NUPI, PROGRAD, UFRB, 2013.

PORTAL DO MEC. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em jan de 2018.

ROGALSKI, S. M. **Histórico do surgimento da Educação Especial.** Revista de Educação do IDEAU, Alto Uruguai, 2010.

SILVA, L. M. G. **Educação especial e inclusão escolar sob a perspectiva legal.** Universidade Federal de Uberlândia. 2009.

VARGAS, G. M. S. **A inclusão no ensino superior: a experiência da disciplina Prática Pedagógica.** Prática de ensino de uma turma de alunos cegos e com baixa visão. Ponto de Vista, Florianópolis, n. 8, p. 131-138, 2006.

LINGUAGENS ARTÍSTICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: MUSICAR, COLORIR E FOTOGRAFAR

Williany dos Santos SILVA¹

RESUMO

Este trabalho visa colaborar com as práticas artísticas na educação infantil. Tendo como título, *Linguagens artísticas na Educação Infantil: musicar, colorir e fotografar*, o projeto procura ampliar o contato das crianças com diferentes linguagens de modo a valorizá-las como autoras do processo criativo. O trabalho foi desenvolvido no Centro Municipal de Educação Infantil, no município de Maceió, em uma turma do 2º período vespertino, com crianças de 5 a 6 anos de idade, por meio de uma parceria com o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID/CAPES/UFAL). O referencial teórico envolve estudos sobre o processo criativo (MAURA, 2010), sobre projetos na Educação Infantil (BARBOSA e HORN, 2008) e sobre a arte na Educação Infantil (ANJOS, 2012). Do ponto de vista metodológico, o projeto foi organizado em três eixos, a saber, pintura, música e fotografia e cada um dos eixos foi sendo desenvolvido a partir do trabalho com oficinas de percurso as quais se caracterizam por uma ampla diversidade de materiais que procuram promover a autonomia e a liberdade de escolha das crianças. Ao término de cada eixo, objetivando valorizar as produções e possibilitar a ampliação do diálogo entre a instituição de educação infantil e as famílias que são convidadas a conhecer a produção artística de seus filhos. O projeto, nos possibilitou reflexões que apontam para o fato de que a instituição de Educação Infantil também é local de interação, criatividade e participação dos pequenos como sujeitos de direitos, críticos e potentes.

Palavras-chave: Linguagens artísticas, educação infantil, PIBID.

ABSTRACT

This work aims to collaborate with artistic practices in early childhood education. With the title "Arts in Children's Education: music, coloring and photography", the project seeks to expand the attention of children with different languages in order to value the authors of the creative process. The work was carried out at the Municipal Center for Early Childhood Education, in the municipality of Maceió, in a class of the 2nd afternoon period, with children from 5 to 6 years of age, through a partnership with the Institutional Scholarship Initiation Program (In this paper, we present the results of the study of the creative process (MAURA, 2010), on projects in Early Childhood Education (BARBOSA and HORN, 2008) and on art in Early Childhood Education (ANJOS, 2012). was organizing in three axes, the saber, the painting, the music and the photography and each of the osmosis was being developed from the work with the workshops of course as they are characterized by a wide variety of materials that work to promote and. The choice of children for each axis, aiming at enhancing

¹ Graduada de Pedagogia pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência. E-mail: Williany.santos82@gmail.com.

production and enabling the expansion of dialogue between early childhood education and families who are invited to learn about their children's artistic production. project allows us the reflexes that point to the fact of an institution of infantile education, the creativity and the participation of the small like subjects of rights, critical and powerful.

Keywords: Artistic languages, early childhood education, PIBID.

Introdução

Este artigo tem como finalidade a apresentação do projeto *Linguagens artísticas na Educação Infantil: musicar, colorir e fotografar*, desenvolvido em parceria com o Programa de Iniciação à Docência (PIBID), em um Centro Municipal de Educação Infantil, no município de Maceió. O projeto visa apresentar as diferentes formas de artes – pintura plástica, fotografia e música - presentes no cotidiano das crianças do 2º período do CMEI Padre Silvestre Vedregoor, em uma perspectiva lúdica e que incentive a curiosidade dos pequenos. Que os mesmos se sintam convidados a participar d do universo criativo dessas artes, que ainda, através das artes sejam despertados o interesse e a sensibilidade das crianças, além de expressarem suas emoções e sentimentos no decorrer das amostras realizadas. Como previsto por lei:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitário. (Art. 4º. ECA, 1990).

Visto que, as crianças estão imersas no mundo das artes desde o nascimento, mas não tem o entendimento que que pode ser considerado arte, e tendo arte como um campo do desenvolvimento humano importante desde a primeira fase da vida, dependendo do entendimento da sua cultura, tal universo é pouco explorado mesmo na educação infantil onde as experiências é tão valorosa e ajuda na compressão do mundo da criança. Além disso, que elas podem ser autoras desse mundo artístico e tão pouco explorado em sociedade, menos ainda quando nos referimos a comunidades carentes, que não são incentivadas a vivenciar, conhecer ou fazer arte e os que conseguem explorar o mundo artístico, a depender de sua condição sociocultural e econômica, tem suas expressões artísticas marginalizadas.

A arte foi elitizada e segregada por muito tempo, mas com os avanços tecnológicos passou a ser incorporada mais facilmente no cotidiano popular, hoje, por intermédio da internet, podemos visualizar museus importantes através de um click no computador.

Entretanto, mesmo estando na internet, não significa que todos tenham acesso a esse tipo de arte. No Brasil, embora havendo avanços no número de domicílios conectados a rede mundial de computadores, apenas 57,8% tem o privilégio de fazer parte do mundo virtual. Desses quase 58%, boa parte utiliza a internet como meio de comunicação, pesquisas e afins. Poucos são os que procuram temáticas referente a arte ou áreas correspondentes, seja por falta de estímulo ou por falta de conhecimento.

Ainda assim fica tudo distante, como sendo algo privilegiado dos que possuem uma educação diferenciada e com oportunidades de conhecer distintas representações artísticas - seja a ida ao museu, seja visitas a exposições, teatros, feiras artísticas, concertos musicais, shows, etc. O trabalho realizado na educação infantil pode ser fundamental para repensar que crianças desejamos formar e quais os estímulos estamos promovendo a elas.

Com isso, o projeto traz um pouco das artes já conhecida por elas – pintura, música e fotografia - mas de forma que eles participem do processo de construção, que ao pintar algo, façam ter utilidade; ao ouvir uma música tomem gosto por ela; e ao pegarem uma câmara, descubram o mundo através das lentes e despertem a curiosidade pelo novo. Que não se habituem ao comum e já posto para eles dado a realidade que muitos trazem ao ambiente escolar.

Objetivos

Gerais

Apresentar a música, pintura e fotografia de modo que elas interajam no processo de construção dessas artes. Despertar a curiosidade, interesse, criatividade, respeito com o ambiente e conhecer o novo através das próprias criações.

Específicos

- Introduzir as diferentes formas de artes no cotidiano;
- Torna-los autores no processo criativo;
- Incentivar o interesse pela MPB, Pintura e Fotografia;
- Incentivar a organização no ambiente;
- Respeito com os colegas;
- Aguçar a imaginação e a criatividade;
- Desenvolver o potencial cognitivo;
- Utilizar dos conhecimentos prévios deles, para incorporar novos;

- Avaliar a dinâmica e participação do grupo.

Justificativa

O meio pode ser determinante na vida de qualquer indivíduo, as oportunidades e conhecimento de mundo pode auxiliar na construção de indivíduos capazes de atuarem de modo responsável em sociedade. A arte auxilia na construção de um mundo criativo, mais responsável, com especificidades que só a arte pode proporcionar. Seja o fazer artístico, criando ou pintando, trabalhando a motricidade, o lúdico, a criatividade, bem como o trabalho coletivo, empatia e respeito. Seja a descoberta, o novo, o fascínio e o imaginário. Segundo Fayga:

Ao indivíduo criativo torna-se possível dar forma aos fenômenos, porque ele parte de uma coerência interior que absorve os múltiplos aspectos da realidade externa e interna, os contém e os compreende coerentemente, e os ordena em novas realidades significativas para o indivíduo. (1977 p.132)

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais, a Arte desenvolve o pensamento, a percepção, a sensibilidade, a imaginação e o lado artístico de cada criança. Afirmando ainda que:

O ser humano que não conhece arte tem uma experiência de aprendizagem limitada, escapa-lhe a dimensão do sonho, da força comunicativa dos objetos à sua volta, da sonoridade instigante da poesia, das criações musicais, das cores e formas, dos gestos e luzes que buscam o sentido da vida. (2006, p. 19)

O Referencial Curricular Nacional Para a Educação Infantil aponta para a importância das artes, como forma de expressão, vivências e experiências:

As Artes Visuais estão presentes no cotidiano da vida infantil. Ao rabiscar e desenhar no chão, na areia e nos muros, ao utilizar materiais encontrados ao acaso (gravetos, pedras, carvão), ao pintar os objetos e até mesmo seu próprio corpo, a criança pode utilizar-se das Artes Visuais para expressar experiências sensíveis. (1998, p. 85)

Com a apresentação das artes se resgata a cidadania, a interação social e familiar, a comunidade, a cultura de um povo, ocorrendo mudanças significativas no comportamento. Segundo Anjos (2012, p. 21-22), “é tão importante quanto as demais áreas do conhecimento e, para tanto, ela precisa ser considerada como elemento fundamental de uma proposta de formação integral da criança. A arte possibilita o escape da rotina tão tecnológica que adultos e crianças estão inseridos. A mesma educa através do seu desenvolvimento, faz refletir antes de agir, inspira, disciplina e auxilia na organização e autocontrole, diminui o estresse e aumenta a concentração. Conforme Freire:

Mulheres e homens somos os únicos seres que social e historicamente, nos tornamos capazes de apreender. Por isso somos os únicos em quem aprender é uma aventura criadora, algo por isso mesmo muito mais rico que meramente repetir a lição dada. Aprender para nós é construir, reconstruir, constatar para mudar, o que não se faz sem abertura ao risco e à aventura do espírito (1996, p.69).

Na perspectiva da arte, vislumbramos incentivar as crianças a participar não só do seu processo criativo, mas também possibilitar algo novo, pouco trabalhando em centros municipais de educação. Tornar o lúdico possível com poucos materiais e muito interesse, despertando não só nas crianças, como também no corpo docente, o interesse pela temática proposta, para que as futuras turmas tenham a possibilidade de vivenciar a experiência de ser agente ativo na construção artística, de modo a vir expandir isso para além dos muros da instituição, levando para casa suas criações e mobilizando sua comunidade através da sua própria arte.

Segundo OLIVEIRA, Zilma (2012, p. 13) ‘‘a criança é um ser no aqui e agora e ao mesmo tempo um devir’’. Logo, cabe a nós cuidar e educar nossas futuras gerações numa perspectiva de respeito e responsabilidade para com o seu mundo. Ofertando a elas as melhores oportunidades previstas em documentos oficiais e agindo com o mesmo grau de responsabilidade no que é ofertando pelo trabalho do profissional que ali estar. Como está posto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil:

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (2010, p. 12)

Metodologia

Para obter o resultado esperado com o projeto, foi trabalhado artes nas três dimensões – pintura, música e fotografia – sendo introduzido a cada sessão um bloco com eixo referente aquela temática. Essas mesmas sessões foram realizadas entre quarenta (40 minutos) a noventa (90 minutos), com a turma do 2º período, composta por 18 crianças, com idade entre 5 e 6 anos.

O eixo da sessão artes plásticas é composto por 7 sessões, onde foram realizados trabalhos com texturas, pinturas, criação de objetos - que posteriormente servirão para a decoração do ambiente. Foi trabalhado a criatividade, iniciativa, coordenação motora, dimensão de cor e espaço.

O eixo musical fora composto por 5 sessões, na qual foram apresentadas músicas populares brasileiras, proporcionando conhecer gêneros musicais pouco explorados em seu cotidiano. Incentivando a criação de desenhos que represente algo que ficou marcado na música, fazendo uso de adereços que represente a história, brinquedos, objetos. Tornando assim, dinâmica as sessões, incentivando a participação das crianças, de maneira lúdica e interativa. Estimulando a oralidade, conto e reconto do que fora escutado e trabalhado por eles. O eixo fotografia, composto por 6 sessões, na qual a última foi uma exposição das fotografias tiradas por eles, apresentou o olhar deles sobre o mundo. Com as temáticas “fotografando a si”, “fotografando o outro” e “fotografando o mundo”, eles tiveram em mãos uma máquina fotográfica no espaço pedagógico de aprendizagem, com supervisão de um adulto, tiveram o direito a fotografar em cada sessão do subtema proposto o que lhe chama atenção em si, no outro, e no espaço escolar. Tendo como proposta, uma visita ao Museu, para eles explorarem esse universo da fotografia em um ambiente diferente.

Em uma perspectiva pedagógica, a avaliação deve ocorrer durante todo desenvolvimento do processo de execução do projeto, para que sempre haja melhorias na aplicação. A autoavaliação é importante para que a cada sessão seja melhorada a aplicação do que está sendo proposto - que seja alcançado o que foi pensando na elaboração. Conforme ressalta Sant’anna, 2013:

As diferenças individuais se fazem presentes e se faz necessário averiguar em que extensão cada indivíduo atingiu o objetivo estabelecido no início do planejamento, tendo-se por parâmetro o próprio indivíduo, e não suas dimensões em relação ao grupo. (p. 13).

Quadro 1. Cronograma de ações

Nº DA SESSÃO -DATA	NOME DA SESSÃO	OBJETIVOS
1 - 22/08/2017	Apresentação do Projeto	Apresentar a proposta e ouvir deles as dúvidas que surgirem.
2 - 24/08/2017	Construção do mobile	Despertar da criatividade, além de demonstrar que se pode criar com poucos recursos.
3 - 29/08/2017	Montagem e implementação do mobile	Promover o trabalho coletivo da turma, trabalhar a motricidade, organização do ambiente, criatividade, ludicidade.
4 - 12/09/2017	Pintura em brinquedos	Torná-los autores e demonstrar que eles podem criar e fazer arte.
5 - 14/09/2017	Contornar desenhos	Trabalhar a motricidade, coordenação motora fina, ludicidade, criatividade e trabalho em equipe.

6 - 21/09/2017	Onde está o animal?	Aguçar a imaginação, coordenação motora, trabalho em equipe, cooperação, criatividade.
7 - 26/09/2017	Pintura no vinil	Apresentar o vinil, que pela idade, não é de conhecimentos de parte deles, e propor que os mesmos o utilizem como tela.
8 - 16/10/2017	Exposição dos trabalhos realizados no eixo Artes plásticas.	Apresentação dos trabalhos desenvolvidos nesse tempo. Visualizando não só o seu trabalho, mas também o do colega, tendo a possibilidade de levar as artes para que a família também possa visualizar.
9 - 17/10/2017	Aquarela	Com o auxílio da canção, de mesmo nome da sessão, eles serão convidados a desenhar o que lhe chamou atenção na letra música. Utilizando a recontagem, fundamental no desenvolvimento infantil, trabalhando a memória e oralidade. Os cartões de desenhos que remetam a música auxiliaram no processo.
10 - 19/10/2017	A banda passou	Trabalhar a ritmização das crianças, propor a criação da banda na sala de referência e estender para a socialização com outras turmas no pátio, com eles fantasiadas e ornamentadas da forma que desejar.
11 - 31/10/2017	Balão Azul	Trabalhar a concentração, coordenação motora e curiosidade. Com duas folhas de a4 em mãos, as crianças irão, individualmente, até a caixa mágica, com o auxílio do balão e de tintas eles utilizarão o balão de pincel para criarem suas obras.
12 - 09/11/2017	Quebra-cabeça da Realeza	Trabalhar o universo lúdico, atenção e concentração. Após a apresentação da canção, será disponibilizado infinitas possibilidades de roupas, cabeças, adereços de reis e princesas, cortados em EVA, onde eles terão que selecionar e montar cada um o seu personagem.
13 - 14/11/2017	Fotografando o outro	Aguçar a liderança, autonomia e criatividade das crianças.
14 - 21/11/2017	Fotografando o mundo Fotografia	Aguçar a liderança, autonomia, criatividade, noção de espaço, perspectiva e luz através das fotografias tiradas por eles.
15 - 23/11/2017	Fotografando um futuro leitor Fotografia	Aguçar a liderança, autonomia, responsabilidade com o material usado e a criatividade das crianças.
16 - 30/11/2017	Fotografando o Museu Fotografia	Explorar outros espaços e fotografar outros ambientes.
17 - 29/11/2017	Ensaio com a professora Fotografia	Vislumbrar o último dia de projeto com um ensaio fotográfico onde eles serão fundamentais para a realização. Tendo a autonomia de escolher adereços e ambientes que desejarem fotografar.

Considerações Finais

Durante todo o desenvolvimento do projeto *Linguagens artísticas na Educação Infantil: musicar, colorir e fotografar*, em parceria com a Rede Municipal de Maceió e a Universidade Federal de Alagoas – UFAL, com o Programa de Iniciação à Docência – PIBID, respeitando o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, foi possível vivenciar, ainda na graduação as necessidades presentes na rede. Contudo, isso em nenhum

momento inviabilizou o andamento do cronograma de atividades.

No que diz respeito as práticas pedagógicas, é de fundamental importância que outros possam vivenciar práticas educativas ainda no seu processo de formação, o que é possibilitado pelo PIBID. A experiência, crescimento e troca de aprendizados é enriquecedora. Embora ainda seja desafiador o compromisso com um projeto desde seu processo de construção até a conclusão do mesmo.

Foi possível visualizar resultados significativos no desenvolvimento das crianças a qual o projeto foi destinado, como autonomia na realização das atividades propostas e ganho significativo em concentração, motricidade e o estímulo a curiosidade. Percebendo que tais habilidades são adquiridas e precisam ser estimuladas, é importante pensar em trabalhos para a educação infantil que saia do habitual pintar e colar, é preciso ampliar o repertório infantil, entendendo que eles são cientistas natos e o meio precisa favorecer suas descobertas.

O processo de aquisição do conhecimento, apropriação da língua materna, desenvolvimento e aprendizagem precisa ser indissociável de uma prática holística, na perspectiva de formar um ser completo. Essa base é solidificada na primeira etapa da educação e os profissionais que atuam com esse público precisa conhecer a importância de cada estágio do desenvolvimento infantil de crianças típicas e não típicas, buscando sanar deficiências que essas venham a ter para potencializar e desenvolver ainda na educação infantil um maior repertório possível de conhecimento que esse público precisa.

O pedagogo é o profissional que atua em várias instâncias da prática educativa, direta ou indiretamente ligadas à organização e aos processos de transmissão e assimilação ativa de saberes e modos de ação, tendo em vista objetivos de formação humana definidos em sua contextualização histórica. (LIBÂNEO 1996, p. 127)

Vale ressaltar ainda, a importância de tais experiências na educação infantil para a aquisição de conhecimento de mundo pelo público alvo, que são as crianças. Sendo essa a mais importante para o desenvolvimento de qualquer sujeito e, ainda hoje, pouco reverenciada no processo de ensino acadêmico. A visão do próprio profissional da área, muitas vezes sem a devida formação para estarem atuando nessa etapa da educação dificulta o desenvolvimento desse sujeito por não possuir os conhecimentos teóricos de seu desenvolvimento. Vigotskii (2001, p. 115) afirma que:

[...] a aprendizagem não é, em si mesma, desenvolvimento, mas uma correta organização da aprendizagem da criança conduz ao desenvolvimento mental, ativa todo um grupo de processos de desenvolvimento, e esta ativação não poderia produzir-se sem a aprendizagem. Por isso, a aprendizagem é um momento intrinsecamente necessário e universal para que se desenvolvam na criança essas características humanas não-naturais, mas formadas historicamente.

Sendo assim, o projeto apresenta a criança da educação infantil da rede pública de ensino como sujeita no seu processo criativo, em uma pedagogia ativa e ainda muito discutida enquanto sua prática e relevância pedagógica. Visando torná-las agente principal na construção de todo o processo criativo desse projeto a partir dos seus interesses. Além disso, buscou-se a todo momento descaracterizar estereótipos do que é comum e já trabalhado pelos professores regulares na educação infantil. Valendo ressaltar ainda, que o projeto foi desenvolvido por uma bolsista, enquanto graduando do curso de licenciatura em pedagogia, pela Universidade Federal de Alagoas.

Referências

ANJOS, Cleriston Izidro dos. Estágio na Licenciatura em Pedagogia: arte na educação Infantil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental.

Referencial curricular nacional para a educação infantil. MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: arte – Brasília: MEC/SEF, 1997. 130p

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil - Brasília. DF v.1; il. 1. Educação Infantil.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

BUARQUE, Chico. A Banda. 2'11''. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=WZWcpEgJZAY>>. Acesso em 14 de outubro de 2017.

BUARQUE, Chico. João e Maria. 2'21''. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CRIXprZqRd4>>. Acesso em 01 de novembro de 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia. Saberes Necessários à Prática Educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

OSTROWER, Fayga. **Criatividade e Processos de Criação.** Rio de Janeiro: Imago, 1977.

OLIVEIRA, Zilma Ramos. **O trabalho do professor na Educação Infantil/** (org.). São

Paulo: Biruta, 2012. Várias autoras.

PATATI E PATATA. Lindo Balão Azul. 4'11''. Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=CuunfAjpARY>>. Acesso em 15 de outubro de 2017.

Sant'Anna, Ilza Martins Por que avaliar? como avaliar?: critérios e instrumentos /Ilza Martins Sant'Anna. 16. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

TOQUINHO. Aquarela. 4'16''. Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=-Gsdp2zSCjY>>. Acesso em 01 de outubro de 2017.

EXAME. Brasil. Apesar de expansão, acesso à internet no Brasil ainda é baixo. Disponível em:<<https://exame.abril.com.br/brasil/apesar-de-expansao-acesso-a-internet-no-brasil-ainda-e-baixo/>>. Acesso em 01 de julho de 18.

Anexos



Figura 1 – Música Aquarela através de desenhos, 2017.



Figura 4 – Fotografando o outro, 2017.



Figura 2 – Fotografando o outro 2017.



Figura 5 – Fotografando o Museu, 2017.



Figura 3 – Criando objetos



Figura 6 - Musicando

MODALIDADE FORMATIVA OFICINA: JOGOS MENTEINOVADORA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA/SEMED

Cláudia Rejane Cavalcante LIMA¹

Resumo

O relato de experiência tem como objetivo analisar se o itinerário formativo utilizado pelos professores relacionados a modalidade formativa aplicada foi avaliada positivamente na formação continuada, na área de Educação Física, da Secretaria Municipal de Educação de Maceió- SEMED, no ano de 2017. A modalidade formativa apresentada é Oficina, enquanto modalidade curta que possibilita aos professores entrever opções de trabalho no fazer pedagógico cotidiano, escolhida por 44,6% dos professores que responderam ao questionário disponibilizado na plataforma Google Forms. A análise desse relato, metodologicamente, utilizou questionário, avaliações escritas, dentre outras. No decorrer do processo da formação continuada, no ano de 2017, aplicamos a modalidade formativa oficina, corroborando a escolha requisitada e avaliada, posteriormente, pelos professores da disciplina educação física. O processo de formação continuada, num contexto abrangedor, como uma grande oficina, possibilita o construir e reconstruir pensamento, práxis e emoções no cotidiano escolar.

Palavras-chave: Formação de Professores; Educação Física; Modalidade Formativa Oficina; Jogos Menteinovadora.

Introdução

A Secretaria Municipal de Educação de Maceió (Semed/Maceió), mediante cumprimento do Decreto nº 5.997, de 14/09/2000, o qual regulamenta o sistema municipal de ensino em seu Art.18:

A formação dos trabalhadores em Educação será feita de forma contínua e sistemática, garantindo-se os cursos específicos, de modo a atender aos objetivos de diferentes níveis e modalidades do ensino, às características de cada fase dos educandos e às demandas da educação em geral ou às necessidades de organização e funcionamento dos profissionais nas áreas em que estiverem atuando. Parágrafo Único: a

¹Professora Mestra em Educação para a Saúde-ESSV-PT; Licenciada em Educação Física-UFAL; Professora Formadora Efetiva na Rede Municipal de Educação de Maceió –SEMED e-mail: rejalima3@gmail.com

SEMED garantirá gradativamente a formação dos trabalhadores em educação de sua rede e manterá programas permanentes de atualização e aperfeiçoamento dos profissionais nas áreas em que atuarem. (p.02)

Ofertar a formação continuada, aqui conceituada, conforme Lima (2015) cita Imbernón (2010) que “pode ser definida como organismos internacionais, implicando na aquisição de conhecimentos, atitudes e habilidades relacionadas ao campo profissional”. E na área de Educação Física, oportuniza aos professores à formação continuada através do Setor de Desporto Escolar, integrante da Coordenadoria Geral de Programas Suplementares, de acordo com o organograma aprovado em Decreto n° 8.380, de 01 de fevereiro de 2017, anteriormente denominado Departamento de Educação Física e Desportos. Foi retomado o processo de formação continuada da área, que estava a cargo da Coordenadoria Geral de Ensino Fundamental, em meados de abril de 2017.

Para que atendamos ao anseio dos professores, elaboramos um questionário na plataforma Google Forms (fig 1). O Google Drive abriga o Google Forms e mais um leque de aplicativos de produtividade, que oferece a edição de documentos, folhas de cálculo, apresentações e muito mais.

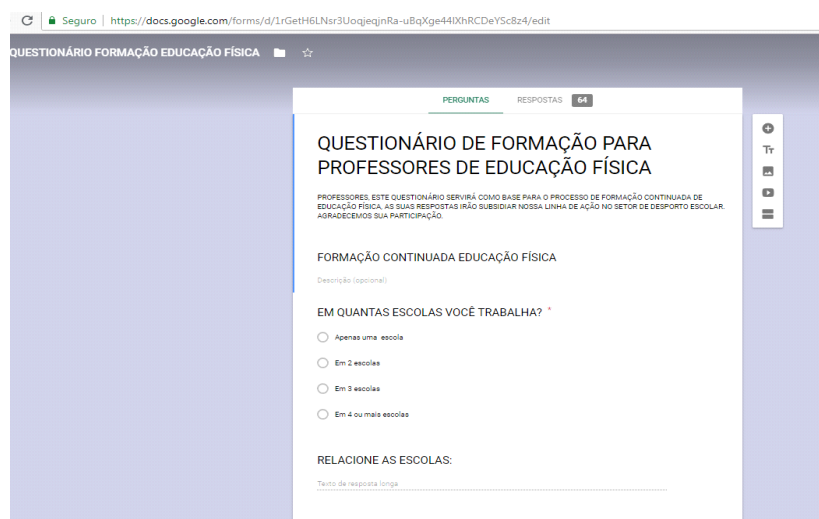


Fig. 1- plataforma Google Forms- Fonte Autoria Própria

Mathias e Sakai (2013) citam Heidemann e Oliveira (2010) quando afirmam que “O Google Drive é considerado uma ‘evolução natural’ do Google Docs. O pacote de aplicativos gratuito permite a edição colaborativa, disponibilização, backup e portabilidade de arquivos.”

Utilizando o Google Forms na coleta de dados para todos os tipos de questões, há a possibilidade de tornar a(s) pergunta(s) obrigatória(s), de modo que o questionário só poderá ser enviado se todas as questões

obrigatórias estiverem respondidas. O formulário construído pode ser disponibilizado através de um endereço eletrônico e, em quando preenchido pelos respondentes, as respostas aparecem imediatamente na página do Google Forms do usuário que os criou. Essa é uma das principais vantagens no seu uso à visualização dos dados coletados. (2013, p.07).

Encaminhamos eletronicamente (e-mail) para o quantitativo de 102 professores da disciplina de educação física, lotados nas escolas municipais/Semed/Maceió, no mês de maio de 2017, com prazo para retorno de 15 dias. Formulamos² questões relacionadas à atuação profissional, tais como: quantas escolas em que trabalha; qual a carga horária semanal; participação em alguma atividade de formação continuada (atualização, treinamento, capacitação, etc) nos últimos dois anos; qual(is) o(s) dia(s) da semana que considera mais adequado(s) para participar de um curso de formação de professores; qual(is) o(s) horário(s) mais adequado(s) para participar de um curso de formação continuada de professores; em relação à frequência do curso, o ideal é que ocorra; qual a modalidade de formação considera ideal; participação na elaboração/atualização do projeto político pedagógico da escola; conhecimento dos resultados do índice de desenvolvimento da educação básica- IDEB de sua escola; e, que tema da área você sugere para contribuir na interdisciplinariedade do processo de alfabetização, letramento e consolidação de conceitos dos estudantes.

A devolutiva atingiu 65,28% com 64 respostas. Após análise dos dados coletados (não disponíveis na web por se tratar de uma pesquisa de campo interna, mas passível de consulta com autorização) para formulação do plano de formação continuada do ano 2017, mostraremos apenas os pontos abordados que oportunizaram a realização do trabalho da formação continuada no ano de 2017, da área de educação física, da Semed, pelo Setor de Desporto Escolar, foram assim distribuídos nas fig.2, 3e 4:

² <https://docs.google.com/forms/d/1rGetH6LNsr3UoqjeqjnRa-uBqXge44IXhRCDeYSc8z4/edit>

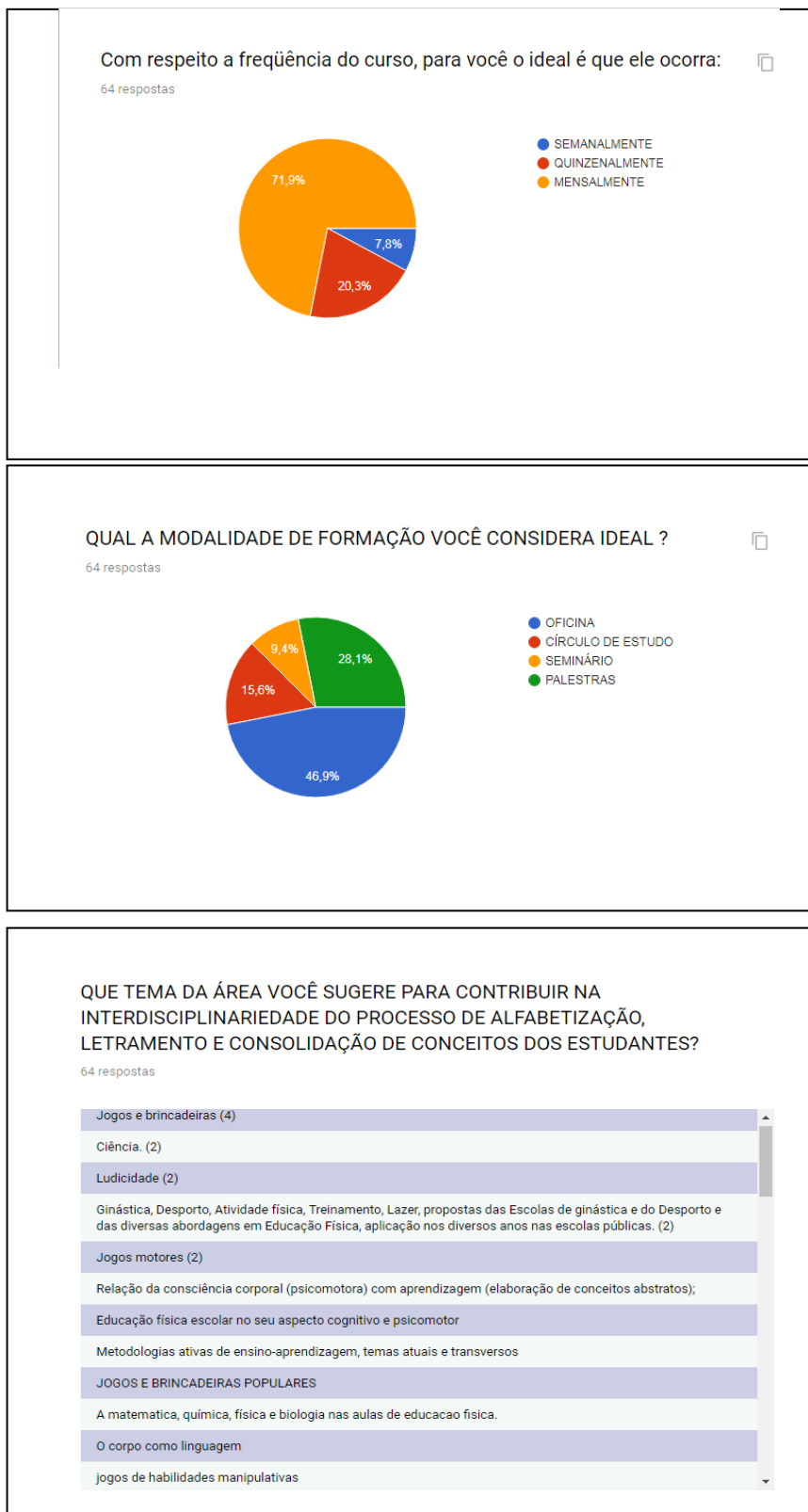


Fig. 2, 3 e 4 – Respostas dos professores- Fonte Google forms Autoria Própria

Diante do exposto, em diálogo com a Coordenadoria Geral de Ensino Fundamental, através da Professora Ritta Maria Vasconcelos de Araújo Peixoto, buscamos saber quais

projetos ou programas poderiam atender aos temas mais propostos pelos professores, para iniciarmos as Oficinas. O Programa MenteInovadora da empresa Mind Lab foi apontado.

Presente em mais de 25 países, a Mind Lab, líder mundial em pesquisa e desenvolvimento de tecnologias educacionais inovadoras criou o Programa MenteInovadora. Sua metodologia exclusiva, que trabalha atividades prazerosas em grupo para desenvolver habilidades não apenas para a escola, mas para a vida, é aplicada em parceria com mais de mil instituições de ensino públicas e privadas em todo o país, com o intuito de contribuir para a formação integral dos alunos e tornando-os cidadãos conscientes e capazes de lidar com as mais diferentes situações cotidianas.

Essa instituição iniciou suas atividades em Maceió, em 2013, com 18 escolas e em 2017 atendeu a 41 unidades escolares com impacto de cerca de 15.600 alunos e 380 professores da rede envolvidos. A técnica pedagógica Carla Gaspar do Nascimento é a responsável na SEMED pelo gerenciamento do referido programa e, após conversas, montamos a Oficina, com jogos de raciocínio do programa Menteinovadora, da empresa Mind Lab.

Relato das Oficinas

Iniciamos a Formação Continuada com uma **Oficina no dia 20 de julho de 2017** (fig 5 e 6), apresentando o Programa Menteinovadora e detalhando 02 jogos³, aos professores da disciplina educação física, sob a coordenação de Fabiana Coelho, da Mind Lab, e da Professora Cláudia R. C. Lima, do setor de desporto escolar, da Coordenadoria geral de Programas Suplementares da SEMED.



Fig. 5 e 6- Professores e Jogos Menteinovadora. Fonte: Autoria Própria

³ Jogo Bloqueio e Octógono Fantástico do Programa Menteinovadora da Mind lab

Como apoio teórico, enviamos aos professores, via e-mail, o texto “Aprofundamento teórico: Jogos de Raciocínio”⁴ e apresentamos 3 (três) questões: i) o jogo como atividade lúdica, contribui de que forma para o ensino e aprendizagem dos estudantes?; ii) que diferentes abordagens podem ser exploradas em um jogo?; e, iii) relate como você vivenciou as atividades realizadas no encontro?

Algumas respostas da terceira pergunta estão expostas abaixo:

“As atividades do encontro com o MenteInovadora foram interessantes, pois, a forma de se trabalhar os jogos de modo lúdico constitui um trabalho interdisciplinar, chamando a atenção para a disciplina da Educação Física. Desta forma, podemos trabalhar conhecimentos lógico-matemáticos, de raciocínio, atenção, paciência, ética, regras, dentre outros, com os jogos. São habilidades que são importantes para a aprendizagem e o desenvolvimento dos(as) nossos(as) alunos(as) e que são imprescindíveis em todos os momentos da vida escolar e, principalmente, da vida adulta. Neste caso, a Educação Física constitui um elo fundamental neste processo ensino aprendizagem.”

“A oficina do Menteinovadora foi rica em nos mostrar quanto isso ajuda no desenvolvimento, mas precisamos avançar em todas as escolas e fazer do jogo de raciocínio uma ponte para todas as disciplinas, mas a experiência foi muito boa.”

“As atividades realizadas no encontro foram uma experiência maravilhosa, principalmente na parte prática. Onde cada um é autor de uma jogada, uma situação ‘ao vivo e a cores’, o jogo torna presente e visível o modo de funcionamento daquele que joga tanto para si mesmo como com o outro. Permitindo uma visitação imediata à experiência vivida emocionalmente em muitos afetos: ansiedade, raiva, prazer, excitação, frustração.possibilitando um momento de prazer que ajuda a tornar a vida leve.”

“Foi uma excelente experiência, pois, o nosso cotidiano é ensinar. Ser aluno naquele momento de aprendizagem foi muito gratificante, porque aprendi algo que eu não conhecia. Conhecer coisas novas já é prazeroso e jogando, melhor ainda. Gostei muito de como foi o encontro pedagógico, porque primeiro, eu não conhecia aqueles jogos, espero que os próximos sejam como o que foi.”

“Vivenciei dois jogos onde precisei de atenção e raciocínio para criar estratégia e alcançar o objetivo do jogo.”

“As professoras apresentaram o Menteinovadora para nós, professores de Educação Física. Dois jogos foram apresentados para nós: o ‘Bloqueio’ e o ‘Octógono Fantástico’. O ‘Bloqueio’ é um jogo bastante interessante porque exige da gente construir estratégias frente ao oponente e muita lógica nas ações. Minha oponente construiu uma jogada contra mim, que repeti a mesma, o que a desfavoreceu. No ‘Octógono Fantástico’ deve-se saber usar bem ou aproveitar as regras, como das setas, para organizar estratégias de jogo, como fiz numa situação de jogada.”

“Vivenciei com gostinho de quero mais, pois o jogo bem orientado dentro das abordagens e finalidades propostas dentro do espaço de aula, servem mutuamente para desenvolver as habilidades dos (das) estudantes podendo trazer um excelente desenvolvimento pedagógico e pessoal. Preciso ainda de mais momentos de formação com relação ao jogo educacional para saber como implantar na nossa realidade de trabalho nas escolas que atendam o máximo de estudantes de forma eficaz e continua.”

“Bastante motivadora, além de proporcionar novas possibilidades de criação de jogos corpóreos através da interdisciplinaridade.”

“Os dois jogos vivenciados foram muito interessantes. Meu grupo ficou mais à vontade com o jogo bloqueio. Discutimos um pouco como trabalhá-los nas escolas, desde o ensino básico das regras até as

⁴ KISHIMOTO, Tizuko. O Brinquedo na Educação: Considerações Históricas. Série Ideias, São Paulo: FDE, n. 7, p.39 a 45, 1995. Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_07_p039-045_c.pdf

ABED, Anita. O jogo de regras na Psicopedagogia Clínica: explorando suas possibilidades de uso. Monografia. São Paulo: PUC-SP, 1996. Disponível em: <http://www.recriar-se.com.br/teoricos-producao-cientifica/>

estratégias. Conversamos também sobre como as crianças e adolescentes viriam os jogos propostos e de que forma seriam motivados a aprenderem e praticarem esses tipos de jogos.”

“Possibilitou-me enfatizar ainda mais a importância da aplicação dos jogos como recursos pedagógicos de ensino e aprendizagem nas aulas de educação física. Ajudando-me também a enfrentar desafios para o desenvolvimento do raciocínio lógico, construção do pensamento, conhecimento e autonomia.”

“A atividade foi prazerosa. Sempre um jogo traz um desafio cada uma procurou utilizar estratégias para vencer, explorando todas as possibilidades das regras que aprendemos. Cada momento foi interessante. Unimos o prazer pelo jogar, interagimos, rimos e colocamos nossas mentes para pensar. Foi legal!”

Diante de uma avaliação positiva, agendamos uma reunião no dia 01 de agosto de 2017, com a Coordenadora Local da Mind Lab, Fabiana Coelho, e Hélio Okabe, representante da Região Nordeste, Carla Gaspar Nascimento e Cláudia Lima, ambas da Semed/Maceió, para tratar sobre a possibilidade de continuarmos com mais 3 (três) oficinas distribuídas nos meses de agosto a outubro de 2017, em encontros mensais, junto aos professores de educação física, e foi assim acordado.

Dia 17 de agosto de 2017, realizamos a Oficina com a apresentação de mais 03 (três) jogos do programa Menteinovadora e contamos com o apoio do texto “Quando as emoções entram no currículo”⁵. Realizamos algumas perguntas em resposta ao texto: i) das habilidades socioemocionais apresentadas no texto, quais você trabalha na escola?; ii) destas, qual você pode destacar como faz o trabalho?; e, iii) na disciplina educação física, o trabalho com as emoções é importante? Por quê?.



Fig. 7 e 8 – Jogos Lobo e ovelhas e Mancala. Fonte: Autoria Própria

Destacamos algumas respostas da pergunta número 3:

⁵ <https://novaescola.org.br/conteudo/5013/quando-as-emocoes-entram-no-curriculo>

“São importantes porque a educação física pode ser trabalhada de forma interdisciplinar e é uma disciplina que os/as alunos/as têm certa predisposição e empatia. Já que são trabalhadas com as habilidades e movimentos é necessário que se aproveite destes momentos lúdicos para o trabalho das emoções e da sociabilidade, pois, a educação física traz, historicamente, a marca da competitividade, assim o trabalho de autocontrole, respeito, autonomia, tomada da decisão, colaboração, etc. podem ser desenvolvidas em um ambiente propício.”

“A Abordagem Interacionista de Desenvolvimento Humano, de Ensino e Aprendizagem, traz dentro das competências socioemocionais o BIG FIVE que são os 5 grandes domínios dos traços da personalidade, cito alguns como :prazer pelo aprender, criatividade, organização, mais importantes sociabilização, entusiasmo, tolerância, altruísmo, atuar em grupo de forma cooperativa, autocontrole, calma...todos esses inclusos nos jogos e brincadeiras desenvolvidos pela Educação Física. Atualmente tenho trabalhado com os jogos pré-desportivos do Câmbio e o Passe 10 e onde verifico esse cabedal de emoções aflorando durante todo processo da atividade. Cabe a nós, enquanto professores dar o suporte necessário para que esses alunos ao se depararem com esse turbilhão de sentimentos e emoções saibam administrá-los e que essas situações possam contribuir de forma positiva na formação de suas personalidades.”

“Sim. Porque são fundamentais para que os alunos aprendam as regras a serem seguidas, informações existentes e a controlar seus impulsos, encarando melhor as situações de estresse, a pobreza e a violência vivida por eles diariamente.”

“Sim! Porque considero a disciplina educação física a que mais trabalha o lado das relações socioemocionais do aluno, pois através das atividades trabalhadas nessa disciplina, tais como os jogos, brincadeiras e os desportos, possibilitamos momentos ímpares de interação social, autoconfiança, autoestima, motivação, perseverança, esforço, organização, responsabilidade e respeito mútuo.”

“Sim. Porque o aluno, vivenciando atividades e situações diferentes, torna-se mais preparado para um melhor entendimento da vida.”

“Sim, mas sempre procurando trabalhar com o apoio da equipe pedagógica da escola, no componente curricular educação física as habilidades socioemocionais são evidenciadas pois temos que lidar com estudantes com históricos de baixa estima, introvertidos, como orientação pelo simbolismos externos, e base familiar fragmentadas.”

“Sim. Penso que dentro da nossa proposta de trabalho é possível trabalhar essas questões socioemocionais porque somos pessoas, lidamos com pessoas e nossas emoções nos ajudam a ser mais humanos. Digo isso na perspectiva de que, quem aprende a lidar com as próprias emoções encontra o equilíbrio, algo importantíssimo para ser e fazer os outros felizes, incluindo família, trabalho, etc.”

Dia 22 de setembro, continuamos com a Oficina apresentando mais jogos aos professores e como apoio do texto “Trabalhando conceitos da neurociência na escola: saúde do cérebro e plasticidade cerebral”⁶, além de 03 (três) perguntas: i) a promoção da ciência, de um modo geral, deve estar presente em todo o processo educativo, pois estimula um comportamento reflexivo e questionador, o que contribui para a construção da cidadania. Você concorda com esta frase? Por quê?; ii) a plasticidade neural é importante, pois constitui a base

⁶ http://ojs.unesp.br/index.php/revista_proex/article/view/1437

biológica da aprendizagem, situação na qual a influência do meio externo diante da exposição a novos desafios e conhecimentos é capaz de causar modificações no sistema nervoso central (SNC) promovendo seu desenvolvimento constante. Você está sempre apresentando novos desafios aos estudantes em suas aulas? De que forma?; e, iii) os jogos cognitivos podem contribuir para a aprendizagem favorecendo o desenvolvimento dos estudantes? Que atitudes podem ser agregadas ao utilizar o jogo cognitivo?.

Aqui apresentamos o relato de algumas respostas pertinentes a última pergunta:

“Com certeza. As atitudes podem ser relatadas no texto ‘Compreender de forma mais efetiva os processos de ensino aprendizagem, desafia o raciocínio, valores e regras, conhecimento adquirido brincando (lúdico) e conhecimento sobre a importância de conhecer e manter a saúde do cérebro através de atividades da neurociência’.

“Sim. Várias atitudes são estimuladas durante todo o processo do jogo cognitivo: cooperação, ética, autonomia, saber perder, saber ganhar, ousadia entre outras atitudes”.

“Sim. Os jogos cognitivos devem ser estimulados e atividades para a promoção da saúde de forma geral, bem como promoção da conscientização de vida saudável desde a infância para que, desta forma, possamos ter adultos fisicamente ativos e cognitivamente estimulados, envolvendo também hábitos de alimentação”.

“Sim. Inicialmente a atitude de refletir sobre situações particulares e coletivas. Dentro disso o respeito, a curiosidade, o conhecer, etc”.

“Para se ter uma aprendizagem tem que se ter a cognição, tenho que primeiro assimilar para depois executar. Atitudes como respeito ao outro, a resolução de problemas através do diálogo e da não violência, participar de atividades em grupo, cooperação e saber interagir, respeitar o limite do outro e não ser preconceituoso”.

No dia 19 de outubro, foram apresentados mais 02 jogos pela equipe da Mind Lab e o treinamento das regras⁷ dos jogos para a Olimpíada que será realizada em novembro, num desafio inédito, porque será com os professores de educação física que participam das oficinas e não com os alunos. As informações de apoio como regras e vídeos de olimpíadas Mind Lab foram enviadas via e-mail para os professores.

7

<https://cdn2.hubspot.net/hubfs/652467/Regulamento%20X%20Olimpi%CC%81adas%2013.03.18v4%20correto.pdf> e <http://olimpiadas.mindlab.com.br/regras-e-regulamento/>



Fig. 9 e 10 - Professores explorando os jogos. Fonte Autoria Própria

E chegou o grande dia em **30 de novembro de 2017** a pioneira e inédita **I Olimpíada de Raciocínio MenteInovadora com os professores da disciplina Educação Física da Semad**, sendo aplicada através de competição com 04 jogos : Abalone, Damas Olímpicas, Quoridor e Octi⁸.



Fig. 11 e 12 - Professores jogando em grupo. Fonte: Autoria Própria

⁸ Jogos que são utilizados nas Olimpíadas da Mind Lab em nível local, regional, nacional e internacionalmente com alunos: Abalone, Damas Olímpicas, Quoridor e Octi.



Fig. 13 e 14 - Professores realizando os jogos. Fonte Autoria Própria



Fig. 15, 16 e 17- Professores nos últimos jogos.
Fonte: Autoria Própria

Encerrando o ciclo de oficinas da Formação Continuada na área de Educação física do ano de 2017, em parceria com a Coordenadoria Geral do Ensino Fundamental, da técnica Carla Gaspar do Nascimento, coordenadora do Programa MenteInovadora, e Fabiana Coelho, Coordenadora Local do Programa/Mind Lab, e das supervisoras Aline Araújo e Edinézia Santos. Contamos também com a colaboração importante do Representante Comercial – Nordeste/Mind Lab, Hélio Okabe. Entregamos aos professores participantes um Kit com jogos do Programa Menteinovadora correspondentes às séries trabalhadas.



Fig. 18 e 19 - Entrega dos Kits, aos ganhadores da Olimpíada e aos professores participantes. Fonte Autoria Própria

Considerações Finais

A avaliação do trabalho e objetivo desse relato foram comprovados através de outro questionário, na plataforma Google Forms⁹ ao elaborarmos e encaminharmos, via e-mail, para

9

<https://docs.google.com/forms/d/1QNSJtZVB39UPRbDlx9F7WVAGB7yZ4ZugOzIpdTV4/edit#responses>,
não disponíveis na web por se tratar de uma pesquisa de campo interna, mas passível de consulta com
autorização

63 professores de educação física que participaram de mais de três oficinas no mesmo modo operante do início do trabalho:

6-A MODALIDADE FORMATIVA OFICINA ATENDEU SATISFATORIAMENTE? *

SIM

NÃO

7-CASO QUEIRA COMPLEMENTAR A PERGUNTA ACIMA, PODE ESCREVER:

Texto de resposta longa

10-VOCÊ PODE ASSINALAR UMA NOTA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM 2017 *

DE 0 A 5

DE 5 A 7

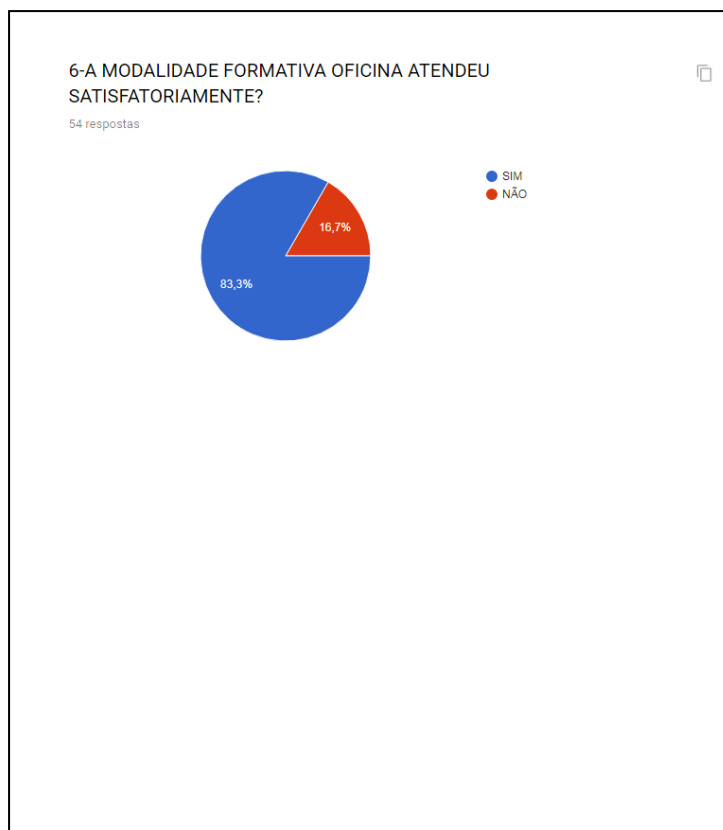
DE 7 A 10

OBRIGADA

Mês, dia, ano

Fig. 20 - Questionário Avaliação. Fonte: Autoria Própria

No retorno do questionário 54 professores responderam atingindo mais de 80% com 54 respostas:



10-VOCÊ PODE ASSINALAR UMA NOTA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM 2017

54 respostas

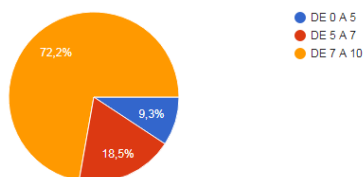


Fig. 21 - Respostas do Questionário Avaliação. Fonte: Autoria Própria

A modalidade formativa oficina conseguiu atender satisfatoriamente em 83,3% dos professores da disciplina educação física, e a nota de avaliação de 7 a 10 atingiu 72,2%, oportunizando aos professores a experiência do jogo como uma ferramenta que proporciona vivenciar situações envolvendo cooperação e competição, vitória e derrota, acerto e erro, aceitar regras, trabalhar em equipe, possibilitando, assim, oportunidades de lidar melhor com as emoções e aprimorar a determinação, persistência e autodisciplina. Com isso, contribuir com a educação dos estudantes com ênfase no raciocínio lógico para o desenvolvimento de habilidades sociais significativas, emocionais e éticas.

REFERÊNCIAS

LIMA, C.R.C. Formação continuada em professores de educação física da Secretaria Municipal de Educação de Maceió-Alagoas. Escola Superior de Saúde do Viseu - PT, URI: <http://hdl.handle.net/10400.19/3216> ,(2015)

MATHIAS ,S.L. e SAKAI C.Utilização da Ferramenta Google Forms no Processo de Avaliação Institucional: Estudo de Caso nas Faculdades Magsul. 2013. Disponível: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/seminarios_regionais/trabalhos_regiao/2013/centro_oeste/eixo_1/google_forms_processo_avaliacao_instit_estudo_caso_faculdades_mag.pdf . Acesso em 01 de junho de 2018.

O CONTO NA SALA DE AULA: contribuição para leitura e produção de textos

Alessandra Rafaela de Lima Martins¹

Laiza Kelly de Lima Teodoro

Paulenice Santos Verçosa Mata

Maria Lucilene (Orientadora)²

RESUMO:

O presente artigo tem por objetivo discorrer sobre a utilização do gênero textual conto em aulas de língua portuguesa, em turmas do ensino médio. Para tanto, selecionou-se um conto de autoria de um dos idealizadores deste artigo e fez-se uma proposta de trabalho e análise à luz dos estudos de Bakhtin (2011), Koch (2001) e Marcuschi (2005) e do que teóricos defendem acerca da relevância dos gêneros textuais e do impacto destes na aquisição e/ou melhoramento dos níveis de leitura, compreensão e produção de textos. Optamos pela utilização de uma pesquisa bibliográfica conduzida pelo uso de materiais escritos.

Palavras-Chave: Conto. Língua Portuguesa. Ensino. Leitura.

INTRODUÇÃO

Há muito, é sabido que o estudo de texto é relevante para aprendizagem. Por seu intermédio, professores e alunos afirmam que as habilidades de leitura, compreensão e (re)escrita são melhoradas consideravelmente.

A leitura e produção de textos em gêneros diversos permitem, ainda, a formação de leitores mais críticos, capazes de interagir, com desenvoltura, em situações sociocomunicativas, como apontam estudiosos da questão, entre os quais Bakhtin (2011), Marcuschi (2005) e Koch (2011).

Considerando, ainda, que a prática de estudos dos gêneros textuais foi uma proposta nos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) e vem sendo aperfeiçoada pela BNCC (Base Nacional Comum Curricular), tanto para o ensino fundamental quanto para o ensino médio do sistema de ensino brasileiro, esta pesquisa objetiva apresentar uma experiência de trabalho com o gênero conto em aulas de língua portuguesa, em turmas 2º e 3º ano do ensino médio de uma escola pública.

Partiu-se, para a consecução da pesquisa, do pressuposto de que o estudo dos gêneros, em especial do conto, auxilia educandos/educadores no incentivo e aperfeiçoamento de hábitos

de leitura e produção textual, produzindo um ensino e aprendizagem bem mais significativos e capazes de interagir com a realidade social.

Sabemos que o professor é encarregado de incrementar a relação da leitura e produção de seus alunos, criando espaços e situações de aprendizagem que permitam o acesso a textos mais relevantes e essenciais, fazendo com que a literatura abra novos horizontes.

O CONTO NA HISTÓRIA

De acordo com Duarte (2016, p. 1), o conto teve origem na tradição oral da linguagem e isso significa que esse gênero textual surgiu antes do advento da escrita. Pouco a pouco tal narração se converteu em registros escritos. O próprio contador de histórias se transformou em um narrador que procura polir a estética e outros aspectos, criando assim o conto.

Foi no começo da Idade Média que o conto se estabeleceu de fato como literatura. O dicionário Luft de Língua Portuguesa (LUFT, 2001, p. 194) traz a seguinte definição para conto: “Narração ficcional breve, falada ou escrita”. Vê-se que essa definição aponta para o ato de narrar ou falar como um fato isolado que tenha sido especial ou marcante durante a trajetória de uma certa história. A ideia inicial do conto nasceu nos Estados Unidos com Edgar Allan Poe, que traz a intensidade e a brevidade como elementos essenciais para o efeito único de tom de verdade, efeito este que precisa ser trazido para o mais próximo da verdade para que seja bem aceito e incorporado no entendimento do leitor. Já Gotlib enfatiza em seu livro “A teoria do Conto” (2006, p. 32) que a teoria de Poe sobre o conto recai no princípio de uma relação entre a extensão do conto e a reação que ele consegue provocar no leitor ou efeito que a leitura lhe causa.

Portanto, atentando para este fato, acredita-se que o conto, por sua simplicidade nas palavras e brevidade nos fatos contados, seja objeto de fácil compreensão no ensino/aprendizagem em aulas de português em que se necessite expor conteúdos de leitura e produção textual, reconhecimento de gêneros e seus aspectos, interpretação de texto e questões culturais que são muito importantes no processo de formação linguístico-social.

OS GÊNEROS NO DIA A DIA

Os gêneros textuais estão presentes em nosso dia a dia e, por isso mesmo, ajudam a otimizar a comunicação entre as pessoas, nas mais variadas situações sociocomunicativas e ampliam as possibilidades de ensino-aprendizagem da língua materna em sala de aula.

De acordo com Marcuschi (2005, p. 23), os gêneros são “realizações linguísticas concretas definidas por propriedades sócio comunicativas”. Segundo Bakhtin (2011, p. 28), um dos maiores teóricos acerca desse assunto, dizia que os gêneros eram “relativamente estáveis”, pois eram enunciados nascidos em diferentes tipos de atividades humanas na sociedade. Considerando, pois, o que afirmam esses teóricos, este artigo defende que os gêneros textuais são extremamente importantes para a comunicação e para o processo de ensino-aprendizagem da língua portuguesa.

Nessa direção, corrobora, ainda, essa relevância dos gêneros o que advoga Koch (2011, p. 67), “os gêneros textuais são resultados do próprio funcionamento da comunicação escolar e sua especificidade é o resultado desse funcionamento”. Isto posto, é válido o argumento de que a escola é o lugar onde os gêneros textuais devem ser priorizados, a fim de contribuir para o maior e melhor desenvolvimento de práticas de leitura, interpretação e produção de textos.

A realidade brasileira, no entanto, ainda está aquém de cumprir, de fato, o que recomendavam os PCNs e do que recomenda a BNCC¹. O que se vê, comumente, na prática, é o inverso do que esses diplomas legais dispõem que as escolas realizem. Com certa frequência, observa-se que iniciativas de estudo dos gêneros textuais descontextualizadas e/ou com ênfase nas tipologias textuais, quais sejam a dissertação, a descrição e a narrativa. E isso, por vezes, pouco colabora para uma aprendizagem de mais qualidade, além disso, os alunos acabam por desconhecer muitas materialidades textuais; por exemplo, que o e-mail que eles mandam uns aos outros, o jorna¹ que seus pais leem também são gêneros textuais.

O CONTO E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A LEITURA E A PRODUÇÃO DE TEXTOS

A leitura em sala de aula, nos dias de hoje, parece estar sendo esquecida e com ela se perdendo a capacidade de se formar leitores capacitados para serem pessoas mais críticas na sociedade.

Segundo a Base Nacional Comum Curricular:

[...] uma formação para o exercício da cidadania, que envolve, por exemplo, a condição de se inteirar dos fatos do mundo e opinar sobre eles; uma formação

¹ A BNCC, cuja finalidade é orientar os sistemas na elaboração de suas propostas curriculares, tem como fundamento o direito à aprendizagem e ao desenvolvimento, em conformidade com o que preceituam o Plano Nacional de Educação (PNE) e a Conferência Nacional de Educação (CONAE). (BNCC 2016, p.24)

estética, na experiência de leitura e escrita do texto literário. (BNCC 2016, p. 90)

O conto, algumas vezes desconhecido pelos alunos, e não raro esquecido por professores em suas práticas, pode ser uma boa opção para o retorno da leitura e produção de texto em sala de aula. Suas características simples e que fogem completamente do conservadorismo dos clássicos podem atrair os alunos para esse mundo incrível que é a leitura de contos.

Percebe-se que a maioria dos alunos já ouviu alguma vez ou até mesmo já assistiu algo relacionado aos contos. Uma ilustração disso é a expressão “Contos de fadas”, os quais se tornam conhecidos na infância. Mas, na maioria das vezes, o conhecimento dos alunos acerca dos contos se limita a isso. Talvez por isso alguns enveredam desenvolvendo o pensamento de que os contos são apenas histórias para dormir, e assim, desconhecem o fato de que além dos contos de fadas, há outros tantos, como os contos fantásticos e outros que se baseiam em fatos, personagens, ambientação e enredo, elaborados a partir de experiências do dia a dia.

Feitas essas observações, este artigo defende, como dito, que o Conto, se bem utilizado em sala de aula, poderá render ótimos resultados com os alunos. Entre algumas possibilidades, o professor pode realizar, com os alunos, a leitura mostrando-lhes que o conto nem sempre é sinônimo de um daqueles textos clássicos, de difícil leitura e compreensão e que o conto também pode ter uma linguagem simples e ser escrito por autores contemporâneos e com temas bem atuais. Isso, no entanto, não elimina a leitura, também, podem-se apresentar os chamados textos clássicos, pois estes, muitas vezes, servem de base para a escrita e reescrita de textos considerados contemporâneos.

A reescrita dos contos também pode ser uma boa opção para fazer com que os alunos comecem a desenvolver bastante sua habilidade na produção de textos; assim, o ensino da língua materna teria um grande avanço.

É interessante que sejam observados o valor que o narrador dá ao tema e o lugar que domina na sociedade e nas relações interpessoais, visto a evidenciação que se nota no modo com que o locutor narra o acontecido.

Os benefícios que a leitura promove em sociedade são inúmeros, como cumprimento da cidadania, propagação de um olhar crítico, integração e ampliação de horizontes e da linguagem, sendo assim, a leitura, complementando a escrita e vice-versa, é um dos mecanismos mais importantes para a aprendizagem e fortalecimento de convicções. Uma forma de trabalhar a produção de textos é através de oficinas, sendo uma situação didática em que os alunos produzem outros textos e têm acesso a diversos gêneros, inclusive o conto, abrindo espaço para elaboração e reelaboração. Dessa forma, o conto se mostra como material produtivo no ensino

de língua portuguesa, pois mostra situações sociais e interações com indivíduos do meio e com desdobramentos literários, cumprindo sua finalidade discursiva.

Proposta de análise linguística de um conto

Para o exercício de análise linguística, escolhemos um conto autoral chamado “sinais”, que foi escrito por Alessandra Rafaela de Lima Martins, uma das autoras deste artigo. Analisaremos o conto a seguir numa perspectiva temática, mediada pelas contribuições teóricas de Bakhtin (1997):

Sinais

Naquela tarde fatídica, ele estava voltando para casa muito feliz. Claro, isso antes que ele descobrisse o que estava por vir.

Havia conseguido uma amante muito boa e sua mulher nunca descobriria que ele realmente não tinha ido para uma viagem de trabalho, na semana anterior, como ele havia dito, e sim, para um grande festival de música com uma turma do trabalho.

Avistou sua casa e sentiu um pressentimento estranho... não importava! Nada poderia dar errado, ele tinha planejado tudo nos mínimos detalhes.

- Já cheguei amor! - Falou quando entrou em casa.

- Estou aqui querido! - Gritou de volta da cozinha, e Daniel seguiu até lá; estava mesmo com fome, seu estômago estava frio.

Quando entrou na cozinha, sua mulher estava de costas mexendo em algo que cheirava muito bem em uma grande panela. Ela cantarolava uma música baixinho, que ele conhecia, mas naquele momento ele não reconheceu.

- Humm, parece muito bom. - Falou fazendo sua mulher se voltar, e quando ela fez tinha um estranho sorriso no rosto.

- Como foi o trabalho? - Perguntou enquanto caminhava até ele com um sorriso que desmentia seu corpo tenso e seus olhos, que tinham um brilho diferente.

Pensando bem, agora ele deveria ter visto os sinais, bolsas floridas ao lado da porta, sua mulher cantarolando Roberto Carlos e preparando a comida que ela só preparava quando era seu aniversário, mas ele não o fez.

- Foi ótimo, aprendi muitas coisas. - Falou o homem sem qualquer receio de mentir.

Sua mulher o olhou por alguns minutos e ele se sentiu nervoso, parecia que ela conhecia a verdade, mas não disse nada. Depois do longo olhar, ela suspirou e colocou um prato cheio do caldo grosso de que ele tanto gostava.

- Coma, depois vamos conversar. - Falou deixando a cozinha.

O homem podia sentir um frio tomar conta de seu estômago, mas ele ignorou; nada poderia dar errado. Repetiu isso algumas vezes na cabeça como se fosse seu mantra. Sequer sentiu o gosto de seu tão adorado caldo, de tão preocupado que estava. Quando enfim terminou, levantou lentamente, lavou seu prato ainda mais devagar e depois encontrou sua mulher na sala. Ela olhava seu celular. E agora será que alguém havia mandado uma foto sua na festa para ela? Pensava já ficando desesperado, mas o que o aguardava era ainda pior.

- O que aconteceu? - Perguntou com a voz trêmula.

Sua mulher levantou os olhos da pequena tela de seu celular e fez um sinal para que ele sentasse, e assim ele fez e eles ficaram em um silêncio perturbador que o deixou ainda mais nervoso. Será que ela sabe? Como descobriu? Eram perguntas sem respostas que rodavam em sua mente.

- Então querido... - Começou ela parecendo hesitante. - Sabe aquela semana que foi viajar?

- S-Sim. - Respondeu com a voz trêmula.

Era agora. Agora ele ia ser posto para fora de casa com uma mão na frente e a outra atrás; do jeito que sua mulher era, tinha capacidade até de chamar sua mãe, aquela velha assustadora, e as duas cortarem seu melhor amigo. Sua mão foi diretamente lá quando esse pensamento passou por sua cabeça.

- Já disse a ele, amor? - Quando ele escutou aquela voz, sua cabeça se virou tão rápido que ele quase quebrou o pescoço.

Não. Não era possível! Não com ele, tinha visto seus amigos falando que havia acontecido com eles em algum momento do casamento. Mas ele pensou que estaria livre disso, mas não havia outra explicação para a presença daquela pessoa lá. E ainda Roberto Carlos!

- Querido, a mamãe está indo passar um tempinho com a gente. - As palavras ecoaram em sua mente.

E foi a partir dessa tarde fatídica que ele começou a pagar por todos os seus pecados.

Alessandra Rafaela de Lima Martins

A escolha do conto “Sinais” se deve ao fato de que, em um primeiro momento, as aulas em que foi/será utilizado abordam/abordarão questões concernentes à semântica e à constituição de sentido das palavras no arcabouço textual. A preferência por tal conto também se deu pela circunstância de ser uma narrativa breve, parecida com o gênero narrativo explorado no âmbito escolar, já que a proposta de análise é focada no ensino médio e a temática ser conhecida pelos alunos. O conto “Sinais” tematiza a relação de um casal em uma situação embaraçosa. Para tanto, a narrativa explora o suspense, a ironia e o cômico, que geralmente são bem aceitos por adolescentes, posto que retrata a visão dos sentimentos variados dos protagonistas. Além disso, não podemos deixar de falar da ótima oportunidade em valorizar um conto escrito por uma das pessoas envolvidas no processo de ensino-aprendizagem do referido gênero textual.

Vale ressaltar que, aliado as questões semânticas, o estudo do conto contemplou três dimensões especiais enfatizadas por Bakhtin (1997) acerca do gênero do discurso: O conteúdo temático, a construção composicional e estilo, que são características indissociáveis num texto.

O conteúdo temático

O tema trata de um relacionamento amoroso marcado por infidelidade masculina. O casal vê-se, pois, envolvido por uma teia de sentimentos conflituosos: temor, por parte do homem que trai a sua esposa, e dúvida, sobre o fato dela saber ou não da traição; e desconfiança e passionalidade, por parte da mulher traída. O próprio nome do conto já traz vestígios do que versa a trama, que se passa nos indícios de que a esposa dá sobre o conhecimento do fato e da surpresa que o homem tem em sua sogra ir morar na mesma casa que ele.

A construção composicional

Num estilo popular, com traços modernos e palavras simples, este conto se passa no cotidiano de uma família. O diálogo, em linguagem coloquial, corrobora que o leitor possa captar as sensações dos protagonistas, fazendo com que haja reflexão acerca do comportamento do marido traidor e da esposa traída. A narrativa permite, ainda, que se veja com riqueza de detalhes o que cada personagem faz em devido momento e ajuda a compor pouco a pouco um clima de tensão e de expectativa que se dá pelo final interrogativo, dando espaço aos alunos para imaginarem vários desfechos após o término do conto.

O Estilo

É possível perceber que o conto “Sinais” explora o mistério, como se pode verificar nos últimos parágrafos quando, surpreso, o protagonista é informado sobre a notícia de sua sogra ir morar com o casal, fato este que o amedronta pela cômica ideia de a esposa ter arquitetado um plano maligno juntamente com a mãe dela.

A construção dos fatos, como dito, demonstra que a trama explora sentimentos de desconfiança e traição, e essas palavras, tão comuns ao vocabulário dos discentes, são mostradas para abordar questões semânticas, inclusive para trabalhar a relação de tais palavras para além das relações amorosas entre um homem e uma mulher ligados por laços matrimoniais.

Retomando a narrativa, observa-se que a história gira em torno de um jovem recém-casado que mente sem nenhuma consideração e que trai sua mulher numa falsa viagem de trabalho. Quando chega em casa, é tomado por um forte nervosismo, e até culpa, ao pensar que sua mulher talvez já saiba ou veja através de suas mentiras.

Ele a encontra fazendo coisas que só fazia com raridade, tais como cozinhar sua comida favorita, cantar músicas que há muito não escutava. Consumido pela culpa, entra em pânico quando a esposa diz que quer falar com ele, pois tem medo que ela tenha descoberto que ele estava com outra.

Esse misto de sentimentos lhe ocorre não porque ele a ama e não quer se separar, mas sim, porque tem medo de que ela o coloque fora de casa, sem nada. Quando sua mulher finalmente fala o que queria, ele sente que seria melhor que fosse jogado fora de casa, a ser tripudiado e investigado pela sogra assustadora.

O homem na história, Daniel, não sente sequer receio ao mentir para sua mulher, o que é um espelho de boa parte dos homens na realidade, mas também de pessoas que se acostumam a mentir, iludir outras, ou mesmo dissimular, para se darem bem em muitas situações da vida

pessoal e/ou social. Ressalte-se, nesse sentido, o fato de que a autora faz com esse conto uma ligação com a realidade dos relacionamentos baseados em mentiras, como se pode ver no excerto abaixo:

“Naquela tarde fatídica ele estava voltando para casa muito feliz, claro isso antes que ele descobrisse o que estava por vir.

Havia conseguido uma amante muito boa e sua mulher nunca descobriria que ele realmente não tinha ido para uma viagem de trabalho, na semana anterior, como ele havia dito, e sim, para um grande festival de música com uma turma do trabalho.”

A mulher sem nome ou rosto aparece ali como um retrato das mulheres que passam por esse tipo de situação e aceitam, porque fica implícito que ela sabia o que seu marido havia feito e ainda assim fingiu que desconhecia a verdade:

“Sua mulher o olhou por alguns minutos e ele se sentiu nervoso, parecia que ela conhecia a verdade, mas não disse nada. Depois do longo olhar, ela suspirou e colocou um prato cheio do caldo grosso de que ele tanto gostava.”

A assustadora sogra está ali como uma invocação de que “aqui se faz aqui se paga”. Ela seria aquela que faria com que o marido infiel pagasse por todas as mentiras e traições: “E foi a partir dessa tarde fatídica que ele começou a pagar por todos os seus pecados”.

Sem nenhum motivo aparente para sua estada ali, percebe-se então que a mulher, que tinha o conhecimento de que seu marido não gostava de sua mãe, chamou-a apenas para fazer com que ele sofresse, em uma pequena vingança.

O conto não especifica o tempo em que se passa a história. O leitor infere que “a escapadela” do marido foi descoberta “Naquela tarde fatídica”, mas esta tarde é incerta, pode indicar qualquer tarde, sugerindo que os atos sorrateiros um dia serão descobertos e o transgressor será, de alguma forma, penalizado. Essa referência ao tempo, indefinido, note-se, é a expressão com a qual o conto é iniciado; além dela, outra expressão também faz menção ao passado “Na semana anterior”, que é quando o marido trai sua mulher. O espaço, por sua vez, está limitado apenas a casa das personagens, não nos dando nenhuma visão sobre ela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que, no contexto dos estudos da língua portuguesa, é necessária a prática direcionada à reflexão sobre a própria língua com a finalidade de tornar o aprendizado mais proveitoso em suas variadas vertentes.

Atentando para isto, o que quisemos mostrar neste artigo é a importância da reflexão que a leitura, interpretação e análise de textos, e isso inclui o estudo da semântica e das

especificidades composicionais do gênero textual escolhido, são essenciais para a etapa do processo de formação de cidadãos letrados e críticos.

Sabemos que é de importância fundamental o conhecimento profundo do instrumento de análise, atentando para a função do conto como uma composição viva na sociedade. Ficou claro que este gênero é marcante pelo recurso de utilização do diálogo popular que revela muitas vezes situações curiosas, ajudando também a prender a atenção do aluno.

Com essa pesquisa acreditamos que o conto seja um caminho para conquistar e incentivar a leitura, usando assim como apetrecho para favorecer a formação de novos leitores, o processo de ensino-aprendizagem da leitura e escrita tendo finalidade de predispor o sujeito para a criticidade, criatividade, inovação e imaginação.

Concluimos, acreditando que este trabalho é de suma relevância para o desvio do olhar de forma positiva sobre os gêneros, em especial o conto, que por diversas vezes acabam sendo esquecidos e que são tão valiosos para o crescimento intelectual da língua materna.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. Estética da Criação Verbal. Ed. São Paulo: WMF Martins. Fontes, 1997.

BRASIL. Secretaria de educação fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa/ secretaria de Educação Fundamental.- Brasília: 144p.

BRASIL. Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1998.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Língua portuguesa, 2016: 26p.

DUARTE, Vânia Maria Do Nascimento. "O conto". Brasil Escola. Disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br/literatura/o-conto.htm>>. Acesso em: jun. 2016.

GOTLIB, Nadia Batella. **A teoria do conto**. 11. ed. São Paulo: Ática, 2006.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. Desvendando os segredos do texto. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LUFT, Celso Pedro. Dicionário Prático de Regência Verbal. Ed. Ática, 1997.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. "Gêneros textuais: definição e funcionalidade". In DIONÍSIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria auxiliadora. Gêneros textuais e ensino. 4. ed. Rio de Janeiro: Lucena, 2005.

O GESTOR ESCOLAR E AS RELAÇÕES INTERPESSOAIS NO COTIDIANO DA INSTITUIÇÃO

Gláucia G. Almeida de LIMA¹ (UFAL)
Mirian Patrícia A. FERREIRA² (UFAL)

RESUMO

O presente artigo é fruto da realização do Estágio em Gestão Escolar desenvolvido como atividade avaliativa da disciplina de Estágio Supervisionado, do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), realizada em uma escola municipal de Maceió, Alagoas. A observação foi realizada com o intuito de nos auxiliar na compreensão a cerca do trabalho pedagógico desenvolvido pelo Gestor Escolar. Para ampliar nossa visão sobre a gestão também foram realizadas entrevistas individuais com alguns sujeitos que fazem parte da instituição. Os dados coletados durante nossa presença na instituição contribuíram bastante para fortalecer nossa formação e, conseqüentemente, nossa futura atuação docente, além de nos possibilitar entender a importância das relações interpessoais, visto que esse era o foco do nosso estudo.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão Democrática; Relações Interpessoais; Estágio.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho procurou desenvolver reflexões referentes ao papel do Gestor Escolar no que diz respeito às relações interpessoais que se fazem necessárias no dia a dia da comunidade escolar. Foram coletados dados por meio da observação e da realização de entrevistas com os profissionais que ali trabalham. Baseados nas observações realizadas, pensamos em um projeto que levasse em conta as peculiaridades da instituição e as necessidades dos educadores.

Em uma gestão democrática devemos ter no diálogo uma forma de resolução de conflitos, saber se relacionar nesse ambiente ajuda a manter a cooperação e acima de tudo, nos faz desenvolver o trabalho de forma satisfatória.

Percebemos a importância do Gestor Escolar nas relações estabelecidas no ambiente institucional, pois ele dita o ritmo em que a equipe deve trabalhar, além de ficar na linha de

¹ Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal de Alagoas – Maceió – AL. E-mail: almeidaglaucia6@gmail.com

² Bacharel em Direito pela Faculdade da Cidade de Maceió, Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal de Alagoas – Maceió – AL. E-mail: mirian-patricia@hotmail.com

frente quando surgem conflitos, sejam entre funcionários de forma geral, seja entre alunos.

Os autores nos quais nos baseamos para a construção do trabalho foram, Libâneo (2008); Luck (2009) e Silva (2001), entre outros pesquisadores, referentes à temática abordada, para que pudéssemos desenvolver e fundamentar a pesquisa, bem como trazer novos olhares e novas perspectivas a respeito do estudo.

Salientamos que este estudo visa também ressaltar o quanto as relações interpessoais influenciam no desenvolvimento do trabalho pedagógico realizado nas instituições de ensino, pois em um ambiente em que o diálogo é estabelecido de forma clara, os conflitos são facilmente resolvidos e superados.

No entanto, não temos a pretensão de esgotar os estudos referentes ao tema, mas dá início a novas discussões a respeito, visto que essas relações são de extrema importância para o desenvolvimento das atividades educacionais, o que acaba juntamente com outros elementos, por garantir uma educação de qualidade para todos os sujeitos envolvidos no processo formativo.

A GESTÃO DEMOCRÁTICA E A FUNÇÃO DO GESTOR ESCOLAR

A gestão democrática baseia-se na descentralização, que consiste no compartilhamento do poder e na participação qualificada, formada por agentes políticos que conseguem reivindicar sua participação nos processos decisórios, nela a eficiência e a eficácia assumem uma característica qualitativa e não quantitativa como em outros modelos de gestão. No âmbito escolar, o modelo de gestão democrático desloca o foco da estrutura para o sujeito e a participação do educando é valorizada, pois possui função pedagógica.

A gestão é a ação que envolve a interação de todos os componentes necessários para uma determinada relação no âmbito escolar, faz-se necessário um trabalho integrado de equipe, para tal, a gestão escolar deve associar o trabalho da direção, da supervisão, da coordenação pedagógica e da secretaria da escola, além de uma parceria escola e comunidade, e todos devem ser de fato participantes da equipe gestora da escola.

Gestão escolar é o ato de gerir a dinâmica cultural da escola, afinado com as diretrizes e políticas educacionais públicas para a implementação de seu projeto político-pedagógico e comprometido com os princípios da democracia e com os métodos que organizem e criem condições para um

ambiente educacional autônomo (soluções próprias, no âmbito de suas competências), de participação e compartilhamento (tomada de decisões conjunta e efetivação de resultados) e auto-controle (acompanhamento e avaliação com retorno de informações). (Luck, 2009, p. 24)

Nesse contexto, o modelo de gestão democrática é desenvolvido através da participação de todos os atores que compõe a comunidade escolar, onde as tomadas de decisões devem ser assumidas em conjunto visando o melhor para a coletividade. Sobre isto, Luck, 2009, p. 23, afirma que:

Segundo o princípio da gestão democrática, a realização do processo de gestão inclui também a participação ativa de todos os professores e da comunidade escolar como um todo, de modo a contribuírem para a efetivação da gestão democrática que garante qualidade para todos os alunos.

Quando os membros da escola assumem seu poder decisório e reconhecem que podem influenciar no funcionamento dessa unidade, estão assegurando o eficiente desempenho da organização. O estilo de atuação no processo decisório será um determinante para a eficácia do modelo democrático de gestão que valoriza, “a participação da comunidade escolar no processo de tomada de decisão, na construção coletiva dos objetivos e das práticas escolares, no diálogo e na busca de consenso” (LIBÂNEO, 2008, p.132).

O gestor é o principal responsável pelas tomadas de decisões que influenciam diretamente no processo de ensino-aprendizagem. De acordo com Luck, 2009, p. 23:

O diretor escolar é o líder, mentor, coordenador e orientador principal da vida da escola e todo o seu trabalho educacional, não devendo sua responsabilidade ser diluída entre todos os colaboradores da gestão escolar, embora possa ser com eles compartilhadas.

Ele é responsável por coordenar, organizar e gerenciar as atividades da escola, baseando-se nas leis, nos regulamentos e determinações dos sistemas de ensino. Deve envolver toda a equipe e comunidade escolar nos objetivos e metas a serem alcançados, pois, é essencial que todos participem de forma ativa e qualificada, e sejam capazes de compreender, propor e decidir, para tal, é necessário que sejam criados mecanismos que

possibilitem esta participação ativa e os retirem do papel de espectadores, tornando-os atores atuantes, através de uma mobilização e do conhecimento da realidade na qual a unidade escolar está inserida, desta forma, o gestor escolar estará articulando também a escola e a família na tentativa de diminuir cada vez mais a distancia entre esses dois espaços de formação do sujeito.

DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES REALIZADAS

O tema foi escolhido com a ajuda da coordenação e da direção da escola. Desde a elaboração do projeto até a sua culminância, aprendemos muito sobre como podemos fazer da temática das relações interpessoais um grande aliado em nossa vida acadêmica e também em nossos espaços de trabalho. A metodologia utilizada foi baseada em uma pesquisa qualitativa, pois, após convivermos e observarmos o meio social da escola em questão e ao analisarmos os dados coletados nas entrevistas, utilizamos nosso embasamento teórico para refletir e construir o projeto de ação interventiva.

O projeto foi trabalhado através de uma palestra realizada pelas alunas de estágio com os educadores que trabalham na escola campo de estágio, foi um momento de descontração, onde de forma leve foram abordadas a importância das relações interpessoais para o bom andamento do trabalho e da convivência na escola. Utilizamos um pequeno vídeo que falava da importância da cooperação no trabalho em equipe, slides que nos trouxeram a reflexão quanto ao nosso papel enquanto educador, deixando claro que todos os funcionários são educadores e que de alguma forma colaboram no processo de ensino aprendizagem dos educandos. Utilizamos também duas dinâmicas em grupo, com o intuito de entendermos na prática a importância do outro para o bom funcionamento do trabalho.

Ao final da palestra realizamos um momento de socialização para que os participantes avaliassem qual a importância do tema em sua vivência diária e se esse momento de reflexão trouxe alguma mudança na sua visão acerca das relações no ambiente de trabalho.

Podemos dizer que todo o trabalho, desde sua elaboração até o momento de sua culminância foi de grande aprendizado para nós, cada fala, cada saber compartilhado com as professoras enriqueceu ainda mais a nossa formação, não tivemos só bons relatos,

ouvimos também depoimentos negativos acerca das relações estabelecidas dentro do ambiente detrabalho.

Dessa forma, foi perceptível o quanto as relações interpessoais podem interferir e o quanto elas são importantes para as nossas vivências e também para as práticas cotidianas dentro e fora do ambiente de trabalho. É de extrema importância que não esqueçamos que toda relação tem seus limites, tem seus ganhos e suas perdas e dentro da perspectiva da educação isso não é diferente, cada gesto, cada modo de trabalhar diferente interfere em como essa educação se desenrola em seu fazer pedagógico e como se darão as relações nos diferentes contextos.

O GESTOR E AS RELAÇÕES INTERPESSOAIS

Segundo Lozada (2015), “as relações interpessoais referem-se á relações humanas, englobando assim as relações públicas, relações comunitária etc.”. Assim sendo o relacionamento interpessoal acontece onde há a interação entre duas ou mais pessoas, podendo ser no lar, na empresa, na igreja, na escola, enfim, em diferentes ambientes sociais.

Exatamente por se tratar de um ambiente social, é que a escola compreende diferentes tipos de relações, em diversos níveis e intensidade, entre os inúmeros sujeitos que dela fazem parte. Por essa razão as relações interpessoais estão fortemente presentes no contexto escolar e influenciam diretamente o processo de aprendizagem, inicialmente na relação entre o professor e o aluno, pois o vínculo que se estabelece entre essas figuras é decisivo para apreensão ou não de determinados conhecimentos, além disso, Lozada (2015), baseado em Piaget (1954), destaca que as “relações interpessoais são grandes responsáveis pela formação de valores morais”, isto é, a identidade de cada individuo é formada a partir do contexto em que se vive e das pessoas com quem se relaciona. Portanto os valores transmitidos nessas relações influenciam profundamente as condutas de comportamento.

Nesse sentido, segundo Silva (2001), a gestão, especificamente, o gestor educacional, tem grande influência sobre o clima organizacional no ambiente escolar, toda sua ação afeta diretamente as formas como as relações se desenvolverão, por essa razão, cabe a ele, exercendo seu papel de liderança, criar condições que favoreçam um ambiente

propício para que todos expressem abertamente suas ideias e opiniões. Para tanto, é essencial que o gestor esteja ciente que está lidando com pessoas de diferentes realidades, que necessitam ser respeitadas e estimuladas a participarem com igual oportunidade.

Tal condição exige que a escola seja um espaço de convivência harmônico, em que as relações sejam baseadas na confiança, respeito e admiração, a fim de garantir o bom andamento do ensino aprendizagem e do sucesso da instituição em geral.

Uma das mais importantes ferramentas para se garantir relações harmônicas é a comunicação, pois essa possibilita a troca de informações, ideias e sentimentos, mantendo os indivíduos em contato permanente, propiciando a interação.

Diante disso, pode-se afirmar que a comunicação é primordial para a qualidade da relação interpessoal, sobretudo, o exercício de ouvir o outro, com atenção, respeito e sem julgamentos desnecessários; aceitando as pessoas como elas são, para Rocha (2010), “relacionar-se é dar e receber ao mesmo tempo, é abrir-se para o novo, é aceitar e fazer-se aceito, buscar ser entendido e entender o outro”. Esse constante exercício de escuta permite a troca de experiências e conhecimentos entre a equipe escolar, contribuindo para o bom desempenho dos profissionais e a qualidade das atividades desenvolvidas na escola.

Contudo, o sujeito se torna eficiente nas relações interpessoais quando é capaz de fazer uma reflexão intrapessoal, ou seja, é se autoconhecendo e buscando compreender os próprios sentimentos, que o sujeito consegue estabelecer qual a melhor forma de manter relacionamentos positivos com o outro, conforme destaca Carlos (2012, p.101): “se me conheço, consigo estabelecer relacionamentos saudáveis e reconhecer entender o outro”. Nessa perspectiva, as pessoas com tal aptidão conseguem estabelecer relacionamentos interpessoais mais produtivos, por essa razão, é imprescindível que os profissionais presentes na escola desenvolvam essa capacidade, com a finalidade de garantir um trabalho coletivo eficaz.

Conscientes da importância das relações interpessoais no contexto escolar, podemos destacar o papel fundamental do gestor na construção de um ambiente propício a relações estáveis, pois esse é responsável por conduzir as ações e relações que acontecem dentro da escola. Segundo Marcelos (2009):

O gestor, grande articulador da escola deve esforçar-se por criar canais adequados de comunicação e interação e garantir o alcance dos objetivos

da escola, mantendo um bom clima entre as pessoas que fazem parte da comunidade escolar e local. (MARCELOS, 2009, p.02 apud ALMEIDA, SOUZA)

Portanto, o gestor é o principal mediador entre as relações interpessoais existentes no ambiente escolar, esse deve dedicar-se a criar canais adequados de comunicação e interação entre os sujeitos, além de ser sua função trabalhar os possíveis conflitos, pois esses estão facilmente presentes, uma vez que cada indivíduo carrega consigo peculiaridades e diferentes maneiras de pensar. Cabe ao gestor buscar alternativas que atenda o interesse de todos que estão inseridos na comunidade escolar. Para tanto, se faz necessário que o gestor possibilite a participação desses sujeitos nos processos decisórios, pois somente uma gestão verdadeiramente democrática proporciona um espaço de trocas de saberes, respeito mútuo e relações sadias, garantindo dessa forma o sucesso da escola.

O desenvolvimento das relações interpessoais é fundamental, pois este é o eixo existencial para que os indivíduos possam alcançar uma integração real e um rendimento efetivo. O gestor é o co-responsável pelo sucesso ou fracasso de uma boa comunicação e, conseqüentemente por uma relação interpessoal de qualidade. (SOUZA, 2013 p.14).

Diante do que foi posto, compreende-se que as relações interpessoais são imprescindíveis para convivência e eficácia escolar e o gestor tem papel essencial na manutenção dessas relações:

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O referente estudo que nasceu a partir de uma disciplina de Estágio Supervisionado do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), buscou perceber a importância do Gestor Escolar nas relações interpessoais que se dão nas instituições de ensino, tomando como base a análise da gestão democrática e a função do gestor escolar enquanto mediador das relações estabelecidas nesse contexto.

A partir dos relatos colhidos nas entrevistas que foram realizadas, foi possível traçar um projeto que alcançasse as necessidades dos educadores daquela instituição.

Em resumo, entendemos que a gestão escolar deve ter por objetivo buscar a qualidade da educação, percebendo que a liderança não é uma função exclusiva do diretor, mas sim função do grupo, buscando conquistar os objetivos com a ajuda de todos que

fazem parte da comunidade escolar.

Com isso, podemos perceber a importância da pesquisa no sentido de observarmos como se dá a gestão escolar e os conflitos existentes nela, pois a escola é um espaço de convivência entre os sujeitos, é o espaço para o desenvolvimento e aprendizagem dos nossos educandos e tem o desafio de formar cidadãos críticos, estimular os alunos na busca de conhecimentos, valorizar as diferenças socioculturais, incentivar o trabalho em equipe, realizar atividades coletivas, abordar com os educando a importância das relações interpessoais serem respeitadas na vida de cada um.

É importante ainda salientar ainda que o Gestor tem o seu papel fundamental na construção do desenvolvimento e aprendizagem e na construção de uma gestão democrática dentro da escola, onde todos os envolvidos possam participar na construção do sucesso do sistema escolar escolhido.

REFERÊNCIAS

CARLOS, Joaquim. Definições de relacionamentos interpessoais. In. Revista Intellectus. n 20. p. 99 a 105. Disponível em: <<http://www.revistaintellectus.com.br/DownloadArtigo.ashx?codigo=222>>. Acesso em: 13 de junho de 2018.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: teoria e prática**. 5. ed. Revista ampliada. Goiânia: MF Livros, 2008.

LOZADA, Thiago Rodrigues. **A imprescindível ação das relações interpessoais no âmbito escolar**. 2015. Disponível em: <<http://www2.seduc.mt.gov.br/-/a-imprescindivel-acao-das-relacoes-interpessoais-no-ambito-e-scol-1>>. Acesso em: 26 jul 2018.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

SILVA, Jerônimo Jorge Cavalcante. **Gestão escolar participada e clima organizacional**. In _____. Salvador: O Programa, 2001.

SILVA, Marcelo Soares Pereira da. **O gestor escolar frente o desafio da participação no planejamento do trabalho escolar: dimensões e significados**. Escola de Gestores, 2007

<http://www.maceio.al.gov.br/semmed/revista-saberes-docentes-em-acao>

SOUZA, Izabel Celes. **Análise reflexiva do papel do gestor nas relações interpessoais no cotidiano escolar**. Porto Seguro: 2013. Disponível em:

<<http://www.webartigos.com/artigos/tema-analise-reflexiva-do-papel-do-gestor-nas-relacoes-interpessoais-no-cotidiano-escolar/131061/>>. Acesso em: 05 de julho de 2016.

(IN)DISPENSABILIDADE DO PARECER DESCRITIVO NA ESCOLA

Zuleica Dias SANT-ANA¹

RESUMO. O parecer descritivo representa um documento de acompanhamento e registro das etapas de desenvolvimento e de avanços do processo de aprendizagem dos estudantes, utilizado na educação infantil e no primeiro ciclo do ensino fundamental, levando em consideração a faixa etária e o período que está cursando. Objetiva-se compreender a importância do parecer descritivo para a atividade de planejamento do professor e do processo de aprendizagem do estudante. Para garantir a qualidade do estudo, adotou-se como metodologia de trabalho a pesquisa bibliográfica, alicerçados em livros, artigos e documentos. Neste contexto, registra-se o parecer descritivo como a possibilidade do professor acompanhar o desempenho na aprendizagem do estudante e reorganizar seu planejamento para alcançar a real eficácia no processo de ensino e aprendizagem para os anos seguintes.

Palavras-Chave: parecer descritivo; ensino e aprendizagem; professor e estudante.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem o intuito de compreender a importância do parecer descritivo para a atividade de planejamento do professor e, ainda, traz em evidência a fase de desenvolvimento da aprendizagem do estudante na educação infantil e Ensino Fundamental I.

Vale assinalar que o parecer descritivo deve representar uma percepção nítida, clara e significativa para o professor, em relação aos seus estudantes e seu planejamento. É bem verdade, que esse processo se baseia em uma visão reflexiva do instrumento elaborado pelo professor no início do ano letivo (avaliação inicial) e, também, traz um novo significado para prática avaliativa.

¹ Mestranda da Facultad Interamericana de Ciências Sociales – FICS; especialista em Direito do Trabalho e Previdenciário, na FAMA; especialista em Gestão de Trabalho, na Fiocruz; especialista em Gestão na Saúde, na Fiocruz; especialista em Psicopedagogia, na UFAL; especialista em Projeção, no IFAL; especialista em Abordagens Clínicas, no CESMAC; especialista em Direitos Humanos, na UFAL; graduada em Psicologia, no CESMAC; graduada em Direito, na FAMA; graduando em Pedagogia - Faculdade Claretiano; professora da redemunicipal de Maceió. E-mail: santhanaz@hotmail.com.

Outro ponto a considerar, é que esse instrumento de avaliação precisa ser construído no transcorrer do processo de aprendizagem e a sua forma final decorre de uma síntese do que vem ocorrendo no transcorrer do ano letivo.

Nessa perspectiva, considera-se fundamental entender plenamente o que é a avaliação descritiva, em virtude de ser um instrumento de avaliação e que é elaborado pelo professor, com o intuito de identificar o avanço da aprendizagem do estudante e por possibilitar o seu melhor planejamento. Assim sendo, a avaliação baseia-se na análise da concepção e da ação de professores, iniciando com a coleta de dados, análise e a elaboração do parecer descritivo.

Para alcançar o aprofundamento dessa temática, precisou traçar como método de estudo, a pesquisa bibliográfica e documental. Bibliográfica, visto que foi baseada em artigos e livros. Documental, levando em consideração a existência dessas informações nos instrumentos norteadores da escola como, por exemplo, regimento interno da escola, proposta política pedagógica e legislação vigente.

Parecer descritivo e o processo de ensino e de aprendizagem

O parecer descritivo ou relatório de avaliação pedagógica, ao ser analisado, registra-se como um documento elaborado pelo professor, com o intuito de fazer uma análise diagnóstica do seu estudante, com a premissa de identificar as suas necessidades ou dificuldades e, ainda, definir quais as estratégias para resolvê-las.

Neste ínterim, deve-se analisar individualmente o estudante, especialmente, nos aspectos sociais, cognitivos, emocionais e físicos, estabelecendo a relação com os saberes escolares (grade curricular).

Insta assinalar que o parecer descritivo ou relatório de avaliação pedagógica devem elencar os avanços, as capacidades e descobertas, de forma evolutiva, em relação ao desenvolvimento do estudante, levando em conta que o professor precisa propor encaminhamentos e participar de todo o processo de observação e análise. Ademais, é notório que a avaliação precisa ser transformadora, integral e restauradora para o alcance dos objetivos educacionais, ou seja, baseados nos marcos de aprendizagem, matrizes curriculares e outras mais.

Vale evidenciar que todos os encaminhamentos do processo de avaliação precisam ser

alicerçados na compreensão da pessoa como sendo única, embora nem sempre seja claro a definição do tipo de avaliação que deverá ser adotada pelo professor, visto que na elaboração da avaliação podem haver dificuldades por despreparo técnico (teoria e prática).

Por isso, é precisa que o professor se qualifique continuamente e tenha condições financeiras para arcar com o seu aperfeiçoamento (pessoal e profissional) e aquisição de livros científicos, levando em consideração as suas necessidades técnicas, ou seja, como deve elaborar, acompanhar e confeccionar o relatório de seus estudantes, caso contrário todo processo poderá culminar em fracasso escolar e erro na elaboração do planejamento do professor.

Contextualização Geral do Parecer Descritivo

O parecer descritivo ou relatório de avaliação pedagógica representa o registro (teórico e prático), relacionados às vivências, as dificuldades e os avanços na aprendizagem dos estudantes. Servindo, ainda, de informações para encaminhamentos, possibilidades e sugestões para intervenções das famílias, professores e os estudantes.

Para Vasconcellos (1998, p.83), a avaliação pedagógica deverá ter o objetivo de:

(...) propiciar a elaboração da síntese do conhecimento por parte do educando; localizar as necessidades (seja do estudante, do professor, da escola ou do contexto), para poder trabalhar em direção a superação; dar oportunidade para o estudante refletir e tomar consciência da sua aprendizagem, de seus relacionamentos em sala, de seus processos mentais (...).

A partir do exposto, é claro que a avaliação de aprendizagem tem a finalidade de ir além da constatação de que ocorreram alguns avanços ou paradas na aprendizagem, visto que permite que tanto o professor como os estudantes identifiquem os erros ou as dificuldades no processo de ensino e aprendizagem, além de possibilitar as mudanças necessárias.

Vale ressaltar que o parecer descritivo de avaliação de aprendizagem é aquele que investiga "(...) as implicações, resistências e avanços que se expressam na prática avaliativa do professor" (SOUSA, 2018, p.1), isto é, uma forma de versar o desempenho do estudante nas atividades de ensino, analisando e interpretando os seus avanços no processo de aprendizagem.

Destarte, as práticas de avaliação devem ir além da classificação e o controle de desempenho dos estudantes, uma vez que precisa ser um instrumento de interpretação,

comunicação e desencadeadora de ações pedagógicas, visando almejar a construção das habilidades e competências dos professores e estudantes.

Baseia-se, portanto, o parecer descritivo de avaliação de aprendizagem como um instrumento que visa à reflexão do desenvolvimento dos professores na seara profissional ou particular, bem como contribui no desempenho de suas atividades e nas suas relações técnica-profissional. Nos aspectos relacionados aos estudantes, percebe-se que contribui como uma forma de averiguar os pontos avanços e dificuldades nos seus processos intelectuais, de lacunas, de conhecimento, de raciocínios e, ainda, modos de aprendizagens.

Nessa diapasão, a construção de uma prática avaliativa baseia-se em uma concepção formativa dos professores, pois, para sua efetivação, são utilizados diversos instrumentos que os auxiliam no desenvolvimento de sua prática pedagógica, como também favorecem a interpretação do processo desenvolvido pelo estudante (SOUSA, 2018, p.93).

Para o entendimento de Luckesi (2011, p.2), os instrumentos de avaliação aplicados aos estudantes podem ser submetidos a diversos equívocos por:

(...) muitas vezes, nossos educandos são competentes em suas habilidades, mas nossos instrumentos de coletas de dados são inadequados e, por isso, os julgamentos, incorretamente, como incompetentes. Na verdade, o defeito está em nossos instrumentos e não no desempenho do estudante.

Em sua essência, é fundamental que o professor desenvolva as suas habilidades de interpretação vinculadas ao processo de aprendizagem dos seus estudantes para evitar equívocos na sua construção, aplicação e análise, ou seja, aperfeiçoando os seus diversos conhecimentos e com adequadas intervenções no processo de aprendizagem dos estudantes.

Diante do exposto, verifica-se que o parecer descritivo não visa apenas comunicar os pais resultados do processo de aprendizagem de seus filhos, mas também leva o professor a refletir sobre a sua própria prática, especialmente, através das informações no período letivo e, ainda, serve de indicadores para organizar os processos de formação e autoformação dos professores.

Elaboração do parecer descritivo (coleta, confecção e análise)

Entender o que se deve ser avaliado, é ponto central do parecer descritivo, visto que a pessoa deverá ser analisada dentro do prisma de desenvolvimento integral, por isso é preciso

aprofundar nas etapas do seu desenvolvimento.

Reforça Zabalza apud Villas Boas (2009, p.100) a possibilidade de acompanhar através de registros com o intuito de:

- Recolher informações sobre o trabalho pedagógico;
- Acumular informações históricas sobre a aula e o que nela acontece, assim como sobre o trabalho da escola como um todo;
- Descrever fatos ou momentos parciais; identificar problemas;
- fazer acompanhamento de temas de interesse;
- Analisar os dados e refletir sobre os fatos, momentos, problemas ou assuntos;
- Encontrar soluções, hipóteses explicativas, causas para os problemas identificados;
- Tratar o próprio texto do registro como um objeto de pesquisa a que são aplicáveis técnicas de análise de conteúdo, identificação e tratamento de indicadores vários, identificação de repetições, de coerências e divergências entre registros etc.

Na verdade, é importante ter em mente os seus objetivos, especialmente, quando se registrar o que é realizado em sala de aula, como desenvolvem as atividades e aprendem os conteúdos relacionados com os aspectos cognitivos (habilidade de aplicar os conhecimentos, compreender as informações, pensamento crítico e memória), bem como identificar como se relacionam com as pessoas e como estabelecem as regras e as responsabilidades (aspecto social).

Assim, percebe-se que os registros de avaliação sob a forma de pareceres descritivos surgem em uma ação contínua e altamente reflexiva, de forma a expressar avanços, conquistas, descobertas dos estudantes, bem como relata o seu avanço no processo de aprendizagem.

Insta assinalar que ao realizar inicialmente o parecer descritivo, o professor não deve sentir dúvida com relação as suas ações, em especial, ao encontrar um problema que precisa compreendê-lo, uma vez que necessita encontrar um meio para superá-lo. Diante dessa realidade, espera-se que se entenda que para resolver o problema deverá haver o apoio da família, escola e professor.

Como já se colocaram anteriormente, os professores devem posicionar no parecer como sendo um instrumento que expressam as capacidades, conquistas e/ou limites alcançadas pelos estudantes avaliado e classificado. Além disso, ele representa um processo contínuo, com funções diagnósticas e de investigação, onde as informações viabilizam o redimensionamento da ação psicológica, para planejar e intervir para modificar situações,

relações pessoais e atividades.

Da coleta

A coleta de informações deverá ser realizada pelo professor, levando em consideração a realidade do estudante. Pode-se utilizar como recursos a observação em sala de aula, o parecer descritivo de anos anteriores, ficha de registro e a avaliação propriamente dita.

Vale ressaltar que a observação se apresenta como uma técnica que possibilita o professor a acompanhar "(...) o desenvolvimento do estudante em todos os momentos, impedindo que se formem ideias preconcebidas sobre a capacidade e o desenvolvimento de cada um (...) identificando suas dificuldades e avaliando nas diversas atividades realizadas e seu progresso na aprendizagem" (MELCHIOR, 2002, p.76). Além do mais, leva o professor a conhecer os seus estudantes, possibilitando oferecer novos desafios intelectuais.

Neste caso, espera-se que o professor faça diversas observações, no processo de acompanhamento dos estudantes. Realizando, portanto, atividades de acompanhamento para recolher informações contínuas, com identificações dos problemas e investigando as possíveis soluções. Dessa maneira, permite que sejam realizadas observações contínuas e alicerçadas em avanços, possibilitando que fossem traçados caminhos para aprendizagem e definindo os pontos de chegadas de cada avaliação.

Em relação o *parecer descritivo de anos anteriores*, espera-se que o professor, do segundo até o quinto ano, tenha o acesso a esse documento, levando em consideração os encaminhados da coordenação. A partir daí, espera-se que seu acesso seja conduzido pelo coordenador da escola e entregue esses registros para que realize o seu planejamento.

Já a *ficha de registro* poderá ser baseada em dados referentes a grade curricular, uma vez que traz um arcabouço de conteúdos que devem ser ministrados. Aliás, poderá ser utilizado, como forma de registro, um roteiro de conteúdos com destaque em seus avanços e dificuldades.

Enquanto a *avaliação propriamente dita* pode-se ser construída com base nos conteúdos ministrados e elencados na grade curricular. Ademais, representa um dos instrumentos a ser elaborado para sondar como está sendo o processo de aprendizagem do estudante, podendo ser variado e elaborado pelo próprio professor.

Insta assinalar que os conteúdos do parecer de avaliação de aprendizagem deverão

estar alicerçados na verificação das atitudes dos estudantes, relacionadas ao seu comportamento individual e grupal, nos métodos de trabalho traçado pelo professor e no desempenho das atividades que exigem habilidades em operar conhecimentos em situações coletivas e práticas. Além do mais, o professor deverá estabelecer um juízo de valor ou expressão pautada em seu método de trabalho, visando o desenvolvimento da aprendizagem do estudante.

Neste ínterim, verificam-se os aspectos emocionais, com base no seu comportamento e expressões emocionais, a partir dos seus desafios e fracassos. Ademais, não se deve desconsiderar o amadurecimento físico, dentre eles, motricidade ampla e fina, ritmo e equilíbrio, a higiene e saúde e muitos outros. Há, ainda, a necessidade de se observar os aspectos relacionados aos pontos fortes e as dificuldades para a sua aprendizagem.

Vale ressaltar que o parecer descritivo ou avaliação de aprendizagem emerge como relato individual e exclusivo de suas experiências, levando em consideração o que devem ser esperados, as dificuldades e os meios para superá-los. Assim, faz necessário que sejam utilizadas em língua culta, evitando erros na sua elaboração e formatação.

Na compreensão de Hoffmann (2013, p.120) “(...) a forma como procedemos diante determinadas questões, revela-se, sem dúvida alguma, no momento do relato”. Dentro desse contexto, não se pode desconsiderar um sentimento de inseguranças por parte do professor diante da construção do parecer descritivo, sem descartar o despreparo quando a execução dessa tarefa, especialmente, no planejar do futuro, nos relatos dos acontecimentos e, ainda, no classificar dos porquês e possíveis encaminhamentos.

Da análise dos dados (instrumento de coleta)

O professor deve analisar o arcabouço de informações como, por exemplo, o estado atual do estudante (teste de sondagem), percepção pessoal da sua realidade (cuidados dos materiais e organização dos seus espaços), visão dos aspectos psíquicos/emocionais, os seus conhecimentos nos aspectos científicos (português, matemática e outras mais), o comportamento da turma diariamente e os avanços cognitivos, relacional e físico.

Em verdade, registram-se no relatório pontos como expectativas de sua aprendizagem, o momento que se encontra e o trabalho que deverá ser realizado (planejamento), sem esquecer que, durante o processo, são observados os seus avanços, as

áreas que mais se desenvolveram na aprendizagem e até inserir as sugestões para melhorias e como serão realizadas.

O parecer descritivo tem o intuito de “informar sobre o processo de aprendizagem do estudante, no sentido mais amplo e sobre o seu processo de formação plena, interpretando essas informações à luz da proposta educacional da escola” (ALBUQUERQUE, 2008, p.274). Servindo, também, como instrumento de tomada de decisões e orientações aos pais quanto às dificuldades apresentadas.

Da elaboração do parecer descritivo

Antes de elaborar o relatório, o professor precisa entender o porquê irá elaborá-lo e para que ele sirva. Em seguida, necessita saber o que, quando, como e o que fazer com os dados obtidos através de seus estudantes. Além do mais, deverá identificar para quem será direcionado o mesmo e em que período será entregue (VILLAS BOAS, 2009, p.144). Diante dessa realidade, as informações nele contida precisam ser revisadas (conferidas) e analisadas conjuntamente com os dados obtidos pela avaliação da aprendizagem (sondagem), os seus avanços, as suas conquistas, as necessidades existentes e intervenções feitas.

Na redação do relatório, o professor precisa ser cuidadoso no que se refere a norma culta de escrever, a coerência do texto, estética do documento e objetividade. Ademais, deve ser escrita no verbo no passado e com destaque na ação (abrir, acabar, acordar, correr, acostumar e outros mais).

É preciso que o parecer descritivo seja uma ferramenta adequada para compor o arquivo da escola e atender os pais, bem como auxiliando o professor na reflexão e análise do desenvolvimento do estudante e a sua atuação. Neste sentido, essa prática avaliativa requer mais tempo para sua organização e reflexão, pois toda essa falta de condição de trabalho levam os professores a reduzirem práticas tradicionais ao invés de resignificá-las.

Os Limites e possibilidades da avaliação pedagógica/parecer descritivo

O parecer descritivo se limita a um tempo determinado para ser registrado e analisado, levando em consideração os dados coletados durante o processo de aprendizagem, seguindo um roteiro de trabalho para sua elaboração (normas culta) e, por

fim, a revisão do material escrito.

Quanto ao *período de registro do parecer*, é preciso esclarecer que a escola tem já definido o período de avaliação com base em sua proposta pedagógica e a proposta política pedagógica, destacando como sendo contínua e condensada no final do ano letivo. Neste caso, devem-se abordar as questões cognitivas, com ênfase das habilidades não desenvolvidas, com destaques em seus avanços e conquistas, e expondo as necessidade e intervenções que devem ser feitas durante o processo de ensino e aprendizagem.

Em relação ao *registro do parecer*, deve-se observar o planejamento com a definição das expectativas de aprendizagem, grade curricular da escola (especialmente português e matemática), a ficha de observação do desempenho das habilidades cognitiva, emocional, social e física, anotações do professor e atividades desenvolvidas pelos estudantes.

No desenvolvimento cognitivo registra-se a aquisição da leitura e escrita, fluência na leitura de texto e interpretação, bem como capacidade de escrever, ordenar e ampliar as frases com coerência lógica. No convívio social analisar o respeito aos colegas e grupo, colaborando nas atividades coletivas e aceitando sugestões dos professores e colegas. Mas, deve-se listar a conexão das habilidades, com ênfase daquelas que não foram adquiridas.

Na *avaliação pedagógica/parecer descritivo* é importante que o professor seja um profissional que esteja em constante aprimoramento teórico e prático, visto que ele necessita elaborar os relatórios individuais dos estudantes, com reflexão de sua base teórica e que suas ações ou encaminhamentos estejam alicerçados em suas constatações/reflexões.

Para a *elaboração do relatório* é preciso seguir um roteiro definido anteriormente, isto é, objetivos e/ou conteúdos do conteúdo curricular, descrevendo as habilidades para perceber os aspectos cognitivos, emocionais, físicos e sociais nas rotinas diárias dos estudantes. É importante esclarecer que jamais o professor deverá fazer interpretação da aprendizagem do estudante, mas apenas descrever.

Cabe assinalar que é preciso que o professor tenha clareza a quem se destina o relatório e que ele é um documento oficial, por isso precisa ter uma linguagem coerente ao público e com uma adequada escrita (evitando termos diminutivos, contraditórios, comparações). Portanto, é necessário ter o cuidado pelas expressões pejorativas, julgamentos ou ambiguidades.

Não representa um processo de fácil execução, em detrimento de o professor necessitar ter um olhar seletivo para cada um dos seus estudantes (individual e/ou coletivamente), reunindo um máximo de informações através de observações e instrumento de avaliação.

Neste processo, faz-se necessário o registro do desenvolvimento do estudante (sociais, cognitivos e psicomotores), com ênfase nos aspectos cognitivos (orais e escritos) e comportamentais (participação, a interação, a colaboração).

Por isso, a ação educativa deverá ser analisada, com ênfase em estratégias para a superação das dificuldades, dos planos de estudos, de trabalho e proposta pedagógica, com base na sua realidade humanista. Aliás, é importante que seja realizada a revisão do relatório antes de ser encaminhada a coordenação ou entregue aos pais.

CONCLUSÃO

O parecer descritivo é o subsídio indispensável para garantia da continuidade do processo de aprendizagem, pois determina o avanço ou a dificuldade do estudante. Sendo, portanto, elaborado ao final de cada unidade letiva ou quando da transferência em curso do/a estudante.

Urge ressaltar que o parecer descritivo traz o desenvolvimento da aprendizagem do/a estudante durante o período letivo, estando a sua construção vinculada a responsabilidade do/a professor/a, com o acompanhamento e a orientação do/a coordenador/a pedagógico/a.

Destarte, é precisa que tenha muitas informações do processo de aprendizagem (avanços ou dificuldades), com as estratégias para superação das dificuldades e os resultados obtidos. Neste caso, o registro deverá ter o intuito de melhorar o processo de aprendizagem, levando em consideração a observação e a compreensão do currículo previsto, independente de ter excesso de estudante em sala de aula e uma carga horária de trabalho extensa.

Aliás, o professor deve ter habilidade (técnica e teórica) para construir e dominar o registro pedagógico, uma vez que serve de material para construção do relatório de desempenho do seu estudante. Vale assinalar que esse registro traz dados das dificuldades de seus estudantes no transcorrer do ano letivo e podem ser utilizados para futuros planejamentos.

Diante do exposto, entende que o parecer descritivo poderá seguir duas classificações, isto é, dispensável ou indispensável. Dispensável, porque é um instrumento que não foi bem elaborado, avaliado ou utilizado pelo professor. Indispensável, pelo fato de ser bem confeccionado e serve de material para acompanhamento e planejamento do docente.

REFERÊNCIAS

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Avaliação Mediadora**: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: educação e realidade, 2013.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. São Paulo: Cortez, 2011.

MELCHIOR, Maria Celina. **Avaliação Pedagógica**: função e necessidade. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

SOUSA, Cintia Metzner. **Parecer Descritivo de Avaliação da Aprendizagem**: conteúdo e o processo de elaboração.
Disponível:

<<https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rc/article/view/893>>. Acesso em: 02 de mai. de 2018.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Avaliação**: superação da lógica classificatória e excludente - do "é proibido reprovar" ao é preciso garantir a aprendizagem. São Paulo: Libertad, 1998.

EDUCAÇÃO NÃO FORMAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM PEDAGOGIA HOSPITALAR

Alessandra Conceição do NASCIMENTO¹

Ana Flavia dos SANTOS¹

Max Alexandre da CONCEIÇÃO¹

Tania Maria Cebalho da SILVA¹

Victor Hugo de Oliveira HENRIQUE^{2,3}

Resumo

Este trabalho consiste em um relato de experiência a partir do estágio supervisionado VI, realizado no Hospital Regional Dr Antônio Fontes, em Cáceres – MT. Foram feitas observações e intervenções por meio de brincadeiras e atividades lúdicas com as crianças hospitalizadas. A partir do estágio, podemos também pensar em um ambiente hospitalar que abrigue condições para desenvolver a educação. Em relação à formação, o estágio contribuiu significativamente para a formação inicial, pois proporcionou um contato com um espaço de ensino não escolar.

Palavras-chave: pedagogia hospitalar; educação não formal; estágio supervisionado

1. INTRODUÇÃO

A pedagogia está em todos os meios, tanto educativo quanto social e familiar, bem como se reproduz de múltiplas maneiras. A pedagogia está associada à educação, deste modo vem se tornando pauta de conversas, transformações e discussões. Turci (2012, p.12) ressalta que “pensa-se educação como um processo de construção que integra, simultaneamente, diversos conhecimentos e promove o desenvolvimento intelectual e moral do indivíduo”

Portanto, um dos princípios centrais da pedagogia é a formação integral do ser humano, objetivando seu crescimento pessoal, cognitivo e profissional. A linguagem que preenche a pedagogia é uma linguagem própria que transforma o profissional desta área, uma linguagem significativa e baseada por técnicas e experimentações que proporciona ao pedagogo um leque de conhecimentos e aprendizagens (SAVIANI, 2007).

O pedagogo assume um papel de suma importância no desenvolvimento do ser humano e do meio social em que este está inserido. Libâneo (2001, p.11) destaca que

O pedagogo é o profissional que atua em várias instâncias da prática educativa, direta ou indiretamente ligadas à organização e aos processos de transmissão e assimilação de saberes e modos de ação, tendo em vista

objetivos de formação humana previamente definidos em sua contextualização histórica.

É de extrema importância que o pedagogo esteja preparado para os desafios diários do mundo globalizado em que vivemos. As novas tendências tecnológicas que surgem a cada novo tempo, as mudanças no contexto social dos seres humanos, as mudanças comportamentais influenciadas por diferentes aspectos, bem como as mudanças geradas pela economia.

Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo relatar as experiências vivenciadas no estágio supervisionado VI, realizado em um Hospital, contribuindo assim, para a área da pedagogia hospitalar.

2. A PEDAGOGIA HOSPITALAR

O Ministério da Saúde entende que os hospitais também podem ser centros de educação (BRASIL, 1977), por isso, há diferentes políticas públicas voltadas à educação, provavelmente oriundas do momento em que a criança começou a ser percebida como cidadão, não sendo mais tratada como adulto em miniatura ou quando a infância passou a ser tratada como uma fase, de fato, importante para o desenvolvimento social e cognitivo.

A necessidade de proporcionar às crianças e adolescentes um ambiente hospitalar, diferenciado, com ações educativas que diminuíssem a distância das atividades escolares e tornasse o hospital um lugar mais acolhedor e humanizado, para a criança que vivencia patologias, foi impulsionado por meio da criação das primeiras classes hospitalares.

A Classe Hospitalar teve seu início em 1935, quando Henri Sellier inaugura a primeira escola para crianças inadaptadas, nos arredores de Paris. Seu exemplo foi seguido na Alemanha, em toda a França, na Europa e nos Estados Unidos, com o objetivo de suprir as necessidades escolares de crianças tuberculosas. Pode se considerar como marco decisivo das escolas em hospital a Segunda Guerra Mundial. O grande número de crianças e adolescentes atingidos, mutilados e impossibilitados de ir à escola, fez criar um engajamento, sobretudo dos médicos, que hoje são defensores da escola em seu serviço. (VASCONCELOS, 2015, p. 31).

No nosso país foram criadas leis específicas para a “Classe hospitalar” na década de 90, até então as classes hospitalares eram regidas pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), mais precisamente no Título VIII – da ordem Social, Capítulo III – da Educação, da Cultura e do Desporto, Seção I, artigo 205:

A educação é um direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

A educação hospitalar se fortifica, como direito, com a criação do Estatuto da criança e do adolescente hospitalizado, a resolução 41 de outubro de 1995, no item 9, o “Direito de desfrutar de alguma forma de recreação, programas de educação para a saúde, acompanhamento do currículo escolar durante sua permanência hospitalar”. (CONANDA, 1995, p. 16.319).

A atuação do profissional da pedagogia neste ambiente de diferentes necessidades objetiva colocar em prática ações que venham minimizar os efeitos do distanciamento do educando do âmbito escolar, realizando um trabalho como sincronizador didático pedagógico educativo, em um olhar global do educando. O obstáculo está em desenvolver novas práticas para o atendimento às especificidades, ousando descortinar outros horizontes desse conhecimento nobre – o educar.

Nesse cenário, temos a pedagogia hospitalar, que Simancas e Lorente (1986, p. 126) apud Matos e Mugiatti (2009, p. 79), definem como:

[...] aquele ramo da Pedagogia, cujo objeto de estudo, investigação e dedicação é a situação do estudante hospitalizado, a fim de que continue progredindo na aprendizagem cultural, formativa e, muito especialmente, quanto ao modo de enfrentar a sua enfermidade, com vistas ao autocuidado à prevenção de outras possíveis alterações na sua saúde (SIMANCAS e LORENTE, 1986, p. 126 apud MATOS e MUGIATTI, 2009, p.79).

Dessa maneira, a pedagogia hospitalar traz em seu núcleo a visão humanística, voltada ao global do sujeito e não somente ao corpo e as suas necessidades físicas e sociais (OLIVEIRA, 2013). Nesse meio, o educador passa de espectador a agente, na busca de sua efetivação como participe da equipe de saúde, mediante ações pedagógicas interligadas em contextos de educação hospitalar, com vistas à garantia do direito da criança em ser aluno entre alunos, mesmo em espaços não escolares.

A pedagogia hospitalar abre caminhos para uma educação diferenciada a crianças e adolescentes afastados do contexto escolar por alguma doença, buscando assim desenvolver o conhecimento multidisciplinar nos diversos saberes, ultrapassando as dificuldades ocasionadas pela doença, proporcionando uma recuperação por meio de atividades lúdicas, pedagógicas e recreativas.

3. PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Essa pesquisa consiste em um trabalho de natureza qualitativa, na medida que reúne características que configuram este tipo de estudo, segundo Ludke e André (1986, p.12):

1. A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento. [...] a pesquisa qualitativa

supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada [...]. Como os problemas são estudados no ambiente em que ocorrem naturalmente, sem qualquer manipulação intencional do pesquisador, este tipo de estudo também é chamado de “naturalístico” (LUDKE e ANDRÉ, 1986, p.12).

Chizzotti (2003) complementa, dizendo que a pesquisa qualitativa recobre um campo transdisciplinar que envolve as ciências humanas e sociais, assumindo diversas formas de análise e busca encontrar os sentidos dos fenômenos humanos e entender seus significados.

O trabalho fundamenta-se no relato e reflexão de experiências vivenciadas no Estágio Supervisionado VI, o qual aconteceu no Hospital Regional Dr Antônio Fontes, em Cáceres – MT.

O estágio é uma atividade curricular que existe para auxiliar na formação inicial dos alunos e que vai além de cumprir as exigências acadêmicas, possibilitando-nos uma ampliação no campo da formação enquanto professores. É um processo vivido fora da Universidade que nos permite, enquanto alunos e futuros profissionais da educação, uma grande contribuição para a nossa formação, na medida em que nos possibilita conhecer e vivenciar o cotidiano de uma escola e refletir sobre as práticas pedagógicas, [...] “o estágio curricular se bem fundamentado, estruturado e orientado, configura-se como um momento de relevante importância no processo de formação dos futuros professores” (FELÍCIO e OLIVEIRA, 2008, p. 217).

O estágio supervisionado constitui-se em uma atividade dividida em duas etapas, que seguem do período de observação e intervenção. A observação no Hospital Regional Dr Antônio Fontes ocorreu nos dias 9, 10 e 11 de abril e a intervenção, que consiste na atividade de regência, ocorreu nos dias 23 e 27 de abril.

4. A ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NO AMBIENTE HOSPITALAR: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO VI.

4.1 PRIMEIRAS IMPRESSÕES

Como foi mencionado acima, as observações ocorreram nos dias 9, 10 e 11 de abril. Ao chegarmos no hospital, deparamo-nos com informações desconhecidas sobre a realização das atividades do estágio supervisionado no local, pois o hospital acreditava que o estágio seria referente à área da enfermagem e não na área da educação, evidenciando assim, um distanciamento do hospital com a área da pedagogia. Pudemos perceber isso na recepção, quando fomos questionados: “Vocês são da enfermagem?”.

Esse distanciamento ocorre pelo fato de não ser muito comum o estágio de licenciandos nos hospitais, mostrando que a pedagogia hospitalar ainda precisa ter mais espaços dentro das instituições da área da saúde.

Ainda na recepção, no primeiro dia de estágio, tivemos dificuldades em relação à documentação referente ao funcionamento da brinquedoteca do hospital, pois os funcionários que nos receberam não tinham nenhuma informação sobre as normas, organização e funcionamento do local. No entanto, iniciamos a observação sem acesso às informações necessárias sobre a organização do espaço físico.

No primeiro momento, conversamos com os pais das crianças que frequentavam a classe hospitalar, explicamos os objetivos do estágio e falamos das atividades que seriam feitas, a partir daí, iniciamos as observações. Contudo, a observação se deu por meio de monitoria, não podendo absorver na prática nenhum conhecimento sobre a pedagogia no espaço hospitalar e restando-nos apenas a imersão na teoria.

4.2 ESTRUTURA FÍSICA DA BRINQUEDOTECA

A brinquedoteca hospitalar precisa ser um ambiente acolhedor e humanizado atuando de forma que a criança/adolescente mantenha contato com o mundo, mesmo estando hospitalizada, possibilitando o contato com familiares e amigos e, na medida do possível, com sua rotina, cuja fundamentação está expressa na Declaração de Salamanca (1994) e na Lei de Diretrizes e Bases – LDB 9394/963, no capítulo V - Educação Especial, como parte da educação inclusiva.

O espaço reservado para recreação, no hospital, resumia-se a brinquedoteca, para serem realizadas as diversas atividades relacionadas à educação das crianças hospitalizadas.

Segundo a Associação Brasileira de Brinquedotecas (ABB), o conceito de brinquedoteca está associado aos espaços destinados ao brincar e não devem ser confundidos com conjuntos de brinquedos ou depósitos, estando relacionada aos objetivos específicos de ordem social, terapêutico, educacional, lazer, etc. (WELLICHAN e OLIVEIRA, 2018).

O espaço brinquedoteca tem sua origem no século XX buscando garantir para a criança um espaço que facilite o ato de brincar, caracterizado pela disponibilização de brinquedos, jogos e brincadeiras em um ambiente agradável e colorido cuja importância seja a ludicidade, estimulando a criatividade, o desenvolvimento da imaginação, comunicação e socialização (SANTOS, 1995).

A brinquedoteca do hospital era um espaço relativamente pequeno, possuía um aparelho televisor de 32 polegadas, uma mesa colorida redonda de encaixe, com oito partes removíveis, com suas respectivas oito cadeiras e além destas, mais seis cadeiras. Também possuía 4 puffs e um pequeno armário. Na parte externa havia um pequeno parquinho para as crianças brincarem.

Em relação à climatização, a sala possuía um único ventilador e este estava com defeito, não ventilando assim de forma eficiente, conseqüentemente a sala era muito quente. Era comum os pais levarem ventiladores de mão para amenizar o calor e deixar o ambiente mais agradável.

É importante ressaltar a importância de um ambiente confortável para melhoria da qualidade da educação e da saúde. Um ambiente bem climatizado possibilita aumento considerável da produtividade e melhora a fluidez das tarefas realizadas em ambientes de trabalho e de estudo (KOWALTOWSKI, 2011; TORRES, 2016).

Na brinquedoteca não continha brinquedos e os poucos livros para leitura que tinha, não eram direcionados ao público infantil, pois eram livros religiosos de determinadas vertentes religiosas.

Existe um grupo de voluntários que faz um trabalho no hospital com as crianças, e esse grupo oferece brinquedos, livros, papéis e lápis de cor, mas tais materiais ficam guardados, sendo usados somente pelo grupo nos dias de atividades com as crianças. Ação esta justificada pelas mães das crianças ao relataram que os objetos da brinquedoteca sempre sumiam. Nesse sentido, é evidenciada a importância de um profissional responsável pela classe hospitalar/brinquedoteca.

A brinquedoteca objetiva trazer melhoria na qualidade de vida durante a internação das crianças/adolescentes hospitalizados, colaborando para um ambiente mais humanizado. De acordo com Cunha (2007), não bastam brinquedos que tenham o objetivo de aprendizagem, é preciso demonstrar o que o ambiente pode trazer: aprendizado, alegria, conforto e, aos poucos, levando a criança/adolescente a entender o que está acontecendo com ela e com o ambiente que a cerca, daí a contribuição e importância da ludicidade. Sendo assim, a brinquedoteca é um espaço idealizado e organizado visando à recreação das crianças internadas, por isso consultas, exames ou procedimentos invasivos nesse local não são realizados (KUDO e MARIA, 2009).

4.3 ATIVIDADES PEDAGÓGICAS REALIZADAS

As atividades realizadas durante o estágio foram diversas, desde brincadeiras a confecção de brinquedos e leituras de livros.

Chegávamos na ala pediátrica e passávamos nos quartos das crianças, perguntávamos como elas tinham passado a noite e já as chamávamos para irem a brinquedoteca para a realização das atividades pedagógicas.

Levávamos livros para fazer a leitura para as crianças. Reforçávamos que a contação de histórias é uma atividade lúdica que desperta a curiosidade e o interesse da criança pelo livro. Por meio dos contos a criança viaja pela imaginação para mundos encantados, para culturas diversas e vive muitas experiências (CESAR, MAGALHÃES, PEREIRA e LEITE, 2014).

Uma história bem contada é um significativo estímulo para o desenvolvimento pleno das crianças, pois atua no campo cognitivo, social e emocional. Percebe-se que, quando dispõem de acesso à leitura, desenvolvem um vocabulário mais rico, são mais curiosas e criativas e articulam melhor as ideias (CESAR, MAGALHÃES, PEREIRA e LEITE, 2014).

Um dos dias de estágio, levamos o equipamento de som e algumas músicas infantis para as crianças hospitalizadas. Nesse dia as crianças se divertiram bastante e por um instante, percebemos que elas haviam esquecido que estavam internadas em um hospital.

Existem muitas possibilidades de buscar as contribuições da música no desenvolvimento da criança, uma vez que ela se faz presente em suas vidas antes de sua alfabetização. A relação com a música, às vezes, já se inicia no ventre materno e segue no decorrer da sua infância. Nas brincadeiras infantis, as crianças usam a música como forma de expressão e também para estabelecer regras, relações sociais, diversão, alegria e aprendizagem.

Loureiro (2008) explica que o aprendizado de música deve ser um ato de desprendimento prazeroso, que comungue com as experiências da criança sem ser uma imposição ou que busque a qualquer custo que a criança domine um instrumento, o qual pode minar sua sensibilidade e criatividade.

Levamos alguns brinquedos feitos de materiais reciclados para brincar com as crianças hospitalizadas e confeccionamos animais a partir da espuma sintética Etileno Acetato de Vinila (E.V.A.). Sobre a importância do ato de brincar, Ramos (2014, p. 149) reforça que

“as brincadeiras fazem parte da vida da criança, e é por meio delas que, muitas vezes, a criança expressa os sentimentos de forma não verbal. Essa forma de expressão é de muita importância quando submetida a agravos, como a internação hospitalar. Privar a criança de sua linguagem é piorar ainda mais a agressão” (RAMOS, 2014, p. 149).

Por fim, realizamos atividades de desenho com as crianças, levamos folhas em branco e lápis de cor para elas desenharem. O desenho como método pedagógico-educacional tem uma importância no cotidiano infantil, colaborando com matérias denominadas fundamentais, não

sendo apenas uma mera atividade escolar ou um passatempo. Quando a criança desenha, cria pontes entre o mundo real e o imaginário, expressando suas concepções e percepções do mundo no qual está inserida. Além disso, o desenho permite à criança retratar em diferentes dimensões, suas experiências pessoais em busca da sua própria identidade. É por meio do desenho, que a criança cria e recria individualmente formas expressivas, integrando percepção, imaginação, reflexão e sensibilidade (ALMEIDA, 2003).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estágio, podemos também pensar em um ambiente hospitalar que abrigue condições para desenvolver a educação. Para isso, é preciso considerar as classes hospitalares e os espaços da brinquedoteca como parte de um processo maior de tratamento para a criança/adolescente hospitalizado. O envolvimento da equipe de saúde (médicos, enfermeiros, psicólogos, etc.) e pais ou responsáveis pelo hospitalizado pode contribuir para melhorias não só processo educativo como também para a filosofia da humanização tão almejada no ambiente hospitalar e nas relações humanas. Trata-se de uma sequência de parcerias essenciais para o bom funcionamento do sistema e da sociedade de forma geral.

Em termos de legislação, é preciso garantir e exigir que as leis sejam respeitadas e as classes hospitalares existentes, ou que serão ainda criadas, atendam ao que está de acordo com a LDB e as Diretrizes Nacionais de Educação Especial, contribuindo também para uma demanda de necessidades específicas na formação.

Quanto à formação do pedagogo, é preciso aprofundamento, pois ainda que se tenha na formação os conteúdos relativos à ambientes não escolares e brinquedoteca, estes se apresentam sem uma relação direta com o ambiente hospitalar, a começar por apontamentos na legislação. Seria necessário maior ênfase, estabelecendo práticas mais específicas e formas de registro das especificidades dos pacientes, a partir da visão da área da pedagogia. É preciso repensar ainda, na formação continuada dos professores que atuam em ambientes hospitalares a fim de que possam realizar o atendimento educacional hospitalar com eficácia e excelência. Por isso é de extrema importância o aprofundamento de discussões que se refiram ao currículo da pedagogia, visando a educação em ambientes não escolares, informal, para uma atuação de maior profissionalização.

Podemos considerar que esse trabalho trouxe contribuições significativas para a formação acadêmica, pois a teoria estudada na Universidade foi aliada à prática em sala de aula. Houve a possibilidade de vivenciar experiências diversas para o preparo da futura profissão.

6. REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, R. D. **Do desenho ao mapa: iniciação cartográfica na escola**. 2ª. Ed. São Paulo: contexto, 2003.
- BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA - **Resolução 41, DE 13 de outubro de 1995**. Brasília, DF. 1995.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Definições e Normas das instituições e serviços de saúde**. Diário Oficial da União de 5/4/1977 – Seção I, Parte I, p. 3929. 1977.
- CESAR, C. MAGALHÃES, L. C.; PEREIRA, S.; LEITE, V. A. M. As contribuições da contação de histórias como incentivo à leitura na educação infantil. **Revista Interação**. Ano X, n° 2, pp. 30-49, 2014.
- CHIZZOTTI, A. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, 16 (2), pp. 221-236, 2003.
- CUNHA, N. H. S. O Significado da Brinquedoteca Hospitalar. In: VIEGAS, D. (org.) **Brinquedoteca Hospitalar: isto é humanização**. Rio de Janeiro: WAP, 2007.
- DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**, 1994.
- FELÍCIO, H. M. S.; OLIVEIRA, R. A. A formação prática de professores no estágio curricular. **Educar**, Curitiba, n. 32, p. 215-232, 2008.
- KOWALTOWSKI, D. **Arquitetura escolar: o projeto do ambiente de ensino**. 1ª ed. São Paulo, SP: Oficina de Textos, 2011.
- KUDO, A. M.; MARIA, P. B. **O hospital pelo olhar da criança**. São Caetano do Sul, SP: Yendis, 2009.
- LIBÂNEO, J. C. Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas. **Educar**, Curitiba, n. 17, p. 153-176. 2001.
- LOUREIRO, A. M. M. **O Ensino de música na escola fundamental**. 4.ed. Campinas: Papirus, 2008.
- LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. - **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, E.P.U., 1986.
- MATOS, E. L. M. MUGIATTI, M. M. T. F. **Pedagogia Hospitalar: a humanização integrando educação e saúde**. Petrópolis, RJ. Vozes, 2009.

OLIVEIRA, T. C. Um breve histórico sobre as classes hospitalares no Brasil e no Mundo. In: XI Congresso Nacional de Educação, 11, 2013, Curitiba - PR. **Anais...** Curitiba: PUC-PR, pp. 27685-27697, 2013.

RAMOS, S. R. T. S. Brinquedos em brinquedotecas como uma fonte de microrganismos patogênicos para as infecções hospitalares. **Revista Paulista de Pediatria**, 32 (3): 149-150, 2014.

SANTOS, S. M. P. **Brinquedoteca**: sucata vira brinquedo. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. SAVIANI, D. Pedagogia: o espaço da educação na Universidade. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 130, jan./abr. 2007.

TORRES, M. G. L. **Conforto térmico e desempenho nos ambientes de ensino com inovações tecnológicas**: estudo de multicasos no nordeste brasileiro. 2016. 162f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) Centro de Tecnologia. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2016.

TURCI, F. M.N. **Ser pedagogo diante dos desafios da educação contemporânea**. 2012. In: Educação, docência e gestão: a pedagogia em debate (Semana da Pedagogia). Disponível em: http://www.pucminas.br/graduacao/cursos/arquivos/ARE_ARQ_REVIS_ELETR20120521205153.pdf?PHPSESSID=51a5bd9abaf23fc5e61ae64c254caacd.

VASCONCELOS, Sandra. Classe Hospitalar no mundo: um desafio à infância em sofrimento. In: REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 57, Fortaleza, 2005. **Anais...** Reunião anual da SBPC, 57, Fortaleza. 2005.

WELLICHAN, D. S. P.; OLIVEIRA, C. A. M. Pedagogia hospitalar: uma questão de novos horizontes para o pedagogo. **Educ. foco**, Juiz de Fora, v. 22, n. 3, p. 146-173, 2018.

PLÁGIO ACADÊMICO: INCAPACIDADE DE AUTORIA OU AUSÊNCIA DE ÉTICA?

Willams dos Santos Rodrigues LIMA¹
Maria Amábia Viana GOMES²

RESUMO

O referido artigo apresenta uma reflexão sobre a prática do plágio no meio acadêmico. Discute, ainda, como essa ação tem prejudicado o processo de aprendizagem de muitos estudantes, nos diversos níveis de escolaridade. Nesse sentido, esta pesquisa tem como objetivo discutir os ranços da educação tradicional presente nos trabalhos escolares, denominados de “pesquisa” e ausência de fomento à leitura e à escrita desde a educação básica. Discute-se, também, a falta de ética nas pesquisas acadêmicas e suas consequências na vida acadêmica e profissional. O plágio é considerado como crime em diversas instituições educacionais e profissionais, o que acaba por significar que quem comete essa prática, ilegal, indica a falta de capacidade do autor. Cabe a cada estudante buscar ser o próprio autor de suas pesquisas, sem a necessidade de se apossar das palavras alheias.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Plágio; Docência; Pesquisas acadêmicas.

INICIANDO A DISCUSSÃO

O plágio acadêmico, seja na educação na modalidade presencial ou a distância, tem sido alvo de inquietações no trabalho docente. É constante presenciar os profissionais discutirem sobre o assunto e abordarem as dificuldades em lidar com os diversos desafios de um trabalho plagiado por vários motivos: devido a apresentação de trabalho realizado pelo/a acadêmico/a, copiado, colado de forma tão coerente e organizada que dificulta o professor encontrar, na Web, os trechos que retirou do trabalho e acredita ser plagiado; trabalhos construídos com recortes de vários artigos; produção tão empobrecida de coesão e coerência, considerados uma verdadeira colcha de retalhos que qualquer leitor, ao realizar a

¹ Pedagogo, pela Universidade Federal de Alagoas. Especialista em Docência no Ensino Superior pela Faculdade São Luis. Email: willams.rodriques@hotmail.com

² Pedagoga; Pós-graduada em Coordenação Pedagógica do Ensino Fundamental e Médio; Mestra em Educação pelo programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas; Docente do Curso de Pedagogia de Instituição de Ensino Superior; Coordenadora Pedagógica de escola pública estadual; Professora dos cursos de Letras e Ciências Biológicas na modalidade da Educação a distância do Instituto Federal Tecnológico de Alagoas – IFAL/UAB. E-mail: amabiaviana@gmail.com

devida leitura, reconhece a ausência de logicidade e percebe que não há originalidade no texto.

Nesse sentido, “o plágio caracteriza-se como uma falsa atribuição de autoria, uma apropriação indevida de trabalho de um autor por outro indivíduo (o plagiário)” (ROMANCINI, 2007, p. 45). Em outras palavras, essa prática do plágio trata-se do uso indevido das palavras de outros autores, sem que haja a devida citação do trabalho original.

O tempo docente dedicado à busca para comprovação do plágio é grande, uma vez que muitas salas de aulas sejam presenciais ou virtuais tem um número grande de acadêmicos que, por sua vez, sobrecarrega o trabalho do professor que tem várias outras atividades a desenvolver, a ruptura da ausência de confiança, rompimento da credibilidade nas produções discentes, uma vez que o plágio tem se propagado e gerado preocupação docente, também quanto a sua exposição profissional com relação as orientações, acompanhamento e realização das produções científicas.

Inicialmente traremos para reflexão a questão sobre como ocorreu nas escolas ao longo dos anos o ato de pesquisar, de produzir trabalhos. O que e como era solicitado para os alunos os trabalhos escolares e como era acompanhado, apresentado, valorizado e socializado. Em seguida, traremos essa reflexão numa visão de educação no mundo contemporâneo.

Diante desses aspectos, para a composição deste estudo, apresentaremos autores como: Saviani (1993); Gadotti (2000); Tagata (2008); Galvão e Luvizotto (2012); Silva e Santos (2012); entre outros estudiosos, expondo discussões a respeito do plágio nos trabalhos acadêmicos; Reflexões acerca da educação no modelo tradicional de ensino, bem como as mudanças no ensino, no sistema educacional contemporâneo.

Desse modo, este estudo tem como objetivo, também discutir a ética nas pesquisas acadêmicas e as consequências da prática do plágio na vida dos sujeitos, nos diversos ambientes educacionais, seja na educação básica ou no ensino superior, bem como no meio profissional. Enfim, não pretendemos, com esta pesquisa, encerrar os estudos a respeito das reflexões sobre plágio no meio educacional, mas iniciar outras discussões, no intuito de contribuir para novas ponderações, novos estudos.

RANÇOS DA PEDAGOGIA TRADICIONAL E SEUS REFLEXOS NA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA

Ao resgatarmos a abordagem da tendência tradicional da educação e sua influência na vida escolar dos alunos, vemos que era considerado objeto, o qual era depositado as informações transmitidas pelo educador, aquele que nesse período histórico da educação sabia tudo, só ele possuía saberes. O aluno era um indivíduo passivo, apenas ouvia a sabedoria do mestre, autoridade máxima, que cobrava a memorização e repetição dos conteúdos tal qual foi transmitido. Nesse sentido,

Entende-se por abordagem tradicional a prática educativa caracterizada pela transmissão dos conhecimentos acumulados pela humanidade ao longo dos tempos. Essa tarefa cabe essencialmente ao professor em situações de sala de aula, agindo independentemente dos interesses dos alunos em relação aos conteúdos das disciplinas (SANTOS, 2005, p. 21).

Não cabia o aluno a pensar, refletir e argumentar, apenas receber as informações, guardar para si e registrar no momento solicitado por seu educador. Impedidos de se assumir como indivíduos, sua singularidade era desconsiderada, eram vedados seus olhos para si e para a realidade concreta. Os conteúdos eram fragmentados, esvaziados, distanciados do mundo e os alunos, eram indivíduos que repetiam e copiavam o que lhes eram imposto. Diante desses aspectos, “o ensino tradicional tem como primado o objeto, o conhecimento, e dele o aluno deve ser um simples depositário. A escola deve ser o local ideal para a transmissão desses conhecimentos que foram selecionados e elaborados por outros” (SANTOS, 2005, p. 21).

As pesquisas nas escolas, eram denominadas de trabalhos, carregadas de peso, de esforço, de labuta, de muito empenho, em que deveria ser impecável a organização e limpeza. O trabalho era corrigido pelo professor que deveria atender as ideias solicitadas, por ele e, semelhantes a do autor do livro.

Desse modo, Saviani (1993), ressalta que a teoria pedagógica tradicional,

Correspondia determinada maneira de organizar a escola. Como as iniciativas cabiam ao professor, o essencial era contar com um professor razoavelmente bem preparado. Assim, as escolas eram organizadas na forma de classes, cada uma contando com um professor que expunha as lições que os alunos seguiam atentamente e aplicava os exercícios que os alunos deveriam realizar disciplinadamente (SAVIANI, 1993, p. 18).

Pelo que se pode compreender, o trabalho realizado pelos alunos era uma reprodução do que era encontrado nos livros, copiava-se tal qual o autor, nada podia ser alterado, complementado, dialogado, contestado ou argumentado com o autor. As verdades ditas por aqueles que escreviam os livros eram incontestáveis, eram absolutas, cabiam aos seus leitores alunos ler e registrar, aos mais atrevidos que buscavam compreender de forma reflexiva eram punidos de alguma forma, por estar contrapondo-se as ideias estabelecidas e ditas como certas.

A reprodução era socializada através da leitura e em algumas escolas restringia-se ao acesso do professor. A concepção que norteava essa prática, era bancária, compreendia os/as alunos/as como depósito, a realização da atividade resume-se em obrigação, o cumprimento de mais uma tarefa que deveria ser realizada a partir do que foi imposto pelo professor e este representava a ordem social e o denominado conhecimento transmitido é depositado passivamente.

Perdurou por muitos anos essa prática, seus reflexos são visíveis e suas raízes são profundas, nas quais a escola ensinou a reproduzir. Hoje, vivemos um novo momento histórico na sociedade contemporânea, há uma exigência do mundo globalizado que a escola construa nova função social, que possibilite a formação de um cidadão capaz de pensar, argumentar, reivindicar, criticar, capaz de intervir e contribuir com a transformação da sociedade.

Nessa perspectiva urge a necessidade de um novo perfil de professor e novas formas de ensinar, assim como, o aluno possui novas e diferentes características e distintas maneiras de aprender dissemelhante do paradigma de educação tradicional.

Nesse sentido, muitas escolas, bem como a academia tem a função de mostrar, aos estudantes, a importância de ensinar a pensar, a refletir sobre os fatos sociais, a criar e recriar, a buscar o sentido das coisas, enfim, a inquietar-se com tudo que é socializado e discutido em sala de aula ou fora dela.

AUSÊNCIA DE FOMENTO À LEITURA E À ESCRITA

Interessava e continua a atender aos interesses da classe dominante a ausência do fomento à leitura e a escrita. Quanto mais os indivíduos leigos, mais fácil de manipular e controlar. Se décadas atrás os indivíduos eram excluídos da escolarização por pertencer a

classe social economicamente desfavorecida, etnia, gênero, crenças religiosas e outro nível de exclusão daquele período.

Atualmente verificamos tal processo de forma diferenciada, na maioria das vezes, velada, embora a escola esteja aberta para todos, mas continua não atendendo a todos. Conforme nos afirma Gadotti, (2013, p. 4):

Quando a escola pública era para poucos, era boa só para esses poucos. Agora que é de todos, principalmente para os mais pobres, ela precisa ser apropriada para esse novo público, ela deve ser de qualidade sociocultural. Isso significa investir nas condições que possibilitam essa nova qualidade que inclui transporte, saúde, alimentação, vestuário, cultura, esporte e lazer. Não basta matricular os pobres na escola (inclusão). É preciso matricular com eles, também, a sua cultura, seus desejos, seus sonhos, a vontade de “ser mais” (Freire). É preciso matricular o projeto de vida desses novos alunos numa perspectiva ética, estética e ecopedagógica.

Há inúmeros desafios com relação a falta de incentivo à leitura e produção. Algumas dificuldades encontradas em muitas escolas, principalmente pública, são: falta de sala de leitura/biblioteca, material didático e paradidático limitado, ausência de formação de professor, pouco fomento a leitura das crianças e jovens, conseqüentemente poucas práticas pedagógicas inovadoras concernentes a leitura e produção.

Além da limitação ao acesso aos bens culturais da família daqueles que estão na escola pública e de seus professores. Compreendemos que todos esses aspectos citados são elementos que contribuem para exclusão do aluno, seja criança, jovem, adulto ou idoso.

Situamos, a educação básica nesse contexto, como o nascedouro para a formação de bons apreciadores da leitura, desde educação infantil a criança precisa aprender a apreciar, deleitar-se com os contos, as fábulas, as histórias que aguçam o imaginário e as levam a criar, recriar, contar e recontar.

Nesse processo o que vale muito é o prazer de ouvir as histórias, as crianças precisam sentir-se fascinada, seduzida pelo gosto de ler, os professores devem ser grandes referências, estimuladores, sedutores, precisam para isso realizar a leitura de forma mágica, incorporando os personagens, dando-lhes vida, como se o mundo imaginário do livro deslocar-se para próximo da criança e ela ficasse envolvida com a magia da fantasia dos cenários e dos personagens.

Nesse sentido, Silva e Santos 2012, destacam que:

A presença de seres e objetos fantásticos tais como: dragão, bruxa, princesa, príncipe, rei, rainha, varinhas de condão, reinos mágicos, esses elementos surreais

são adaptáveis a imaginação da criança, pois ela idealiza tudo isso na sua mente trazendo a tona sua criatividade e imaginação, dessa forma estimulando ainda mais o interesse pelos livros e pela leitura, para desvendar ainda mais como é esse „mundo encantado“, além disso, a criança vive intensamente as aventuras vividas pelos heróis e pelos vilões imaginários, e percebem ainda uma relação com o mundo real, a existência de conflitos do seu dia-a-dia, a relação com sua família, com a escola e com seus amigos, em resumo a criança, através das histórias, procura exteriorizar seus sentimentos e com isso atenuar seus conflitos, seja em casa com sua família ou na escola (SILVA; SANTOS, 2012, p. 62).

Compreendemos que nessa perspectiva a criança sente-se arrebatada pelas palavras e imagens dos livros, que funcionará como elementos que possibilitará se expressar através da expressão corporal, dos desenhos e da escrita dos seus rabiscos, das suas primeiras letras, palavras ou frases. Percebemos no convívio com a escola, que suas limitações são grandes de despertar o prazer da leitura na Educação Infantil, estendida aos demais níveis de ensino.

No Ensino Fundamental há uma urgência para que a criança leia, é uma obrigação, tudo ficou automatizado, a pouca magia que tinha, acabou, desapareceu. A diversidade de gêneros textuais que circulam o mundo, não é presente no interior da escola e se ocorre, acontece de forma superficial.

No Ensino Médio, os alunos têm a obrigatoriedade da leitura das obras de grandes escritores, como por exemplo: Graciliano Ramos, Carlos Drummond, Machado de Assis, Luís Fernando Veríssimo, Cecília Meireles, Clarice Lispector e outros. Não estamos abordando que suas leituras não sejam maravilhosas, são livros indescritíveis, que falam da vida, do amor, do sofrimento do pobre, da seca, da sociedade capitalista, da crise social, da marginalização, são autores representantes de uma geração que marcou a história da literatura.

Porém, os alunos não aprenderam a apreciar a literatura, tudo foi imposto, tinha que aprender a todo custo. E aí decorar as obras, guardá-las de forma resumida para um momento pontual, ficou mais fácil para muitos.

Dessa forma, se perdeu para alguns alunos, o sabor de ler e para outros nem despertados foram. Nessa condição à medida em que os alunos não leem, não interpretam, sentem dificuldades de produzir, até porque não foram considerados ao longo da história da educação, sujeitos da sua própria história.

A partir desses meios, os estudantes do ensino superior, também fazem parte desse público alvo. Pelo fato da obrigação em que os estudantes tinham que ter em relação a

certos aspectos no ensino fundamental e médio, isso acaba sendo levado para a universidade. Muitos discentes chegam à universidade com a visão do senso comum de que irão, apenas, reproduzir conhecimentos, sem perceberem que, ao chegar nesse ambiente educacional, ele próprio terá que construir caminhos que favoreçam a sua aprendizagem, ou seja, terão que desenvolver os conhecimentos científicos.

INCENTIVO À PRODUÇÃO E À CONSCIÊNCIA ÉTICA

A partir das nossas experiências enquanto docentes de IES, verificamos que os estudantes, quando iniciam suas atividades na faculdade, demonstram insegurança, sentem-se perdidos quanto as produções acadêmicas, há uma grande fragilidade nos aspectos relacionados a leitura e a produção, sentem-se limitados e muitos recusam-se a ler, outros não conseguem entender o que leem e poucos leem, o que pode ser reflexo da educação tradicional.

Apesar de muitos professores considerarem que todos que estão na academia estão prontos ou deveriam estar, para realização das atividades, é essencial incentivar, estimular a leitura e a produção em todas as disciplinas. Faz-se necessário, a nosso ver, ensinar, explicar, orientar aos estudantes quanto as estratégias de leituras e produções científicas.

Nesse sentido, é praticamente unânime ouvirmos os estudantes declararem que não sabem e não gostam ou, ainda, sentem muitas dificuldades para produzir. É necessário apresentar a importância dessas ações e o que resultam essas práticas para o processo de aprendizagem. É importante despertar a consciência crítica sobre o ato de ler, de pesquisar e, de que produzir é diferente de reproduzir.

Desse modo, “a pesquisa científica visa contribuir para a evolução do conhecimento humano em diversas áreas, sendo sistematicamente planejada e executada seguindo rigorosos critérios onde se processa todas as informações que foram colhidas” (GALVÃO; LUVIZOTTO, 2012, p. 1094).

É fundamental que o acadêmico compreenda que a pesquisa possibilita novas descobertas, aguça a curiosidade, move o indivíduo a querer descobrir mais e levantar hipóteses, desconstrói certezas, aponta soluções, liberta-o da consciência ingênua, transforma-o e o impulsiona a contribuir com a transformação do mundo.

O professor como mediador do processo de aprendizagem do aluno, precisa orientá-lo

na perspectiva dessas descobertas e conscientizá-lo, esse é o papel do professor, mesmo que em muitos momentos se aborreça com algumas atitudes dos discentes, com relação a leitura e produção. O professor precisa orientar, esclarecer sobre a distinção do que é pesquisar e se apoiar de conteúdos de outros autores. Com isso é fundamental, o aluno saber o que é plágio, identificá-lo e ter clareza das consequências de um trabalho plagiado, uma vez que esse tipo de atitude é tido como um ato criminoso.

Do ponto de vista de Galvão e Luvizotto (2012, p. 1094),

[...] espera-se que o sujeito, ao elaborar uma pesquisa científica considere a ética em suas buscas; que a sua pesquisa se baseie na consciência da verdade e as suas palavras tragam a íntegra dos resultados a partir de pensamentos únicos diante de um determinado problema; que seja não apenas um sujeito ao elaborar uma pesquisa, mas um sujeito moral, capaz de distinguir entre o bem e o mal e, portanto, capaz de se desviar do caminho prescrito, e capaz de decidir, de escolher e de deliberar pelo reconhecimento da fronteira entre o justo e o injusto.

Em nossas experiências de docente, tanto em ambientes presenciais ou a distância, vivenciamos práticas de trabalhos acadêmicos plagiados. Os alunos parecem não entenderem que é fácil e simples, para o professor, perceber que o trabalho não é original, pois, fica a ‘marca’ ou não, do aluno na produção. Hoje, com o auxílio das tecnologias, tem se tornado mais fácil identificar a prática do plágio. Basta colocar as frases ou textos suspeitos na internet, num site de busca, para saber se as palavras utilizadas são mesmo do autor do trabalho ou se trata de plágio.

O QUE CHAMAMOS DE MARCA?

Através do contato que o professor tem com o aluno, da relação construída no cotidiano, por meio de seu discurso, de sua forma de se expressar, de seu vocabulário, suas opiniões, seus pontos de vistas, argumentos, e atividades realizadas, vão ficando as marcas de sua singularidade, o que por sua vez, fica fácil identificar todos esses aspectos.

Há alunos que têm um bom discurso, porém não tem disposição interna de aprender, realizam plágio, buscam organizar as ideias de forma coerente e fica difícil dos professores descobrirem. Outros alunos possuem pouco discurso verbal e escrito, vocabulário paupérrimo, torna-se perceptível o trabalho plagiado, identificação fácil para o professor que conhece o aluno. Há vários tipos de alunos e diversas formas de plagiar um trabalho.

Por mais que alguns professores tentem evitar, muitas vezes não é possível, até

porque a maioria dos profissionais trabalham em várias instituições e têm uma sobrecarga de trabalho. É fundamental na relação construída entre professor e aluno, a confiança, faz-se necessário que fique claro a importância da ética, da consciência crítica, do papel que cada estudante tem e pode construir para sua vida profissional, na escola, na academia e na sociedade.

Desse modo, entende-se que

As salas de aula e as universidades são centros de reflexão crítica e de criação científica e, somados às orientações de competentes professores, podem propiciar a formação de profissionais capazes de produzir obras autênticas e inteligentes, que satisfaçam os novos paradigmas, formando recursos humanos mais críticos e capazes de atender a nova realidade social. Portanto, desde cedo, o jovem deve ser instigado à busca pela verdade, como uma questão de ética e de moral, para que os cidadãos e os profissionais, que serão lançados no mercado de trabalho, sejam pessoas comprometidas com a justiça e a verdade [...] (TAGATA, 2008, p. 122).

Nesse sentido, a ética, é fundamental para a convivência em sociedade, faz parte do caráter, da integridade moral. Não é necessário ministrar uma aula de ética, mas se for, porque não realizar? Nas ações cotidianas da sala de aula é preciso incentivar, ressaltar e ter atitudes éticas, para que essas possam ser multiplicadas e todos ou quase todos sintam-se contagiados e possam praticá-las cotidianamente, sendo algo natural, normal da conduta humana. Ressalta-se que a ética,

é utilizada para conceituar deveres e estabelecer regras de um indivíduo seja em sua vida social, em suas atividades profissionais, em seu relacionamento com clientes e demais pessoas ou até mesmo nas amizades (GALVÃO; LUVIZOTTO, 2012, p. 1095).

O que estamos presenciando e vivendo é uma crise de ausência de ética em todos os segmentos sociais. Desse modo, temos urgência e a necessidade de ensinar, principalmente através das práticas sociais, desde os pequeninos estudantes aos acadêmicos, o sentido da ética, de ter a consciência crítica, do que é certo e errado, mentira e verdade, honesto e desonesto, dos atos que burlam e atropelam pessoas e leis, de que os interesses próprios não podem colocar em jogo a vida das pessoas, seus sonhos e necessidades.

CONSIDERAÇÕES

Propomos com este estudo, provocar a reflexão docente e discente sobre um novo olhar para a produção da pesquisa científica, que seja fruto de inquietações, de

curiosidades, de hipóteses, de leituras e deleite de leituras, de escrita e reescrita principalmente na educação básica, mas, também, no ensino superior.

Por meio das nossas experiências docentes na educação básica e das leituras realizadas para a fundamentação desta pesquisa, percebemos que a prática do plágio acadêmico não é considerado um acontecimento novo, no meio educacional, uma vez que o nosso modelo tradicional de educação, facilitava aos nossos estudantes, a prática do copiar e do reescrever os textos nas atividades escolares.

Desse modo é possível inferirmos que essas práticas são levadas ao ensino superior, por conta dos hábitos tradicionais de educação, desenvolvidos, ainda, na educação básica, mais precisamente no ensino fundamental e médio. Com isso, em muitos trabalhos acadêmicos, podem ser encontradas palavras, frases e textos de outros autores, cujo os estudantes se apossam como sendo de sua própria autoria, pois se quer citam tais autores utilizados, o que pode ser considerado como a incapacidade de autoria, bem como a ausência da ética nas pesquisas e no profissionalismo dos estudantes, uma vez que essa prática pode ser levada aos espaços profissionais.

Nesse sentido, compreendemos a necessidade de na academia, (seja na educação básica ou na universidade), os alunos terem conhecimento e discernimento sobre o que é plágio e das suas consequências, assim como, serem despertados para relevância da autoria, que exige, anteriormente, conhecer o universo da leitura, para que possam imaginar, criar, recriar, (re)elaborar seu pensamento crítico, registrar seu discurso, revelar-se a partir dele, no dito e não dito, bem como experimentar verdadeiramente a autoria em suas pesquisas.

REFERÊNCIAS

GADOTTI, Moacir (2013). **Qualidade na Educação: uma nova abordagem**. Congresso de Educação Básica: qualidade na aprendizagem – Rede municipal de ensino de Florianópolis, p.4, 2013. Disponível em:
<http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/14_02_2013_16.22.16.85d3681692786726aa2c7daa4389040f.pdf>.

GALVÃO, Agrazielle Ferreira; LUVIZOTTO, Caroline Kraus. Reflexões sobre a ética e o plágio na pesquisa científica. **COLLOQUIUM HUMANARUM**, vol. 9, n. Especial, p. 1094-1100, 2012.

ROMANCINI, Richard. A praga do plágio acadêmico. **Revista Científica FAMEC/FAAC/FMI/FABRASP**. Ano 6, n. 6, p. 44-48, 2007.

SANTOS, Roberto Vatan dos. Abordagens do processo de ensino e aprendizagem. **INTEGRAÇÃO**, v. 11, n. 40, p. 19-31, 2005.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**. 27 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1993.

SILVA, Elen Poliana; SANTOS, Leandra Ines Seganfredo. Experiências com contação de histórias: vivências iniciais da docência. **Revista Eventos Pedagógicos**, v. 3, n. 3, p. 60 - 69, 2012

TAGATA, Claudia Maria. Ética na pesquisa científica - o papel do professor na construção de um cidadão ético. **Rev. Ciên. Jur. e Soc.** da Unipar. Umuarama. v. 11, n. 1, p. 115-125, 2008.

REFLEXÃO SOBRE O ENSINO DE MATEMÁTICA NO PRIMEIRO SEGMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Claudenice Santos Verçosa MATA¹

Resumo

Objetiva-se com o presente estudo abordar a importância do ensino de matemática nas séries iniciais, e relatar um pouco a dificuldade enfrentada pelas crianças e jovens do Ensino Fundamental em escolas públicas em aprender matemática. Nele, escrevo sobre algumas teorias da aprendizagem que falam sobre a matemática no dia a dia, como se aprende e de que forma o professor enquanto pesquisador pode ajudar a modificar as dificuldades apresentadas na matemática e passar a entender que o estudante só vai aprender se estiver pronto para compreender determinados conceitos considerados essenciais para a aquisição do conhecimento matemático, portanto, as concepções oriundas das diversas teorias da aprendizagem fazem com que o professor comece a enxergar seus alunos com outra visão, acabando com alguns estigmas que muitas vezes causam empecilho na aprendizagem dos estudantes. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica. O referencial teórico e a apresentação do estudo obtido, estão colocados em cinco itens além da introdução e das considerações finais.

Palavras – chave: O erro; Ensino Fundamental; Matemática; Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa apresenta o resultado de um estudo bibliográfico em livros e outros artigos e procurou basicamente informar ao leitor sobre as várias interpretações que podem ser dadas ao ensino de matemática no primeiro segmento do Ensino Fundamental. Nele buscou-se Howard Gardner e Jean Piaget entre outros teóricos da educação, para sinalizarem a importância que se devem dar as séries iniciais e enfatizar que as formações, simpósios e capacitações, são de extrema importância para a melhoria da qualidade da educação básica, especificamente na disciplina de matemática que tem se destacado ao longo dos anos, como sendo uma disciplina difícil e de grande reprovação de alunos aqui no Brasil.

No decurso do texto, refletiu-se sobre a chegada da matemática no Brasil e sua importância para a sociedade. Será que se justificam as dificuldades que temos atualmente, se fosse

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), especialista em Inspeção Escolar, pelo Centro de Ensino Superior de Maceió (CESMAC), professora da Rede Pública do município de Maceió, Mestre em Ciências da Educação pela universidade Interamericana (PY).nice_mata@hotmail.com

compreendido e levado em consideração à forma como a matemática chegou até as escolas no Brasil. O que dificultou o ensino da disciplina para os estudantes?

Baseado em Centeno (1998, p.115. apud, BARUK, 2009, p57), O modo como o professor organiza seu planejamento faz a diferença na realização de suas aulas e contribui para haver ou não haver aprendizagem. Assim existem os três princípios que são mais importantes para que exista de fato interação na aprendizagem, entre eles destaca-se o estudante e o saber, os estudantes e o que se quer que eles saibam os estudantes e o professor, todos envolvidos no mesmo saber.

Portanto, não só o desenvolvimento intelectual e cognitivo é atuante nesse caso, e sim a qualidade das interações que são provocadas durante as aulas. Não se pode afirmar que o estudante não aprende porque tem alguma dificuldade de assimilação e sim, dizer que existe algum fator importante na sala de aula, que está culminando com a falta de aprendizagem matemática.

É nessa linha de argumentos teóricos que iremos discutir os problemas dos estudantes no ensino fundamental, na disciplina de matemática.

NOVO OLHAR PARA O ERRO NA MATEMÁTICA

Uma decorrência do princípio construtivista é o fato de o erro apresentar-se como uma oportunidade didática para o professor organizar melhor seu ensino a fim de criar situações apropriadas para o aluno superar seus erros e apropriar-se dos conhecimentos necessários à sua cidadania. (BACHELARD, 2009, Apud PINTO, p.11).

Assim, podemos refletir melhor e analisar se o erro na disciplina de matemática está mesmo sendo utilizado para reflexão. O estudante erra porque não entendeu a lógica da questão ou do problema, coisa que é comum verificar com os alunos que sempre estão tirando notas menores, ou sendo repetente na escola. O que fazer então para reverter essa situação?

A avaliação processual e contínua é muito importante na escola, pois é por meio dela que se identificam os erros que os estudantes cometem. Cabe aos professores não investir numa avaliação classificatória, pois ela impede que o professor veja no erro um momento de refletir e de buscar entender o que está acontecendo com seus alunos. Baruk (2009,p.58, apud PINTO)” Em toda situação didática o professor deveria, inicialmente, cuidar para que as regras colocadas fossem compreendidas pelos alunos” Desse modo, é importante lembrar

que quando os estudantes entendem as regras que definem as atividades e os compromissos que eles devem ter, se empenham para tirar melhores notas e passam a ver as atividades colocadas com mais satisfação e empenho.

A matemática informal e o raciocínio lógico ocorrem de maneira abstrata, quando o estudante usa o cálculo para realizar suas atividades fora da escola, partindo de suas obrigações práticas. As contas informais que os estudantes do ensino fundamental realizam quando estão em atividades fora da escola, ajudam a desenvolver as capacidades de aprendizagem, e podem também preparar os alunos para terem mais facilidade de entender o programa curricular da sala de aula. Isso também é marca histórica na matemática no mundo. (BARUK, 2009).

Nem sempre quando os estudantes erram, é porque não tiveram interesse em aprender, pode-se ver no erro uma oportunidade para refazer os cálculos e os problemas que causaram falta de entendimento, e nos referenciais de base construtivista, o erro é fundamental para que se acerte e se busque por meio dele uma nova linha de aprendizagem.

A MATEMÁTICA NO BRASIL

A Matemática surgiu na antiguidade por necessidades da vida cotidiana, assim como outras ciências, reflete as leis sociais e serve de poderoso instrumento para o conhecimento do mundo e da natureza. É possível reconhecer alguns traços que caracterizam a matemática como a abstração, precisão, vigor, lógica, caráter irrefutável de suas conclusões, como também o enorme campo de suas aplicações.

Foi com o modelo europeu que a história da educação brasileira teve seu início, isso com a instalação da Companhia de Jesus e a chegada dos Missionários, dentre eles o padre Manuel da Nóbrega, que foi o responsável pela primeira escola no Brasil. As aulas iniciantes foram dadas na Bahia e tinham como base a alfabetização, objetivando apenas a leitura e a escrita. Nessas aulas não existia matemática, pois a mesma não era vista com bons olhos durante esse período. A matemática não era considerada como disciplina de relevância para ser divulgada como ciência, pois era tida em suas partes, como divertimento, que seria inútil aprender matemática, já que os homens não nasceram para medir linhas e ângulos e que se devia aproveitar o pouco tempo que se tinha na vida para melhorar seu espírito e não viver ocupado com coisas de tão pouca importância. (KRUEGER, 1990 apud SILVA, 1992, P. 14)

O padre Christopher Clavius, que era astrônomo e matemático, considerava relevante o estudo de matemática, que nesse momento histórico, no Brasil, era compreendido somente pelas operações básicas: adição, subtração, multiplicação e divisão. Em 1572, surgiu na Bahia o primeiro curso de Artes- ou ciências naturais – cuja duração era de três anos e os estudos eram de matemática, Física, Lógica, Metafísica e Ética. O curso de Artes era também conhecido como curso de filosofia (Silva, 1999).

Segundo Krueger (1990, apud SILVA, 1992, p. 14) Daí em diante, muitos colégios foram criados pelos jesuítas, que foram estendendo conhecimentos aos jovens, e ensinando a ordem jesuítica. Esses jovens eram na maioria vinda das classes sociais de mais ascensão na sociedade, filhos de senhores de engenho, fazendeiros, entre outros. O empenho do padre Christopher Clavius, ajudou bastante no ensino de matemática entre os jovens. Através desse conhecimento a matemática foi se tornando necessária para a vida das pessoas e sendo disseminada entre os povos, principalmente para os artilheiros que participaram de guerras. D' Ambrósio, (2008) e Valente (1999) afirmam que o primeiro livro didático de matemática escrito no Brasil foi “Exame de artilheiros”, em 1744, pelo engenheiro militar José Fernandes Pinto Alpoim.

Logo em seguida, muitos colégios foram criados pelos Jesuítas, que pensavam em estender novos conhecimentos e com isso formar novos jovens para a ordem jesuítica, perfazendo assim, uma grande quantidade de escolas que já começavam a ensinar matemática. Foi com esse pontapé inicial que a matemática foi se espalhando entre os jovens no Brasil.

A matemática movimenta-se quase exclusivamente no campo dos conceitos abstratos e suas inter-relações. As afirmações em matemática são com base em raciocínio e cálculo. Se a criança ainda não tiver atingido uma idade que possa abstrair conceitos e formular hipóteses, poderá ter problemas de entendimento na matemática, podendo atrasar alguns conceitos simples, inclusive o conceito em relação aos numerais. Essa dificuldade pode se estender a fase da adolescência até a fase adulta, fazendo com que a mesma não consiga entender matemática e vai deixando para trás conhecimentos que são inerentes a sua formação. Nesse contexto é bom lembrar que o aluno deve ver a matemática como um conhecimento que pode favorecer a criatividade, o raciocínio lógico, capacidade de expressão, expandindo desse modo a sua imaginação.

Por meio da história pode-se ver que, o ensino de matemática foi organizado para atender as necessidades de cada povo, é herança também dos povos egípcios e babilônicos (2.500 anos a. C). Esses povos usavam a matemática para resolver problemas práticos ligados ao cálculo de impostos, comércio, construções de casas, medidas de terras entre outros, essa concepção de matemática abstrata influencia até hoje na matemática que se quer ensinar na escola, sem haver muita reflexão em relação ao ensino e ao que se quer que a criança aprenda. Isso influencia diretamente na formação do ser que se quer formar para a sociedade, povo esse que exige dia a dia mais conhecimento e preparo para o mercado de trabalho.

No meio escolar a matemática é vista como uma linguagem que é capaz de expressar a realidade e estabelecer inúmeras mudanças e significações, deduzindo um enorme conceito de utilidade diante do mundo, das pessoas e do mercado de trabalho.

Uma das dificuldades de aprender a história da matemática no Brasil se dá pela própria complexidade da era colonial, pelo fato de a maioria dos países da América Latina, e não somente o Brasil terem sido colonizados por países como Portugal e Espanha, (Krueger, 2009, apud Silva, 1992).

O ENSINO DE MATEMÁTICA NA TEORIA DE HOWARD GARDNER

No começo da década de 1980, Howard Gardner, escreve a teoria das inteligências Múltiplas, que atualmente foi seguida por diversos adeptos instruindo muitas escolas em todo o mundo a trabalhar com o enfoque da teoria de Gardner, que na educação veio complementar estudos relativos ao cérebro humano e dar a contribuição do entendimento de várias inteligências em apenas uma pessoa, que cada um de nós pode aprender determinadas áreas ou melhor; aquelas que mais nos identificamos ou temos mais domínio, e que não basta para o estudante saber apenas ler e somar, ele pode chegar a desenvolver várias inteligências e por meio delas concluir várias atividades em áreas distintas.

Para Gardner o nosso cérebro é composto de oito inteligências ou capacidades que fazem com que cada pessoa tenha capacidade em desenvolver alguma coisa em alguma área ou algumas áreas, provando no estudo das inteligências múltiplas que, somos dotados de criatividade e potencial único, e que não existem pessoas que não aprendem.

Entre as várias inteligências existentes, está em destaque a inteligência lógico-matemática que se apresenta de forma inusitada de grandes nomes como Albert Einstein, Euclides, Pitágoras entre outros, esta capacidade é geralmente mais encontrada em engenheiros e projetistas, por ter mais habilidade em trabalhar com a lógica e o raciocínio numérico. As interações para o desenvolvimento criam no sujeito novas formas para a maneira de pensar e percepção apurada para os elementos de grandezas e envolvem ações sobre o nosso pensamento. Isso não significa que só alguns podem aprender a matemática, pelo contrário, cabe a escola estimular seus estudantes a compreensão das várias inteligências, que pode ser por meio da leitura como também por meio de material didático apropriado como jogos de associação, desafios, memória, atividades lúdicas e a utilização do brinquedo como ferramenta importante para a construção do conhecimento.

Há anos passados, o cérebro humano era considerado como sendo uma parte do corpo onde não havia nenhuma penetração em relação ao conhecimento, era como se fosse uma tábua em branco. Após muitos estudos científicos se chegou à conclusão que quanto mais se estimula o cérebro melhor ele funciona. Essa descoberta fez com que as escolas passassem a ver as crianças como seres prontos para aprender. Será que essa descoberta em relação ao cérebro humano facilitou ao ensino de matemática? Nossos professores passaram a conhecer melhor os seus estudantes e a entender as diversas maneiras pelas quais eles aprendem?

A psicologia da educação relaciona o indivíduo como alguém capaz de aprender matemática embutada de uma subjetividade cultural e específica e nunca moldada de conceitos teóricos, e na teoria, a matemática já chega com um caráter de selecionar pessoas por meios de métodos e práticas que não ajudam as crianças a se desenvolverem em seu potencial crítico. E sabe-se que a psicologia da educação tem contribuído bastante para que se entenda como a criança aprende. Vários teóricos se destacam explicando o conceito e a aplicação do ensino de matemática, contudo não podemos deixar de valorizar a contribuição dada por Jean Piaget ao ensino de matemática, já que foi por meio de estudos que ele realizou sua pesquisa e esclareceu a importância de se estudar por meio das experiências e a utilização de materiais concretos, no sentido de facilitar a compreensão do que se quer ensinar tomando como referência a idade cronológica da criança, e o conceito de conhecimento matemático que a mesma possui.

De acordo com Piaget (1926, apud GOULART, 1996, p.20) a criança só aprende se tiver passado por experiências que são chamadas de esquemas para poder se adaptar e organizar-se ao meio em que vive, todavia na medida em que a criança vai crescendo, os esquemas vão se

tornando mais numerosos, a assimilação ao meio e as interações que são oferecidas para as crianças, fazem com que elas comecem a entender de forma mais coerente como se dá o processo de aprendizagem, assim o comportamento infantil deve seguir uma sequência lógica que é necessária para que aconteça a aprendizagem. A assimilação e a acomodação são processos que ocorrem simultaneamente com objetivo de equilibrar conhecimentos oferecidos ao longo do curso. Os processos de assimilação e acomodação são necessários para o crescimento e o desenvolvimento cognitivo das crianças, visto que só haverá equilíbrio de algo, quando existe a sintonia entre assimilação e acomodação. (WADSWORTH, 1996) Os estímulos que estão sendo processados por cada pessoa, são forçados a se ajustarem a estrutura individual de cada uma, portanto, os processos de assimilação e acomodação, são extremamente necessários para o crescimento e o desenvolvimento cognitivo infantil, levando sempre em consideração as qualidades que são relativas durante os processos de assimilação e acomodação. É importante que o educador atente para esses mecanismos estudados pela teoria Piagetiana, uma vez que, é por meio desses processos que se chega a equilíbrio, dos conhecimentos que são assimilados.

No equilíbrio, há um estado de balanço entre assimilação e acomodação, e quando não ocorrem esses processos aí vem o desequilíbrio que é o estado de não balanço entre assimilação e acomodação. Todos esses processos são de inteira importância para o desenvolvimento cognitivo e intelectual das crianças até a sua fase adulta, já que é nessa fase que elas são submetidas a estímulos externos de boa qualidade ao seu desenvolvimento, tornando-se um adulto com mais chance de compreender melhor sobre os conceitos e práticas de ensino que lhes são ensinados no dia a dia.

É sabido que os esquemas utilizados pelas crianças para solucionar seus problemas não são iguais aos esquemas dos adultos, entretanto do nascimento até a fase adulta, o conhecimento é construído pelo indivíduo de formas diversas e os esquemas adquiridos pelos adultos foram construídos a partir de sua infância. Daí é sempre bom lembrar que a fase infantil é a mais importante para o desenvolvimento da mente e da intelectualidade, já que tudo acontece por meio de adaptações e experiências ao mundo que o cerca.

Segundo Goulart (1983, p.20) “para que a criança aprenda é necessário que ela compreenda”. Assim se entende que só vai haver aprendizagem, quando o professor passar a compreender como os seus estudantes pensam em relação a determinado assunto, especialmente nesse caso, como eles estão vendo e incorporando a matemática que lhe é ensinada na escola. Os conteúdos estão sendo contextualizados de maneira clara? Por que os estudantes têm tanta

dificuldade com os numerais?

Quando falamos em conhecimento de numerais, estudo de quantidades enfim, uso do código numérico brasileiro em crianças pequenas, às vezes, nos esquecemos de que as crianças para aprenderem precisam estar com sua estrutura cognitiva em desenvolvimento, e que a metodologia utilizada pela escola precisa ser coerente com as reais necessidades das crianças, uma vez que as mesmas não conseguem abstrair o pensamento para chegar a uma real conclusão das noções de números, sequências sem ter passado pela experiência concreta mediante os conteúdos estudados. O desenvolvimento intelectual passa por todo um processo de adaptação ao meio, e se exemplificarmos uma adição apenas pelos símbolos numéricos, é lógico que não vai haver assimilação de conhecimentos, pois os símbolos para a criança não é nada mais, nada menos que apenas uma figura numérica. Isso implica dizer que a criança das séries iniciais pode passar a ter dificuldade com a matemática já que ela está sendo introduzida naquela criança sem nenhum significado, apenas símbolos que não ajudam o estudante a obter nenhum esforço para entender tal conteúdo, então ela ainda não está pronta para exercer o raciocínio lógico matemático que precisa usar para a resolução de determinadas atividades ou problemas, e a noção de conservação de número ainda não foi adquirida. Como resolver o problema?

Essa é uma questão que precisamos refletir diariamente quando nos submetemos enquanto professor, trabalhar a matemática com estudantes que precisam compreender o processo dos esquemas numéricos.

As escolas brasileiras, especialmente aqui em alagoas, precisam urgentemente rever seus métodos de trabalho, realizar bons projetos e investir em formação profissional para que haja um melhor desempenho de nossos alunos em relação às áreas de exatas.

O desenvolvimento cognitivo é um processo social: a interação com outras pessoas tem importante papel no desenvolvimento das operações lógicas. Logo, a cooperação influencia significativamente a visão do mundo do sujeito e lhe permite evoluir perspectiva subjetivista para a objetividade (GOULART,1996,p.20).

Dessa forma, podemos enquanto professores, acreditar que, quanto mais trabalharmos com nossos alunos a colaboração e a participação, teremos melhor desenvolvimento das operações lógicas, permitindo ao estudante maior e melhor compreensão em relação à aprendizagem matemática e a lógica, que atualmente vem se destacando entre os conteúdos da matemática como sendo mais um ramo de estudos que requer maior investimento concreto e melhor leitura de enunciados para então chegar a existir no estudante aquela

aprendizagem significativa que as escolas tanto buscam.

A MATEMÁTICA E SUA METODOLOGIA DE ENSINO

Há muito tempo a matemática é estudada por meio de abstração do pensamento, é certo que a matemática sempre foi conhecida popularmente como o “bicho de sete cabeças” (grifo meu) do currículo do Ensino Fundamental. Isso sempre se deu pelo fato dos professores dessa área ter em sua disciplina apenas o conhecimento teórico, saber bem matemática independente de conhecer como a criança aprende. Foi passado ao longo dos anos que quem entendia bem o cálculo era gênio, desconsiderando as demais disciplinas do currículo, hoje sabemos que para aprender matemática, faz-se necessário que a criança ou adulto entenda como se dá o processo de evolução do pensamento, cognição e inteligência.

Antes da nova LDB 9.394/96, qualquer pessoa que soubesse matemática como, por exemplo, o engenheiro ou até mesmo o advogado, podia dar aulas. Com a regulamentação de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional tornou-se obrigatório a licenciatura plena para a formação do professor.

O currículo das universidades sofreu alteração e foi-se incluída também a psicologia da educação como disciplina obrigatória nas licenciaturas, favorecendo desse modo a melhoria do currículo dos futuros educadores, que deixou de ser com base na legislação anterior vigorando de forma mais prática e coerente com as descobertas na área de psicologia da educação.

Atualmente, ainda se discute muito em simpósio, capacitações e formações, como se formar o profissional para atuar nas áreas de exatas. Qual o perfil? Como deve ser a metodologia de ensino? Independente de como se forma o profissional, é importante deixar claro que todo educador precisa entender como a criança aprende, conhecer as teorias da educação que são indispensáveis em todo o processo de aprendizagem.

A matemática é vista no âmbito escolar como uma linguagem capaz de traduzir a realidade e estabelecer diferenças, por isso é necessário que a criança seja envolvida em atividade matemática por meio da experiência e passe a construir conhecimento e aprendizagem relevante, para isso o aluno do Ensino Fundamental precisa estar envolvido com a disciplina,

ter prazer em estudar. As situações problemas devem ser envolventes e mais próximas da realidade do estudante, no sentido de se tornar interessante, e desafiadora a aprendizagem.

A metodologia da aula dada exposta em lousa, ou em livros sem nenhum material concreto, tudo oral ou apenas visual, não encanta nem faz a criança aprender, visto que o lúdico na aula de matemática também deve ser trabalhado, mas infelizmente, na maioria das escolas ainda não se tem o profissional da matemática voltado a ludicidade, onde as crianças também possam aprender brincando e vivenciando novas experiências. O aluno precisa construir junto ao professor sua aprendizagem por meio de atividades prazerosas que o levem ao desenvolvimento intelectual e cognitivo incentivando-o sempre a enfrentar novos desafios mediante o novo que sempre vai surgir no ensino de matemática. Para isso, é de fundamental importância que se desenvolva na escola uma metodologia de trabalho, voltada ao concreto e às experiências matemáticas.

Importante lembrar que o Projeto Político Pedagógico (P.P.P.) da escola, deve nortear o currículo, direcionando todo o programa curricular que os professores vão trabalhar, e o planejamento das atividades, deverá ser integrado entre as áreas, objetivando uma investigação do nível de aprendizagem entre as turmas.

Conheci no ano de 2017 no município de Maceió, um programa chamado Mente Inovadora, que é voltado para a aprendizagem matemática por meio de jogos educativos que são utilizados com crianças e jovens do ensino fundamental, se estendendo do 1º ao 9º ano. O material é aplicado em sala de aula, professores e coordenadores participam de formação para conhecer os jogos e poder usar com os alunos. Conhecido como programa de intervenção cognitiva, os jogos se destacaram, mas ainda precisa de bastante estímulo e políticas públicas que incentivem ao professor desenvolver um bom trabalho com os jogos e daí, se consiga melhorar o ensino de matemática nas escolas através de novos materiais didáticos.

O LIVRO DIDÁTICO COMO FONTE DE SABERES SOCIALMENTE RELEVANTE

Na primeira etapa do Ensino Fundamental o livro didático tem como função favorecer a aquisição de conteúdos desde os numerais, operações, grandezas, geometria, problemas contextualizados, entre outros, e tratar dos conceitos e procedimentos metodológicos que

são acumulados nesses campos matemáticos dando continuidade às gerações que passaram por eles em diversas séries/ano de escola.

A maioria dos livros aprovados pelo Ministério da Educação desde 2010 têm recomendações curriculares atuais, e têm procurado abordar conhecimentos matemáticos que envolvem os campos já mencionados em consonância com a grande preocupação que se tem atualmente com o ensino de matemática, já que a disciplina tem sua importância histórica e social e o uso frequente em virtude da necessidade do mercado de trabalho. As mudanças que ocorreram no currículo de matemática nos últimos anos devem ser encaradas como positivas, porém implica na necessidade de se ter uma política voltada às reais necessidades do estudante e investimento em políticas públicas que melhore a formação continuada para que cada professor possa exercer o seu papel de mediador do conhecimento e condutor do processo de ensino e aprendizagem com satisfação. Tudo isso requer que o poder público valorize a profissão e dê oportunidade para cada educador usar seu conhecimento como uma arte e assim saber que o livro didático é apenas mais um instrumento necessário para a escola e para o estudante e que ele não é uma muleta onde precisa dele para poder dar aulas boas, com qualidade e turma motivada. A escolha desse material é extremamente necessária, porém deve ser mais um recurso oferecido pela escola que objetiva enriquecer o conteúdo programático de cada turma que se ensina. Importante que a escolha do livro didático, seja feita também, verificando em seu conteúdo, a aproximação regional do programa e de que forma o livro didático distribuído para o estudante vai favorecer a mediação entre o conhecimento e a aprendizagem.

Japiassu e Marcondes (2001 apud, FEURTEIN, 2011, p.37), apresentam o termo mediação em seu sentido genérico como a ação de relacionar duas ou mais coisas de servir de intermediário ou “ponte”, de permitir a passagem de uma coisa à outra.

Portanto, na aprendizagem matemática, essa mediação só se alcança, quando de fato as partes envolvidas no processo estiverem abertas ao diálogo, em sintonia com o que se pretende ensinar, e o professor é o mediador do processo, então se faz necessário que ele comece aprender a aprender, porque ressignificar o que está posto para cada estudante, requer do professor conhecimentos e estudos.

A transposição de conteúdos, não se faz sem que se entenda a origem. É sabido que no ensino fundamental, como em outras modalidades de ensino, transpor didaticamente o que

se aprende, requer autoconhecimento de si próprio, domínio de conteúdos e as habilidades do professor, devem preponderar sobre o livro didático, para dele tirar proveito do que se pretende alcançar.

Nessa etapa de estudos com o livro didático, é importante que se destaque também para o estudante, a importância da pesquisa. Pois sabemos que ela é de grande valor para o estudante, que incentivado poderá descobrir novas maneiras de estudar, além do livro que foi fornecido pela escola, assim a pesquisa, aliada aos conteúdos e o programa curricular podem melhorar o desempenho dos estudantes, uma vez que é por meio dela que se fazem novas descobertas e trabalhos inéditos poderão surgir por meio dessa nova ferramenta de estudos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no estudo bibliográfico obtido percebeu-se que o ensino de matemática ainda permanece em construção e que os teóricos abordados têm em comum preocupação com a metodologia na disciplina de matemática que é aplicada na escola. A pesquisa feita nos livros objetivando entender sobre matemática no Ensino Fundamental foi relevante para o estudo, e percebe-se que há muito que pesquisar nesse tema.

Pela leitura realizada constata-se também que há grande variação no método de ensino, prejudicando a compreensão da matemática no Ensino Fundamental, e que apesar de muitas formações dos professores, os mesmos ainda necessitam deter mais conhecimentos e práticas que favoreçam a aprendizagem dos estudantes.

Entendo que a educação em matemática quando focada em conhecimentos teóricos e práticos com certeza dará certo, e que o educador precisa ter formação em matemática, compreender didática e ser leitor assíduo, detentor de conhecimento daquilo que está lecionando em sala de aula e principalmente ser pesquisador. Na matemática como em outras disciplinas a metodologia de ensino faz a diferença. Para isso é indispensável que a escola elabore um bom projeto político pedagógico e que invista em capacitações para seus profissionais seja da área de matemática ou de outras áreas da educação, para que eles possam identificar as reais necessidades de seus alunos e entender que todos os estudantes de uma sala de aula, aprendem

de formas diferentes, que não existe homogeneidade em sala. Por isso é importante que o professor conheça bem sobre as teorias pedagógicas da educação que esclarecem sobre a prontidão da aprendizagem matemática em várias fases da vida, seja na infância ou na adolescência.

A escola que trabalha com o ensino fundamental, precisa ter clareza que o ensino de matemática precisa ser considerado em sua extensão, como sendo disciplina que dará continuidade ao ensino e que o estudante do ensino fundamental que aprender bem matemática, terá mais oportunidade de se dar bem nas disciplinas de exatas do ensino médio e isso requer continuação de todo processo que foi ensinado para esse estudante enfrentar com mais facilidade o mundo do trabalho, seja em qualquer área escolhida.

Importante também deixar claro, que não se concebe mais em século XXI que o educador vá ministrar suas aulas sem conhecimento prévio de sua clientela e principalmente sem entender como a criança ou o jovem aprende. Quais as implicações para o ensino de matemática que só expõe aula e traduz conceitos em lousa sem que haja experiências com o concreto. Nesse contexto, a reflexão para os problemas que envolvem o ensino de matemática vem à tona, já que ela é de suma importância para a formação de cada cidadão seja ele de escola pública ou privada.

Esse estudo não esgota com a problemática em questão, apenas abre caminhos para outros estudos e novas reflexões que venham a contribuir de forma positiva com a disciplina.

REFERÊNCIAS

BARUK, Stella. **Os erros são complexos: eles não têm, jamais, uma única causa. Eles colocam em jogo numerosos parâmetros.** No livro de Neuza Bertoni Pinto. 2ª ed. Campinas: Papirus, 2009.

GOULART, Iris Barbosa. (Piaget) **Experiências Básicas para utilização pelo professor.** 11ª edição editora Vozes, 1996.

KRUEGER, Dalmonico Krueger. **Matemática significativa, Caderno de Estudos.** Programade Pós- Graduação EAD. Mundial Educação, 2009.

MEIER, Marcos e GARCIA, Sandra. **Mediação da Aprendizagem. Contribuições de Feurstein e de Vygotsky** 7ª Edição, 2009.

<http://www.maceio.al.gov.br/semmed/revista-saberes-docentes-em-acao>

PIAGET, Jean, MUNARI, Alberto. **Coleção Educadora – MEC**. Editora Massangana, 2010. Fundação Joaquim Nabuco.

PINTO, Neuza Bertoni e Organizadores. **O Erro Como Estratégia Didática. Estudo do erro no ensino de matemática elementar** 2ª Edição, 2009. Ed. Papirus.

SANTOS, Sueli. **O ensino de matemática com significação nas séries iniciais da Educação Básica**. P. internet às 20h30minh dia 04/04/2014.

WADSWORTH, J. Barry. **Inteligência e afetividade da criança na teoria de Piaget**. 4ª edição – Pioneira, 1996.

RELATO DA PRÁTICA: “Olhar do Outro”

Priscilla Ferreira de CASTRO¹

Resumo

O presente trabalho surgiu a partir da observação do interesse dos alunos atendidos na Sala de Recursos Multifuncionais pela fotografia. Teve por objetivo desenvolver práticas que favorecessem a experiência de ver com atenção, registrar, sensibilizar o olhar. Como proposta educativa, buscou experiências junto com crianças entre 06 e 12 anos a partir da técnica fotográfica, seus desdobramentos, investigações e possíveis descobertas através fotografia. Esta proposta ocorreu na Escola Estadual Marcelo Resende, rede pública da Cidade de Maceió.

Palavras-chave: alunos, fotografia; registro.

Introdução

Toda a trajetória da Educação Especial é fruto de uma construção histórica. Na atualidade, presenciamos situações de preconceito, desrespeito e exclusão quando o assunto se refere a uma pessoa com necessidades especiais. Esses sentimentos sempre estiveram presentes em todos os momentos da história. Se fizermos um paralelo acerca do tratamento dado à pessoa com deficiência desde a antiguidade, podemos afirmar que os progressos em relação ao tema avançaram lentamente e os objetivos reais conquistados devem ser atribuídos apenas às últimas décadas do século anterior e alguns anos do século atual. Os deficientes, por muito tempo, receberam tratamento de total desprezo, muitas vezes eram consideradas inúteis e até mesmo um estorvo. Em alguns casos eles recebiam este tratamento da própria família, sendo afastados do convívio social e sem nenhuma perspectiva de desenvolvimento. Infelizmente, estes fatos, embora em menor escala, ainda aconteçam nos dias atuais. Na Educação Especial no âmbito da Secretaria de Educação de Alagoas a implementação do AEE

¹ Professora da Sala de Recursos Multifuncionais, graduada em Pedagogia, pela Universidade Estácio de Sá, graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas, especialista em Atendimento Educacional Especializado e especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional. Trabalha atualmente na Escola Estadual Marcelo Resende. priscillacastro901@gmail.com

acontece. Assim, a maioria das Escolas Estaduais possuem professor de Sala de Recursos e Auxiliares de Sala para atender alunos com necessidades especiais.

A experiência pedagógica desenvolvida foi a produção de imagens registrada próprios alunos, investigando e refletindo sobre as possibilidades, descobertas do seu cotidiano e de si mesmo. Teve como base a prática do exercício do olhar como técnica, noções de como registrar a fotografia, observar o outro, as possibilidades de registro e ter um olhar diferenciado aos espaços da escola. Está prática ocorreu na Escola Estadual Marcelo Resende, localizada no bairro do São Jorge, na cidade de Maceió, Estado de Alagoas. É uma escola pequena e atende alunos do 1º ano ao 5º ano do ensino fundamental. O trabalho foi desenvolvido por alunos da Sala de Recursos, junto com a colaboração e participação das salas. Sendo assim, foi um trabalho em conjunto, com o foco primordial dessa vivência foi exercitar o olhar dos pequenos para a visualidade incomum, colocando em prática um olhar mais atento e sem pressa, fazer pensar e refletir sobre sua identidade, transformando a atitude de fotografar em experiência estética através da consciência e manipulação dos elementos da linguagem fotográfica.

Justificativa

Podemos constatar que a fotografia é uma arte do olhar, do registro, da investigação, do encantamento que pode ser visto e revisto durante anos como forma de recordação. A fotografia então pode ser considerada uma arte de eternizar os corações. Quantas vezes paramos para recordar, nos surpreender até nos emocionar com aquele olhar atento e carinhoso. Por isso a proposta do projeto existiu para explorarmos o autoconhecimento e a formação integral dos alunos que engloba todos os esforços que a escola promove para que sejam trabalhados os aspectos sociais, psicológicos, pedagógicos e afetivos. Coordenado por esta professora, a referida atividade objetivou proporcionar aos pequenos, experimentarem-se no cotidiano das práticas educativas, de modo a conhecer como a infância é significada nos diferentes espaços institucionais e, dessa forma, refinar a sensibilidade do olhar para as suas vivências, interações e criações culturais, tendo a fotografia como forma de expressão e criação.

Imersa nessa intencionalidade, a vivência aqui compartilhada trilhou um, caminho construído com e para os pequenos, permitindo, com isso, uma reflexão mais significativa. Dessa forma, a fotografia é pensada pela via da estética, da poesia, da criação, da brincadeira.

Esse reconhecimento implica antes de tudo reafirmar a criança, como sujeito de direitos. E acima de tudo permitir a elas, uma relação de intensidade, de intimidade e pertencimento no mundo. Pensar na criança como ser poético é oferecer a ela possibilidades de “ver as coisas muito além da nossa janela”. A fotografia sob o encantamento da arte permite transbordar a moldura que a cerca. Permite entender que a foto é muito mais do que uma imagem congelada.

Metodologia

O presente trabalho traz considerações sobre a olhar de cada aluno ao fotografarem suas imagens, e traduzem sua reflexão sobre cada fotografia. Foram aplicadas dentro da Escola Marcelo Resende. Por meio da análise da mensagem fotográfica relaciona-se a elaboração dos códigos de comportamento de classe às suas representações sociais. A proposta do trabalho é retratar o olhar de cada aluno, fazendo uma reflexão, que cada ser humano é único e tem sua visão para diferentes imagens, participaram os alunos que são atendidos na Sala de Recursos se apaixonaram pelo projeto tomando gosto pela fotografia. Desenvolveram o projeto alunos diagnosticados com deficiência intelectual, transtorno escolares etc.

No primeiro momento trabalhamos a dinâmica do espelho, o objetivo abrir a caixa e, fazer a Dinâmica do Espelho, a pessoa tenha oportunidade de refletir sobre quem ela é, sobre seus atributos e pontos de melhoria, para que possa reconectar-se consigo mesma e olhar um pouco mais para dentro de si. A ideia é que assim ela possa vivenciar um importante momento de autorreflexão e expandir seu autoconhecimento.



No segundo momento fomos para área externa da escola e registramos algumas fotografias com a sombra do esqueleto de cada aluno.



No terceiro momento foi preenchida a certidão de nascimento de cada um deles para trabalhar a identidade.

No quarto momento cada aluno escolheu um funcionário da escola e registrou sua foto conforme o desejado. Em seguida cada aluno ficou livre para selecionar suas fotos, realizar uma observação e comentar sobre cada registro. Foi realizada uma exposição com as fotos selecionadas por eles no pátio da escola onde toda comunidade escolar teve acesso para apreciar as imagens.



Uma excelente oportunidade a que a pessoa possa refletir sobre quem ela é e, especialmente, para que se veja sob outras perspectivas, o que lhe permite ampliar a visão de si mesmo e do mundo também.

Resultados

Cada etapa foi avaliada através do interesse, participação e principalmente dos registros orais dos pequenos, onde puderam refletir a respeito do que estavam fotografando. Esse processo de aprendizagem permitiu o alargamento de horizonte para todos os sujeitos envolvidos crianças, professores, família, profissionais da própria instituição o que é próprio à proposta de atividades e projetos. Foi um trabalho de curta duração, mas iniciou um processo de investigação e possibilidade de aprofundamento com a experiência estética da fotografia que continuou se desdobrando durante todo ano. Nesse sentido, ao se expressarem através da pesquisa, da comparação, da experimentação, da crítica, do diálogo como também da observação sensível, às crianças estabelecem um laço entre o presente e o futuro. Onde a atividade proposta se configura como uma forma de organizar o trabalho pedagógico convocando os sujeitos envolvidos em uma participação ativa de coautoria do seu caminho de investigação e aprendizagem.

Referências

Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**/Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. Vol. 2 e 3: Formação pessoal e social e Conhecimento de Mundo.

DUBOIS, Philippe. **O Ato Fotográfico e outros ensaios**. São Paulo: Papirus, 2007.